

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO CENTRO DE GOIÂNIA**

Ciro Augusto de Oliveira e Silva

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho

Goiânia, dezembro de 2006

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ciro Augusto de Oliveira e Silva

**REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO CENTRO DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás para obtenção do título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho.

Goiânia, dezembro de 2006

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central da UCG.

S586r Silva, Ciro Augusto de Oliveira e.
Revitalização e preservação do patrimônio arquitetônico e
urbanístico do centro de Goiânia [manuscrito] / Ciro
Augusto de Oliveira e Silva. – 2006.
211 f. : il.

Datilografado.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de
Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2006.
“Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho”.

1. Goiânia (GO) – patrimônio arquitetônico e urbanístico –
revitalização – preservação. 2. Patrimônio histórico e cultural
– Goiânia (GO). 3. Plano urbanístico – centro de Goiânia
(GO). I. Lima Filho, Manuel Ferreira (Orient.). II. Título.

CDU: 719(817.3)(043.3)
72.025.3
911.375.631

Ciro Augusto de Oliveira e Silva

**REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DO CENTRO DE GOIÂNIA**

Dissertação defendida em dezembro de 2006, tendo sido na mesma data aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho
Orientador

Prof.^a Dr.^a Elane Ribeiro Peixoto

Prof. Dr. Rogério Proença Leite

Este trabalho, que foi ao mesmo tempo engrandecedor e gratificante, dedico aos meus pais, Carlos de Oliveira e Silva (*in memoriam*) e Zita de Castro e Silva, que sempre estiveram presentes em minha vida. Quero aqui agradecê-los e dizer-lhes obrigado por tudo.

Agradeço a Deus, o criador de tudo e de todos, pela capacidade que nos deu de estar sempre apreendendo, crescendo e nos renovando na vida.

Agradeço aos meus familiares, amigos, e a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho, vencendo assim mais uma etapa de minha vida.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho pelas muitas horas de orientação, sempre pronto a apontar os melhores caminhos a seguir, visando a realização satisfatória deste trabalho.

RESUMO

As áreas centrais das cidades, os seus núcleos pioneiros ou históricos, têm sofrido ao longo de décadas severas transformações, devido ao seu grande crescimento territorial e populacional. Muitas cidades se transformaram em metrópoles ao longo do século XX, fazendo com que acontecesse a degradação de seus espaços urbanos centrais. As políticas intervencionistas urbanas inseridas na preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico e, também, a revitalização dos espaços centrais das cidades patrimoniais são o objeto de estudo do presente trabalho. Ele foca de que maneira o espaço urbano e o Centro da cidade de Goiânia e as intervenções urbanas realizadas e propostas para esta cidade, que, mesmo jovem, já sofre o processo de degradação, perdendo espaço sociocultural e econômico para outras regiões da cidade, assim como tendo boa parte de seu patrimônio arquitetônico-urbanístico e histórico já destruído. Utilizou-se como fonte a bibliografia, projetos teórico-urbanísticos, reportagens, fotografias e trabalho de campo como constatações locais. Com os dados obtidos foi possível constatar que o Centro de Goiânia está atravessando um rápido processo de degradação. Apesar de ainda ativo e vivo, o Centro está se deteriorando, e se não houver inserções que revertam esse processo, ele perderá muito de sua identidade, de sua memória histórico-cultural e de seu patrimônio. Mas, estudos, projetos e propostas intervencionistas e ações executoras podem ainda reverter parte dessa situação e buscar soluções para a situação atual do Centro de Goiânia. Algumas propostas já existem, podem ser implantadas e até mesmo aglutinadas às novas propostas, tendo como referência o bem-estar da cidade e da população.

ABSTRACT

The central area of the cities, understood as its pioneers or historical nucleus, has suffered through the decades severe transformations due to its relevant territorial and population growth. Many cities became metropolises over the 20th century, making occur the degradation of their urban central spaces, as a consequence of that process. The urban interventionist policies related to the architectural and urbanistic patrimony and also the central spaces revitalization of the patrimonial cities, are the study objects of this paper. This research focus on the urban interventions held and proposed for Goiânia, which, even though considered a young city, is already suffering the degradation process. Besides that, the present study also mentions how the central part of the city has lost sociocultural and economical spaces for other regions of Goiânia. As source of data, it was used for this research, the available bibliography, theoretical urbanistic projects, reports, photographs and local visits. Through the obtained data it is possible to say that, besides the activities and life observed on the central area of Goiânia, it is suffering a fast degradation process and it urges interventionist policies in order to preserve its identity and memories. Some proposals already exist, but many others can be done and added to the first ones, specially for the wellness and benefit of the city and its population.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
INTRODUÇÃO	12
1. GOIÂNIA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA	15
2. PATRIMÔNIO EM QUESTÃO: PROBLEMAS, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO.....	33
2.1 Revisitando o Patrimônio Histórico e Cultural	33
2.2 Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico	41
2.2.1 Conjuntos Arquitetônicos.....	43
2.2.2 Conjuntos Ambientais.....	44
2.2.3 Edifícios Isolados	45
2.3 Revitalização	46
2.3.1 Revitalização: Prós e Contras	58
2.3.2 Revitalizando e Preservando a Memória de Goiânia.....	64
2.4 Práticas de Preservação	71
2.4.1 Políticas Patrimoniais	77
2.4.2 Preservando o Centro de Goiânia	85
2.5 Considerações finais sobre a revitalização e preservação do Centro de Goiânia	87
3. OS PLANOS URBANÍSTICOS DE GOIÂNIA E A EVOLUÇÃO DO CENTRO	102
3.1 Aspectos do Primeiro Plano Urbanístico de Goiânia	102
3.2 Aspectos dos Planos Diretores de Goiânia	127
3.3 Aspectos Socioculturais de Goiânia e a Evolução do Centro	137
4. OS PLANOS DE REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO PARA GOIÂNIA	154
4.1 Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2	154
4.1.1 Compreensão do problema	156

4.1.2 Cenário alternativo para o Centro	165
4.1.3 Plano de Ação	167
4.2 Projeto Cara Limpa, Goiânia-GO.....	174
4.3 Análise das intervenções urbanas e arquitetônicas em Goiânia.....	179
CONCLUSÃO.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
ANEXO.....	201

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto do Largo do Chafariz, na Cidade de Goiás, no início do século XX, (1994)	16
Figura 2: Foto da Praça do Coreto, na Cidade de Goiás, no início do século XX, (1994)	18
Figura 3: Foto da Árvore “ Moreira”, na Rua 24, Centro, Goiânia, (2006)	22
Figura 4: Foto de desfile comemorativo na Rua 20, Centro, na década de 1930, (2002)	23
Figura 5: Mapa da localização da nova capital, Goiânia e sua bacia hidrográfica, (2001)	25
Figura 6: Mapa do Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás, (2006)	28
Figura 7: Foto da Praça Cívica e do Palácio das Esmeraldas, na década de 1940, (2006)	67
Figura 8: Foto da primeira residência de Pedro Ludovico na Rua 20, década de 1930, (2006)	81
Figura 9: Foto da antiga residência de Colemar Natal e Silva na Rua 20, esq. com Rua 15, Centro, (2006)	81
Figura 10: Foto do Museu Zoroastro Artiaga, em estilo <i>Art Déco</i> , na Praça Cívica, Centro, (2006)	83
Figura 11: Foto da antiga Estação Ferroviária, em estilo <i>Art Déco</i> , na Praça do Trabalhador, Centro, (2006)	83
Figura 12: Foto de casas na Rua 15, esq. com Rua 19, Centro, na década e 1940, (2002)	86
Figura 13: Foto do canteiro central da Avenida Universitária, revitalizada, (2006)	91
Figura 14: Foto do canteiro central da Avenida Goiás, revitalizada, (2006)	91
Figura 15: Foto do edifício do antigo Grande Hotel, na Avenida Goiás, (2006)	92
Figura 16: Foto da Torre do Relógio, no canteiro central da Avenida Goiás, revitalizado, (2006)	98

Figura 17: Foto de casa em estilo Eclético, na Rua 20, Centro, (2006)	99
Figura 18: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima em 1933, (1985).....	103
Figura 19: Mapa da região central de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima em 1933, (1985).....	105
Figura 20: Foto da perspectiva da Praça Cívica, na década de 1930, do plano de Atílio, (2001)	108
Figura 21: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima em 1933, como nome dos setores, (1985) e (2006).....	110
Figura 22: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Armando de Godoy em 1936, como nome dos setores, (1985) e (2006).....	112
Figura 23: Foto da perspectiva da Praça Cívica e prédios públicos, do plano de Godoy, (2001)	113
Figura 24: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Godoy em 1936, com descontinuidade de ruas entre setores, (1985) e (2006)	116
Figura 25: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Atílio em 1936, com continuidade de ruas entre setores, (1985) e (2006).....	116
Figura 26: Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, em 1936, aprovado, (2001).	120
Figura 27: Foto de cartaz de propaganda de Goiânia em 1934, (2001).....	123
Figura 28: Mapa parcial de Goiânia, (2006)	125
Figura 29: Foto da vista aérea do Centro de Goiânia, com destaque para o edifício do Grande Hotel, na década de 1930, (2001).....	137
Figura 30: Foto da Rua 20, no Centro, no início da década de 1940, (2002).....	138
Figura 31: Foto aérea do Centro de Goiânia, na década de 1950, mostrando os fundos do Palácio das Esmeraldas, (2004)	139
Figura 32: Foto do edifício do Cine-Teatro Goiânia, no Centro, na década de 1940, (2004).....	140
Figura 33: Foto do edifício do antigo Grande Hotel, no Centro, na década de 1950, (2002).....	141
Figura 34: Foto dos pequenos ônibus denominados “Tarecas”, na década de 1940, (2006).....	143
Figura 35: Foto da Rua 20, no Centro, no início da década de 1940, (1980).....	144

Figura 36: Foto da aérea do Centro de Goiânia, na década de 1960, (2004).....	145
Figura 37: Foto aérea do Centro de Goiânia, na década de 1970, (1980).....	147
Figura 38: Foto do Centro de Goiânia, Avenida Goiás, na década de 1980, (2006)	148
Figura 39: Foto da região central de Goiânia em 2004, (2004).....	149
Figura 40: Foto do Coreto da Praça Cívica, Centro em 2006, (2006).....	151
Figura 41: Mapa do Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2- Uso do Solo, (1998).....	157
Figura 42: Mapa do Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, (1998).....	166
Figura 43: Foto da perspectiva do Projeto Cara Limpa, de edifícios na Avenida Goiás, (2004).....	172
Figura 44: Foto da perspectiva do Projeto Cara Limpa, de edifícios na Avenida Goiás, (2004).....	175
Figura 45: Foto do Teatro Goiânia, no Centro, em 1998, Projeto Cine-Teatro Goiânia, (1998).....	179
Figura 46: Estacionamento particular na Rua 20, Centro, onde antes existia uma edificação na década de 1940, (2006).....	181
Figura 47: Foto do edifício da antiga RFFSA, da década de 1940, demolido no ano de 2006, (2004).....	181
Figura 48: Foto de edifícios do primeiro Correio e da primeira Prefeitura Municipal de Goiânia na década de 1930. O prédio da prefeitura já foi demolido, (1938) ..	182
Figura 49: Foto do edifício do antigo Correio em 2006, com letreiros encobrendo a fachada, (2006).....	182
Figura 50: Foto da Avenida Tocantins na década de 1930, Centro, com casas em estilo <i>Art Déco</i> e Normando, já demolidas, (1938).....	183
Figura 51: Foto de casa Avenida Tocantins esq. com Rua 1, na década de 1930, Centro, em estilo Normando, já demolida, (1990).....	183
Figura 52: Casa moderna em Goiânia, na Avenida Universitária esquina com a Rua 91, no ano de 1990, atualmente está descaracterizada, (1990).....	183

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste trabalho faz parte de um tema controverso e já foi estudado por diversos profissionais das mais variadas áreas, que possuem diversas opiniões a respeito da Revitalização e da Preservação das áreas centrais das cidades. Neste caso específico, o Centro ou Núcleo Pioneiro de Goiânia é o alvo das investigações. Existem opiniões e teorias a favor e contra esse tipo de intervenção urbana. Alguns estudiosos consideram que tais procedimentos são benéficos tanto para a cidade quanto para sua população. Mas, outros a rejeitam por achá-la prejudicial.

Tendo em vista que o presente estudo não tem como referência desqualificar qualquer teoria, a pesquisa, os estudos e as reflexões dissertaram a respeito dessas práticas intervencionistas urbanas, analisando os processos de intervenção para a cidade de Goiânia.

Goiânia já está inserida nesse processo de revitalização e preservação do seu patrimônio, inclusive com algumas poucas implantações de projetos feitos para a cidade, como o Projeto Goiânia 21: Operação Centro, etapas 1 e 2, e o Projeto Cara Limpa, além do recente tombamento pelo IPHAN de vários edifícios públicos no estilo *Art Déco*, e do traçado do núcleo pioneiro de Goiânia e do bairro de Campinas.

Esse processo de intervenção urbana vem ocorrendo no mundo inteiro desde o final do século XIX, início dos XX, sendo o Barão de Haussmann, em Paris, um dos precursores das intervenções, que no século XX ganharam várias denominações, passando por diversas modificações, modelos de evoluções, até chegar aos dias atuais no início do século XXI, onde essas práticas ainda são comuns e utilizadas.

A preservação do patrimônio, principalmente no Brasil, começou a estar em uso na primeira metade do século XX, com o movimento modernista nos anos 20 e com a criação do SPHAN (atual IPHAN), tendo um logo caminho percorrido, preservando desde os patrimônios materiais, de “pedra e cal”, chegando também à preservação do patrimônio imaterial, mais recentemente.

A revitalização é uma prática surgida na segunda metade do século XX, após a Segunda Grande Guerra Mundial, sendo que inúmeras cidades no Brasil e no mundo já se utilizaram dessa ação intervencionista como prática para tentar otimizar seus centros urbanos, principalmente áreas centrais, núcleos pioneiros e centros históricos.

Goiânia é uma cidade fruto de políticas nacionalistas da Revolução de 1930 e do Estado Novo. Filha do movimento pela modernidade e progresso, foi implantada no Sertão, propagandeando ares de modernidade para um dos mais desprovidos estados da nação na época. Muitos a consideram moderna. Mas, ela é consequência de teorias urbanísticas e arquitetônicas bastante presentes no final do século XIX e início do século XX, de influência das escolas francesas e inglesas que ditavam as teorias e conceitos sobre o urbanismo e a arquitetura de então. Seus projetistas foram, o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, com influências da escola francesa, e o engenheiro Armando Augusto de Godoy, com fortes influências da escola inglesa, no início dos anos 1930, e o seu idealizador foi o então interventor federal no estado, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, representante legal do Governo de Getúlio Vargas.

A cidade de Goiânia teve o lançamento de sua pedra fundamental em 1933. A transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia ocorreu no ano de 1937, e o batismo cultural da cidade aconteceu em 1942. A cidade foi projetada para possuir em seu núcleo pioneiro 15.000 habitantes, com uma previsão futura de 50.000 habitantes, mas cresceu rapidamente ultrapassando esses números nos anos 1950. Conforme o IBGE, Goiânia possuía em 1950 uma população de 53.389 habitantes, em 1960 de 153.505 habitantes, com um grande aumento populacional, o que muitos atribuem à construção de Brasília, distante apenas 200 quilômetros. Em 1980, a cidade constava com 717.948 habitantes e no ano 2000 com 1.090.737 habitantes. Com todo o crescimento territorial e populacional da cidade, a partir dos anos 1980, principalmente nos anos 1990, o seu Centro começa a sentir os efeitos da decadência e deterioração com o aparecimento de novos subcentros. Registrou-se a saída de boa parte de população, comércio, prestação de serviços, profissionais liberais e parte da administração pública do Centro da Cidade.

No final dos anos 1990, a cidade, através de seus governantes e profissionais da área, passa a preocupar-se com essa degradação do Centro e alguns estudos são implementados para tentar resolver esse problema, os quais já

foram citados nesta introdução. Apesar dos projetos terem sido concluídos, poucas ações foram executadas e esses projetos foram apenas parcialmente implantados, podendo-se dizer que foi executada uma porcentagem bem pequena em relação ao que foi proposto.

No primeiro capítulo apresentamos aspectos da história de Goiânia, a sua criação como cidade, os fatores que influenciaram a mudança da capital – inclusive os sociais, econômicos e políticos – até a confecção de seu projeto urbanístico-arquitetônico e a sua implantação.

No segundo capítulo oferecemos ao leitor uma idéia geral das teorias de revitalização, preservação e patrimônio. Apontamos teorias favoráveis a intervenções assim como as contrárias, utilizando vários autores que abordaram tais assuntos.

A análise do primeiro plano urbanístico da cidade, e os seus quatro planos diretores, é o tema do terceiro capítulo. Foram, então, cinco os Planos Diretores para a cidade de Goiânia, desde a sua fundação até o ano de 2006, sendo que o quinto plano está ainda tramitando na Câmara Municipal. Estudou-se, também, a evolução sociocultural da cidade desde a sua construção, assim como a evolução de seu Centro até os dias atuais.

Finalmente, no quarto capítulo fez-se uma análise sobre os projetos feitos para Goiânia no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, sendo eles o Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2 e o Projeto Cara Limpa. Na conclusão foram feitas algumas considerações sobre ações revitalizadoras e preservacionistas para o Centro de Goiânia, para o bem-estar da população e de todas as atividades que o mantenham vivo, ativo e contemporâneo, atendendo de maneira satisfatória aos diversos usos que se fazem presentes a um centro urbano regional e atuante como o é a cidade de Goiânia.

1. GOIÂNIA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Goiânia, antes mesmo de possuir esse nome ou mesmo de existir e ser construída como cidade, já era um sonho, ou um ideal, de muitos, que desde o século XVIII almejavam a mudança da capital do Estado de Goiás. Pedro Ludovico Teixeira, no início dos anos 30 do século XX, conseguiu realizar a mudança da capital da Cidade de Goiás para a cidade de Goiânia, construída para tal fim, colocando em prática no Estado de Goiás as diretrizes modernizadoras do Governo Vargas.

Luiz Palacin¹ escreveu que a cidade de Goiás, ou Vila Boa de Goiás, foi fundada no ano de 1727, na época da ocupação colonial do território goiano, com a chegada da Bandeira povoadora de Bartolomeu Bueno da Silva, que veio com o intuito de povoar o lugar e explorar as minas de ouro. Cerca de duzentos anos depois da sua fundação, a cidade já não mais satisfazia como capital devido a uma série de fatores, dentre eles o clima quente, a sua topografia acidentada que dificultava o seu crescimento; o deficitário abastecimento de água; a sua situação geográfica desfavorável que contribuía para o seu isolamento; a falta de infraestrutura urbana; a insalubridade local e, finalmente, por fatores político-sociais do início dos anos 30, do século XX, com a Revolução de 30. Todos esses problemas foram elencados como justificativas para que ocorresse a mudança da capital. (Palacin, 1976, p. 11 e 30).

“Por todas estas razões, bem se pode dizer que a idéia da mudança da capital era muito mais do que uma possibilidade sempre presente. Era um desafio à estagnação político-econômica de Goiás. Bastaria uma forte sacudida – nascida de dentro ou vinda de fora, que quebrasse o círculo da passividade, para que esta possibilidade à realização. Este impulso foi a revolução de 30.” (Palacin, 1976, pg.15).

¹Alguns importantes autores estudaram com profundidade o assunto da transferência da capital, assim podemos citar: Luiz Palacin e Nars Fayad Chaul.



Fig. 1 - Largo do Chafariz na cidade de Goiás no início do século XX.
Fonte: Curado; Craveiro e poetas (1994).

A Revolu o de 30 marcou o cenário político em Goiás. O médico Pedro Ludovico Teixeira², nascido no ano de 1891 na cidade de Goiás, foi nomeado Interventor federal por Getúlio Vargas, então Presidente da República.

O próprio Pedro Ludovico relata em seu livro intitulado “Memórias” o seguinte:

“Deixando o Rio, nos idos de março de 1916, viajei para Goiás, formado em Medicina. [...] Nesse intervalo, depois de um ano morando em Rio Verde, e alguns meses em Jataí, chega aquela cidade uma filha do senador Martins Borges, de quem me enamorei, cujo noivado foi curto, casando-me logo. [...] Acompanhado de minha esposa, transferi-me de novo para Jataí, onde estivemos cerca de seis meses. Em maio de 1919, retornei a Rio Verde, onde só pensei no meu trabalho durante cinco ou seis anos.” (Teixeira, 1973, p. 21 e 26).

Segundo Gomide, ele cursou a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e, retornando ao Estado de Goiás, casou-se com Gercina Borges, de família tradicional do sudoeste do estado. Seu pai, Antonio Martins Borges, era senador na época e aliado com a situa o política favorável, mas mudou de posi o na década de 1920, apoiando Pedro Ludovico contra o grupo dos Caiado. Pedro Ludovico

² Ver livro Memórias, da autoria de Pedro Ludovico (1973).

tornou-se representante político do sudoeste do estado, diminuindo dessa forma o poder dos Caiado no estado, que tiveram hegemonia desde o início do século XX.

Em seu livro, Pedro Ludovico relata que com a Revolução de 1930 acontecendo, ele passa a fazer parte da Junta Governativa do Estado e depois é empossado como interventor, relatando em seu livro, da seguinte forma:

“Decidiu o alto escalão revolucionário que deveria ser nomeada uma Junta Governativa, composta de três membros para cada unidade federativa. Eu, o desembargador Emílio Pova e o Juiz de Direito da capital, Dr. Mário de Alencastro Caiado, fomos escolhidos. [...] A junta durou poucos dias, tendo sido eu nomeado Interventor Federal do Estado.” (Teixeira, 1973, p. 40 e 41).

Dr. Pedro Ludovico Teixeira procurou imprimir uma marca de governo própria, diferenciando-se de um passado caiadista. Assim, o progresso, o futuro e a modernidade passaram a ser o seu *slogan* político. E a construção de uma nova capital materializaria seus ideais e ações políticas. Propondo a mudança da capital para um local que fosse mais propenso ao progresso, ele traria a modernidade para o estado. Com isso, ele desejava se tornar mais forte politicamente, e mudar a capital era construir um espaço novo, que ele poderia administrar sem tantas influências políticas de um passado recente. (Gomide, 2003, p. 28).

Segundo Gustavo Neiva Coelho, a cidade de Goiás representava o poder das antigas oligarquias, os homens da República Velha, significando na mente dos revolucionários, a inércia, o atraso secular, confrontando com o ímpeto criador da Revolução. Representava também uma estrutura urbana e arquitetônica ligada ao antigo modelo português setecentista, que nada tinha a ver com os ideais modernistas e progressistas pregados pela Revolução de 30 e o Estado Novo. (Coelho, 2005, p. 13).

“A antítese a tal situação seria, na visão dos revolucionários, nada mais que a modernidade de uma nova cidade, com amplas avenidas, edifícios modernos, espaços que permitissem a visão de distância, de largos horizontes, o que em hipótese alguma combinava com a situação geográfica em que se encontrava a cidade de Goiás.” (Coelho, 2005, p. 13).



Fig. 2 - Praça do Coreto na cidade de Goiás, no início do século XX.
Fonte: Curado; Craveiro e poetas (1994).

Outro aspecto que também ajudou a fortalecer a idéia da mudança da capital foi a recente mudança da capital do Estado de Minas Gerais, de Ouro Preto para a então construída cidade de Belo Horizonte, no ano de 1897, aproximadamente 30 anos antes. Se há trinta anos em Minas foi possível, por que não o seria para Goiás? Também no século XIX, mais precisamente em 1855, outro estado, Sergipe, havia mudado a sua capital, construindo a cidade de Aracaju. Dessa maneira, dois estados, ainda no século XIX, haviam obtido sucesso e progresso mudando suas capitais, reforçando assim os ideais mudancistas em Goiás.

Segundo Ribeiro, vários fatores políticos e econômicos, tanto regionais como nacionais, ajudaram nesse ideal mudancista. As regiões sul e sudeste do estado, inconformadas em serem o centro econômico mais dinâmico do estado, símbolos do progresso e desenvolvimento, e mesmo assim estavam sendo marginalizadas politicamente pelo grupo caiadista, detentor do poder. Esse grupo era incapaz de promover o desenvolvimento econômico do estado, inclusive criando entraves à exportação de produtos agrícolas e de pecuária a outros estados da federação, causando revolta no grupo oligárquico do sul e sudeste do estado. (Ribeiro, 2004, p. 22).

Manuel Ferreira Lima Filho, em seu artigo da Revista *Habitus*, relata que o sul e o sudeste do estado tornam-se economicamente fortes desde o início do século XX devido à lavoura e à pecuária. Mas, o poder ainda estava concentrado na

oligarquia dos Caiado, na cidade de Goiás, marcado pelo coronelismo, cuja característica era o controle violento e latifundiário de terras, resultando numa forte oposição dos políticos do sul e sudoeste do estado. E foi devido a todo esse contexto que o Estado Novo se inseriu no Estado de Goiás, alterando o controle político local e em nome da modernidade se faz construir Goiânia, para combater o velho e destituir os Caiado do poder. (Lima Filho, 2003, p. 450).

A entrada do Estado de Goiás no contexto econômico nacional se deve à economia cafeeira e à chegada da estrada de ferro. O primeiro traçado previsto para a estrada de ferro no estado se dava a partir do Triângulo Mineiro, passando por Catalão e pela então capital, cidade de Goiás, até a cidade de Leopoldina, atual cidade de Aruanã, às margens do Rio Araguaia, ligando-a à então planejada hidrovía Araguaia-Tocantins, fato que nunca chegou a acontecer, nem mesmo a antiga capital a estrada de ferro alcançou, quanto mais ao Rio Araguaia. Alguns autores, como Alexandre Ribeiro Gonçalves e Hilma Aparecida Brandão, dizem que a estrada de ferro, denominada "Mogiana", chegou ao estado, ou seja na cidade de Catalão, no ano de 1913; em 1914 ela chega à extinta Estação de Roncador, a qual ficou ali paralisada até 1922. Aos poucos, houve o seu prosseguimento até a cidade de Leopoldo de Bulhões, próxima de Goiânia, e finalizando a sua linha na cidade de Anápolis. Entretanto, os trilhos da estrada de ferro só chegaram a Goiânia em 1951. Outro tronco da estrada de ferro também adentrou o Estado de Goiás, via Catalão: trata-se da Estrada de Ferro "Oeste de Minas", que partia da cidade de Formiga, em Minas Gerais, e fazia a ligação do Rio de Janeiro com o Estado de Goiás. Mas, isso só veio a acontecer definitivamente na década de 1940. (Brandão, 2005, p. 8 e 11 e 41; Gonçalves, 2002, p. 23).

Borges³, em seu livro, relata sobre a construção da Estrada de Ferro, dizendo o seguinte:

"A construção da Estrada de Ferro Goiás resultou do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos, os quais se interessavam pela modernização do estado e pela integração econômica regional nos quadros da economia de mercado." (Borges, 1990, p. 120).

³ Borges (1990) fez um importante estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás.

Segundo Brandão, o Estado de Goiás liga-se a São Paulo pela estrada de ferro Mogiana e ao Rio de Janeiro pela estrada de ferro Oeste de Minas. (Brandão, 2005, p. 11). E assim, ela relata em sua dissertação:

“Entretanto, os trilhos da Estrada de Ferro Goiás só chegaram a Goiânia, capital do Estado de Goiás nos anos 50. Assim, a empresa faz o trajeto Araguari-Goiânia, tendo como ponto de entroncamento com a Mogiana a cidade de Araguari. Apresenta, ainda, outros pontos de entroncamento: na cidade de Goiandira com a Estrada de Ferro Oeste de Minas na região conhecida como Roncador, localizada no município de Ipameri, ligando-se à cidade de Brasília. Apenas na década de 1950 a Estrada de Ferro Goiás atingiu seu ponto terminal.” (Brandão, 2005, p. 11).

A construção da estrada de ferro no território goiano fortificou a economia do estado, principalmente com a exportação de gado e de produtos agrícolas, como o arroz. Os municípios localizados ao longo da estrada também sofreram uma intensa urbanização de suas cidades. A modernidade adentrava o estado através dos trilhos. Cidades como Catalão, Pires do Rio, Ipameri, Silvânia, Orizona e outras sofreram um impacto positivo tanto nos aspectos econômicos como socioculturais, aproximando-as como nunca tido acontecido anteriormente aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Barsanulfo Gomides Borges relata ainda o seguinte sobre a construção da Estrada de Ferro:

“Incrementaram-se as relações comerciais e regionais. O comércio de Goiás com Minas e São Paulo intensificou-se, ganhando dimensões significativas. As cidades goianas servidas pela via férrea transformavam-se em grandes centros comerciais do Estado, quebrando inclusive o controle comercial do Triângulo Mineiro, sobre Goiás. [...] Desenvolve-se o processo de urbanização no sul do estado, cidades como Catalão, Ipameri, Caldas Novas, Morrinhos e Corumbaíba receberam melhorias ou foram reurbanizadas e logo passam a contar com os benefícios das modernas invenções do mundo capitalista, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo. E ainda outros núcleos urbanos foram criados e estimulados pela Estrada de Ferro, os quais, dentro de pouco tempo, se transformaram em cidades.” (Borges, 1990, p. 120).

Em meio a todo o cenário de transformações pelas quais passava o Estado de Goiás, tornava-se então mais forte o anseio pela mudança da capital. Pedro Ludovico, em julho de 1932, escreveu um artigo no Correio Oficial em que buscava a adesão popular à proposta da mudança da capital. Ele alegava que a população da cidade de Goiás continuava a mesma havia pelo menos 50 anos; os prédios permaneciam os mesmos; a taxa de crescimento era mínima; o terreno era

rochoso e acidentado e o clima quente. Com esse artigo acirraram-se as discórdias políticas entre o grupo caiadista e o grupo ludoviquista, que buscava a mudança, ou seja, construir uma nova capital era mostrar que de fato estava se fazendo algo novo e moderno por Goiás.

Construir uma nova capital para Goiás representaria a retirada do estado da condição em que se encontrava, possibilitando sair do estágio de um dos estados mais atrasados e pobres do país, levando-o a uma condição de avanço, equiparando-o aos outros mais desenvolvidos da federação.

Chaul⁴ relata em seu livro que no ano de 1932, quando Pedro Ludovico se encontrava na cidade de Bonfim para um congresso que ali se realizava, notava-se o anseio da população das cidades do sul e sudoeste em deslocar o centro do poder político, e assim ele relata:

“Foi no dia 4 de julho, na cidade de Bonfim (atual Silvânia), que Pedro Ludovico fez a primeira declaração sobre a mudança da capital. O Correio Oficial assim se referiu ao fato: ‘Fala então em nome do Prefeito uma senhorita (Zilda Nascimento) da alta sociedade bonfinense. Refere-se à mudança da capital goiana se faz vibrar todo o auditório.’ Laudelino Gomes, sobre o assunto, em resposta ao Dr. Interventor disse que o grande problema está em estudos e promete resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado.” (Chaul, 1999, p.68).

Então, no ano de 1932, a nova capital foi idealizada e o Interventor federal Pedro Ludovico nomeou uma comissão para escolher o local da nova cidade. Em 1933 o terreno da nova capital começou a ser preparado, e no dia 27 de maio do mesmo ano foi celebrada a primeira missa na nova capital, com a participação de cerca de 600 pessoas. Conforme Sabino Junior (1980), no dia 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da cidade, onde hoje se encontra o Palácio das Esmeraldas, na atual Praça Cívica. Inclusive, conforme relatos do Jornal ‘O Popular’, do dia 24 de outubro de 1993, em seu Suplemento Especial sobre os 60 anos de Goiânia, na página 02, é relatado o seguinte:

“Conta à história que no ano de 1933, Pedro Ludovico, ainda sem prédio para despachos, utilizou-se como Palácio de uma vistosa Moreira, quase às margens do Córrego Botafogo. Ali, Pedro Ludovico deu suas primeiras ordens do Governo em Goiânia. Hoje o local referido é a Rua 24, quase esquina com a Avenida Anhanguera. A árvore continua ali centenária. Ela foi tombada pelo patrimônio histórico de Goiânia em 1985, graças à

⁴ Chaul (1999). Consultar o livro de Chaul: A Construção de Goiânia e a transferência da capital.

consciência do proprietário do lote, o médico Domingos Viggiano. Uma placa ao lado da árvore diz: 'O fundador de Goiânia acampou com seus auxiliares à sombra desta árvore, aqui exarando os primeiros despachos'. E continua, 'à memória de Pedro Ludovico a homenagem do povo goiano ao médico Domingos Viggiano o reconhecimento por haver conservado e cuidado da Moreira. Ela, quase centenária, neste ano de 1985, é monumento histórico de Goiânia'. A árvore perdeu um pouco da notoriedade, ofuscada por um *pit-dog* que se instalou ao seu lado. Ela fica por detrás das grades do *pit-dog*. " (Jornal o Popular, 1993, p.2).

E essa árvore ainda continua viva, agraciando com sua sombra o jardim ou a parte frontal do lote de uma casa na Rua 24, quadra 62, lotes 84/86, n.º 664, no Centro, entre a Rua 03 e a Avenida Anhanguera. Espero que assim permaneça por ainda umas dezenas de anos.



Fig. 3 - Árvore "Moreira" onde Pedro Ludovico despachava na Rua 24, no Centro de Goiânia-GO.
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006).

Em 1935, ainda com a cidade em obras, foram provisoriamente instaladas edificações na Rua 20, o Palácio do Governo, a Secretaria-Geral do Governo, o Escritório Geral de Obras e a Diretoria Geral da Fazenda assim aconteceu a transferência provisória da capital. A casa utilizada como Palácio do Governo na Rua 20 infelizmente foi demolida, e em seu lugar encontra-se o Edifício Leo Lynce. Na Rua 20, além de se instalar o Palácio do Governo provisório, Dr. Pedro Ludovico fixou residência por um certo período, na casa onde posteriormente funcionou a

Faculdade de Direito e atualmente funciona a Justiça Federal. Conforme Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro relatou em seu livro:

“A Companhia da Polícia Militar se instalou mesmo em Goiânia, em uma das casas provisórias, de tábuas, feitas para o primitivo acampamento dos empregados das obras. Logo após sua instalação, formou a Companhia, sob o comando do Cap. Melo Cunha, indo prestar continência ao Governador. Esta formatura de tropa foi a primeira que se realizou em Goiânia, desfilando os soldados do quartel até a residência do Dr. Pedro Ludovico na Rua 20.” (Monteiro, 1938, p. 338).



Fig. 4 - Desfile comemorativo de 15 de novembro de 1937, na Rua 20, Centro.
Fonte: MIS – Museu da Imagem e do Som (2002).

Em 23 de março de 1937 foi assinado o Decreto n.º 1.816, que transferia definitivamente a capital do Estado de Goiás para Goiânia. Em 05 de julho de 1942 aconteceu o batismo cultural da cidade, sinalizando o momento de apresentação da cidade ao país. A abertura das festividades se deu com uma missa campal na Praça Cívica, celebrada por Dom Emanuel Gomes de Oliveira e com o lançamento da pedra fundamental do Palácio Municipal e de um desfile militar-estudantil. No período da tarde aconteceu no Cine-Teatro Goiânia a cerimônia oficial. Na oportunidade, Pedro Ludovico fez um emocionado discurso e entregou as chaves da cidade ao prefeito Venerando de Freitas Borges.

“Finalmente, a 23 de março de 1937, era assinado o Decreto n.º 1816, transferindo definitivamente a capital estadual da Cidade de Goiás para Goiânia. Porém o batismo cultural só ocorreu a 5 de julho de 1942, em solenidade oficial no recinto do Cine-Teatro Goiânia, com a presença de representantes do Presidente da República, dos Estados e dos Ministros, além de outras autoridades e caravanas de todos os municípios goianos. Na ocasião realizaram-se o 8º Congresso Brasileiro de Educação e a Assembléia Geral dos Conselhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (Sabino Junior, 1980, p. 37).

Retomando o ano de 1932, Pedro Ludovico assinou o Decreto n.º 2.737, de 20 de dezembro, nomeando uma comissão, sob a presidência de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, para a escolha do local onde se localizaria a nova capital de Goiás. Os trabalhos foram iniciados em 3 de janeiro de 1933. O coronel Antônio Pirineus de Souza, um de seus membros sugeriu a escolha de três técnicos, Sr. João Argenta, Sr. Jerônimo Fleury Curado e Sr. Laudelino Gomes de Almeida, para realizarem os estudos das condições climáticas, topográficas e hidrológicas das cidades de Bonfim (Silvânia), Ubatam (Egerineu Teixeira), Campinas e Pires do Rio.

Segundo Nars Fayad Chaul, a construção de uma nova capital revitalizaria o estado nos mais diversos sentidos, e assim ele relata em seu livro:

“Uma nova capital seria o símbolo que levaria o Estado a sair do marasmo político-econômico, além de representar “o novo tempo” que se estruturava nos horizontes nacionais. Era parte do “novo Brasil”, do tempo novo, do Estado Novo. Uma nova capital, sobretudo, a imagem do progresso.” (Chaul, 1999, p. 81).

Em 4 de março de 1933 foi apresentado pela subcomissão um relatório à comissão de escolha, que concluía por Campinas; cidade que situa-se nas proximidades da Serrinha, seria o local ideal para se construir a nova capital. Apresentava uma topografia bastante favorável por ser plana, por estar numa região central da porção mais povoada do estado, por apresentar uma rede hidrográfica muito satisfatória, sendo banhada pelo Rio Meia-Ponte e pelos ribeirões João Leite, Anicuns, Botafogo, Macambira e outros. E, também, pela proximidade com a Estrada de Ferro Goiás e por ter um vasto perímetro de terras com boa cobertura vegetal em matas, o que facilitaria a construção da nova cidade.



Fig. 5 - Mapa da Localização da nova capital, Goiânia e sua bacia hidrográfica.
Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

Segundo Oscar Sabino Junior⁵, em 18 de maio de 1933 Pedro Ludovico instituiu o Decreto n.º 3.359, determinando que na região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas “Criméia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, fosse construída a nova capital do estado. Nesse decreto também se enumerava o ato que a transferência deveria acontecer no prazo máximo de dois anos. (Sabino Junior, 1980, p. 34).

“Adotadas tais medidas, designou-se o dia 27 de maio de 1933 para início dos trabalhos de preparo do terreno. Ficaram concluídos a 24 de outubro do mesmo ano, quando se deu o lançamento da pedra fundamental no local onde está o Palácio do Governo. Além de sua remarcada significação – notificou o Correio Oficial de 27-10-1933 – como data nacional, assumiu ela na história de nosso Estado, grande vulto. Eis que nesse dia foi dado início à maior conquista que contamos no século atual – a construção da nova capital do estado.” (Sabino Junior, 1980, p. 37).

Apesar da mudança da capital já ser um fato, havia um descontentamento por parte de muitos, principalmente entre os moradores da cidade de Goiás e também de outras partes do estado. Segundo Cristina Helou Gomide, essas pessoas, que faziam parte do grupo antimudancista, demonstravam a sua indignação escrevendo artigos nos jornais “A Coligação” e “O Democrata”, atacando

⁵ Ver Sabino Junior (1980), conforme seu livro Goiânia Global.

a figura de Pedro Ludovico pela mudança da capital e apontando problemas acerca da decisão tomada, alardeando que a cidade de Goiás era um patrimônio do povo goiano, berço da cultura do estado e que com esse ato estavam deixando a velha capital entregue ao abandono. Realmente, a cidade sofreu um impacto negativo nos primeiros anos que se seguiram após a mudança da capital. Muitas famílias inteiras se mudaram para Goiânia, e algumas levando consigo seus estabelecimentos comerciais, fazendo com que o comércio local ficasse mais precário, e por outro lado a cidade estava, também, perdendo a categoria de centro político e administrativo do estado, que já perdurava por dois séculos. (Gomide, 2003, p.40).

Em oposição aos antimudancistas, existia o grupo mudancista. Os grupos sempre se rivalizavam, cada um tentando mostrar as vantagens e desvantagens conforme a sua convicção sobre a mudança da capital para Goiânia. Os mudancistas diziam que a antiga capital não possuía infra-estrutura adequada, o seu crescimento populacional era pequeno ou quase inexistente ao longo de algumas décadas e a transferência se fazia necessária devido ao momento em que o progresso e a modernidade eram as metas do Governo, não só em Goiás, mas em todo o país. Além disso, a construção de uma nova cidade estreitava o laço com outras regiões do país, como São Paulo e Minas Gerais, devido à aquisição de materiais de construção, utilidades e outras mercadorias necessárias para a execução da nova cidade e o grupo de políticos mudancistas e progressistas conseguia o apoio local e de toda a política brasileira que defendia a exploração das riquezas nacionais, proporcionando novos investimentos e impulsionando economia regional e nacional. E, assim, se cumpria também mais uma etapa da Marcha para o Oeste, dinamizando a economia e a demografia de Goiás, uma das metas desse empreendimento do Governo Federal de então.

“A Marcha para o Oeste era um programa governamental que buscava o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico. Como movimento civilizador, deixou uma herança agrária e urbana que permeia todo o processo sociocultural da capital e fundamenta a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade e de construir, com a nova capital, a representação de sua fase mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a modernidade.” (Manso, 2001, p. 34).

A cidade de Goiânia, então nova capital, foi construída no município de Campinas, ou Campininha das Flores, como era chamada essa cidade na época. O

arraial de Campinas surgiu em torno de uma capela, como a maioria dos povoados do Estado de Goiás de então. Essa capela foi edificada pelo Sr. Joaquim Gomes da Silva Gerais no ano de 1810, surgindo assim um povoado de vida pacata e que possuía uma população envolvida em atividades rurais. No ano de 1895 chegaram a Campinas os padres redentoristas, que vieram da Alemanha para tomar conta da romaria do Divino Pai Eterno: construíram na cidade o Convento e a Casa dos Padres, e no ano de 1900 construíram a Igreja Matriz, uma das primeiras do estado a possuir um relógio em sua torre, assim como foram os responsáveis pela construção da primeira usina hidroelétrica em 1921. No ano de 1922 chegam à cidade as Irmãs Franciscanas, que ali constroem o tradicional Colégio Santa Clara, responsável pela educação de várias gerações de meninas no Estado de Goiás.

“A partir de 1933, quando teve início o processo de construção de Goiânia, Campinas começou a sentir as vantagens e desvantagens de tornar-se parte da nova capital. Com os prós e os contras, a vida de Campinas mudou completamente com o surgimento de Goiânia. Ao longo da década de 30, sua população urbana duplicou e, durante algum tempo, foi maior que a população da cidade nova, de todo lugar vinha gente, olhava para Goiânia e ia morar em Campinas.” (Silva, 2002, p. 26).

Em 1933, com a escolha do município de Campinas para sediar a nova capital do estado e com a efetivação da construção de Goiânia, Campinas passa por diversas mudanças: constroem-se novas casas comerciais, hotel, posto de gasolina, abre-se a Avenida 24 de Outubro, acontece a remodelação da Praça Joaquim Lúcio, patrocinada pela Prefeitura de Goiânia, assim como a remodelação das fachadas de diversas edificações, que a partir de então queriam se adequar aos novos e modernos padrões de arquitetura já utilizados no núcleo central da nova capital. Campinas deixa também a categoria de cidade e passa a ser um bairro de Goiânia, trazendo vantagens e desvantagens ao novo bairro. A população de Campinas ficou bastante empolgada com a construção da nova capital, sendo que muitos fazendeiros doaram terras para a nova cidade. Porém, algumas rivalidades surgiram entre os moradores de Campinas e os de Goiânia, principalmente relacionadas aos eventos esportivos, como o futebol e as atividades de lazer e de eventos sociais, rivalidades estas que perduraram até os anos de 1960 e que aos poucos foi se extinguindo com o crescimento da cidade como um todo, até desaparecer por completo. Uma curiosidade acerca dos primeiros anos da cidade de Goiânia é que existia uma “Jardineira”, ou seja, um pequeno ônibus que fazia o trajeto entre a

praça Joaquim Lúcio e a Avenida Anhanguera no Centro da cidade, ou núcleo original, que transportava a população de uma parte a outra da cidade.

“A importância de Campinas é muitas vezes relegada a segundo plano no contexto da história urbana de Goiânia. A antiga cidade representou um marco inicial na construção da nova capital, servindo como berço físico para seu surgimento. É ao mesmo tempo história e memória dos primeiros acontecimentos. Simboliza o registro vivo do tempo em que serviu de suporte para o crescimento da nova capital, foi completamente influenciada pela sua modernidade possível, inserindo-se em uma nova conjuntura temporal.” (Silva, 2002, p. 21).

As áreas destinadas à construção da área inicial da cidade, e sua futura expansão, foram adquiridas pelo estado por meio de doações, dação em pagamento, permuta e compra autorizada pelo Decreto n.º 3.397, de 26 de outubro de 1933. E um dos principais doadores de terras para o Governo estadual foi o Sr. Andreilino Rodrigues de Moraes e sua esposa, Sr.^a Bárbara de Souza, que doaram 51 alqueires de terra da fazenda Botafogo para a construção da nova capital. O município de Goiânia faz parte do Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil e situa-se na microrregião denominada de Mato Grosso Goiano, com uma área de 724,08 quilômetros quadrados, possui uma altitude média de 764 metros, possuindo alguns morros como o da Serrinha e do Mendanha, com 891 m e 841 m de altitude respectivamente.



Fig. 6 Mapa do Brasil destacando-se a Região Centro-Oeste e o Estado de Goiás
Fonte: Atlas Geográfico Escolar (2006)

Goiânia representava para o Estado de Goiás, e também para o Brasil, um grande passo para a modernização, uma das principais metas do Governo de Getúlio Vargas, e também significava um importante avanço para a Marcha para o Oeste:

“O presidente Getúlio Vargas adotou uma política de cunho nacionalista e desenvolvimentista. Nesse sentido, uma de suas orientações era a denominada ‘Marcha para o Oeste’, um projeto de desenvolvimento e penetração para o interior do país rumo à Amazônia. A nova capital de Goiás estava no roteiro geográfico, político e ideológico dessa “Marcha”. O Estado e a Nação foram unificadas por um símbolo: Goiânia. “ (Mello, 1996, p. 34).

Chaul relata também a respeito de Goiânia e sua relação com a Marcha para o Oeste e o Estado Novo, dizendo:

“Necessitando da interação econômica, o Estado Novo buscava, assim, se fundamentar numa ideologia desenvolvimentista. [...] A proposta do Estado Novo era de encampar a chamada Marcha para o Oeste. A Marcha para o Oeste era a proposta política do governo em termos de povoamento. [...] Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o Estado Novo, o inverso é também verdadeiro. Goiânia era a representação maior do ‘nacionalismo’, do ‘bandeirantismo’, da ‘sagacidade’ do brasileiro, tão decantados pelos ideólogos do Estado Novo.” (Chaul, 1999, p. 155 e 156 e 158).

A Marcha para o Oeste tinha como objetivo desbravar o sertão, povoando-o, e também era uma frente agropastoril, que trouxe melhorias à economia do Brasil Central de então. A Fundação Brasil Central, que patrocinava a Marcha para o Oeste e também a Expedição Roncador-Xingu, tinha por objetivo o desbravamento e a colonização do Brasil Central e Ocidental, na região do Alto Araguaia e Xingu.

“A Marcha para o Oeste, representada pela Expedição Roncador-Xingu, deslocaria a fronteira para o sudoeste goiano e para os vales dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, construindo estradas, pistas de Aviação, fazendas, de gado, cidades, enfim semeando modernidade pelas mãos dos expedicionários, bandeirantes do século XX.” (Lima, Filho, 2001, p. 26).

Pedro Ludovico faz de Goiânia um símbolo da Marcha para o Oeste, e com isto desarticula as forças políticas dos Caiados, representantes do poder da antiga capital; ele, inclusive, apoiou as expedições em busca da Serra do Roncador,

colocando material humano e físico à disposição para auxiliar na construção do campo de pouso e acampamento na Ilha do Bananal para a visita do Presidente Getúlio Vargas no ano de 1940.

Segundo Lima Filho⁶, vários campos de pouso ou pistas de pouso foram construídas no interior do Brasil pelas expedições da FBC – Fundação Brasil Central, como em Caiapônia, Aragarças e Xavantina. A FBC é autorizada a implantar estações de rádio em várias cidades, como em Uberaba, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Corumbá e Santarém. Tais campos são logo integrados à estrutura da Força Aérea Brasileira, até se unirem à Base Aérea de Belém, dando inclusive suporte aos vôos internacionais que ligavam o Brasil aos Estados Unidos. Nota-se, então, que os aviões impulsionam a Marcha para o Oeste, e novas cidades também vão surgindo, como Ceres e Nova Xavantina, entre outras. (Lima Filho, 2001, p. 131).

Lima Filho, em artigo na revista Horizontes Antropológicos, de junho de 2000, denominado ‘Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás’, descreve de maneira clara e objetiva a marcha para o oeste, assim como aspectos da expedição Roncador–Xingu e da Fundação Brasil Central:

“A marcha para o oeste tornou-se pública com o discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado em Goiânia em 1938 (Vargas, 1942), quando ele declarou que a verdadeira brasilidade era a Marcha para o Oeste. A partir deste evento, essa torna-se gradativamente um complexo programa governamental para ocupar aquilo que na época se chamava *hinterland* ou “espaços vazios” do sertão do oeste brasileiro e preparar a logística para a implantação e desenvolvimento do capital *agrobusiness*. Este programa governamental foi operacionalizado pela Expedição Roncador-Xingu (1942-1943) que reuniu um grupo de expedicionários, na maioria paulistas, que chegavam de trem até Uberlândia (MG), considerada a “boca do sertão” e, em caminhões, alcançaram as margens do rio Araguaia, no local onde um de seus afluentes, o rio das Garças, deságua, onde mais tarde seria construída a cidade de Aragarças. Deste local, os expedicionários rumaram a pé em direção ao rio das Mortes, sendo fundado aí um posto e depois a cidade de Xavantina, hoje Nova Xavantina. Ainda em curso, a Expedição Roncador-Xingu foi incorporada pela Fundação Brasil Central, criada pelo decreto de Getúlio Vargas. A Fundação Brasil Central existiu, desta maneira, de 1942 até 1967 e recebeu grande apoio dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

No período de sua existência, a Fundação Brasil Central construiu cidades, estradas, pontes, organizou expedições ao vale do rio Xingu e Amazônia em parceria com o Serviço de Proteção aos Índios, depois com a Fundação Nacional do Índio e Força Aérea Brasileira. A Fundação Brasil Central construiu também hospitais, um hotel de luxo na Ilha do Bananal em terras dos Karajás e patrocinou várias atividades relacionadas com a frente de expansão pioneira no oeste do Brasil. Das cidades importantes

⁶ Lima Filho (2001). Maiores informações consultar seu livro *Desencanto do Oeste*.

construídas pela Fundação Brasil Central destaca-se Aragarças.” (Lima Filho, 2000, p. 67).

Goiânia é construída e se desenvolve dentro desse contexto, e a sua fundação não é só para retirar da oligarquia dos Caiado o poder político de então, ela faz parte de um símbolo do Governo federal de expansão de fronteiras e povoamento do oeste do Brasil.

“Goiânia era a primeira capital moderna no sertão. Idéia materializada por uma estátua do bandeirante Anhanguera mirando para o Oeste, numa praça central da cidade, por um Monumento das Três Raças na Praça Cívica e, finalmente, pelo nome Palácio das Esmeraldas, dado ao prédio central do Governo do Estado.” (Lima Filho, 2001, p.147).

Com a efetivação da idéia da mudança da capital, esta necessitava possuir um nome. Dentre uma dezena de nomes apresentados, citamos alguns como Petrônia, Pátria Nova, Goiânia, Goianésia, Americana, Eldorado, Anhanguera, Campanha. O nome Goiânia foi escolhido por meio de um concurso promovido pelo jornal ‘O Social’, que era editado na Cidade de Goiás, e o vencedor do concurso foi o Sr. Alfredo Faria de Castro, que usou o pseudônimo de Caramuru Silva do Brasil, sendo ele na época morador da antiga capital e professor no Lyceu de Goiás. Para justificar o significado do nome por ele escolhido, o Sr. Alfredo o fez da seguinte maneira:

“Goiânia. Qual o nome que pela sua significação, sua sonoridade, fácil grafia e sentido histórico, melhor se adaptaria à cidade nova que será a Capital do estado? Haverá, é certo, copiosa lista de denominações para a nova urbe. Nenhuma, porém, conservará o sabor histórico, a cor local, o significado regional desta palavra, curta, sonora que reflete com serenidade a idéia dessa nossa origem.

A solução de continuidade histórica que advirá da imposição de um apelido, talvez interessante e valioso, sob vários aspectos, à mais importante cidade do Estado, não deixaria de arranhar, sequer de leve, o entranhado amor que devotamos ao culto sagrado das nossas tradições.

GOIÂNIA – Nova Goiás, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolizará a glória da origem de todos os goianos. Goiás, 10- 10- 33. Caramuru Silva do Brasil.” (Sabino Junior, 1980, p. 210).

Em seu livro, Chaul faz uma análise sobre a construção de Goiânia e a mudança da capital, enumerando alguns aspectos básicos para que tal fato se efetivasse, relatando que:

“A construção de Goiânia e a transferência da capital podem ser vistas sob alguns aspectos que passamos a enumerar: primeiro, como uma estratégia de poder de Pedro Ludovico – representante dos interesses dos grupos

oligárquicos do sul e sudoeste, que tinha na mudança da capital uma forma de consolidar seu poder político, uma vez que de 1930 a 1937, no Brasil, tudo era provisório; segundo, Goiânia mais que uma capital para Goiás, era uma capital para o sul e sudoeste, à medida que permitia uma maior inserção de Goiás na economia de mercado; em terceiro lugar, uma nova capital seria de suma importância para o progresso de acumulação capitalista no Estado; Por fim, Goiânia representava a consolidação da frente pioneira na região, servindo de trampolim para a conquista da Amazônia. Tudo isto foi feito em nome do progresso, ou seja, da visão burguesa do progresso.“ (Chaul, 1999, p. 163 e 164).

Após a escolha por técnicos da comissão acerca do local para se implantar a nova capital, o Interventor Pedro Ludovico procurou a opinião do engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy, para que desse seu parecer sobre a escolha do local para a construção de Goiânia.

Armando de Godoy nasceu no ano de 1876, em Volta Grande (MG), formado em Engenharia Civil no ano de 1901, na Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele estava sintonizado com os debates e realizações resultantes dos movimentos urbanísticos do final do século XIX e início do século XX. Possuía bastante conhecimento sobre as questões urbanas e era um dos urbanistas brasileiros mais bem informados a respeito dos principais acontecimentos na Europa e na América. Em abril de 1933, Armando de Godoy apresentou um documento relatando todas as vantagens da mudança da capital e expôs os principais requisitos e os critérios necessários para a fundação de uma cidade moderna. Manifestou-se a respeito das diretrizes para a estrutura viária, o controle da expansão urbana e da venda de lotes. Preocupou-se, também, com as despesas da construção dos edifícios públicos e, ainda, com o calçamento das vias públicas. Fez considerações sobre o provimento de energia elétrica e de abastecimento de água para a cidade. Fez referência à velha capital, dizendo que a cidade já não mais comportava, devido a vários fatores, ser a sede do centro administrativo do estado e a respeito do sítio escolhido no município de Campinas, ele se mostrou completamente satisfeito com a escolha do local para sediar a nova capital.

2. PATRIMÔNIO EM QUESTÃO: PROBLEMAS, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

2.1 Revisitando o Patrimônio Histórico e Cultural

A respeito do patrimônio, faremos aqui uma contextualização desse tema, onde trataremos desde a questão da sua conceituação, do surgimento da preocupação da preservação desse, até as diversas formas de patrimônio existentes.

Autores como Choay (2001) referem-se ao patrimônio como:

“Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas de belas artes e das antes artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.” (Choay, 2001, p. 11).

Funari e Pelegrini, em seu livro, o descrevem também como:

“Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* familiar, pai de família. [...] A família compreendia tudo o que estava sob o domínio do Senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, tudo que podia ser legado por testamento, sem executar, portanto, as próprias pessoas [...] O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana [...] O patrimônio em patrimonial, individual e privativo da aristocracia.” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 11).

Foi na França, a partir da revolução de 1789, que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio. Em meio à Revolução Francesa, criava-se uma

comissão encarregada da preservação dos movimentos nacionais. Funari e Pelegrini relatam em seu livro que:

“O objetivo era proteger os movimentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura. A legislação protetora do patrimônio nacional francês tardia ainda de muitas décadas, pois a primeira Lei é de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906, já em pleno século XX.” (Funari, Pelegrini, 2006, p. 19).

Assim como no Brasil, na França a noção de patrimônio acontece em momentos de ruptura: na França com a Revolução Francesa e no Brasil com o Estado Novo. E é a partir daí que se começa no Brasil, através de intelectuais ligados à Semana de Arte Moderna de 1922, e com apoio de políticos e de algumas camadas mais favorecidas da população, a se tentar preservar o nosso patrimônio, primeiramente o edificado, relacionado às construções, principalmente as religiosas e posteriormente as edificações em âmbito geral e já ultimamente relacionados ao patrimônio imaterial.

O tema do Patrimônio Histórico esteve historicamente associado à preservação de nossa memória cultural. Já foi dito que um povo sem memória é um povo sem futuro.

“Patrimônio Histórico é tudo aquilo que lembra um fato, ou uma época de nossa história, e que por isso merece e deve ser preservado. O patrimônio está dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiro, anota-se os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente. O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, as técnicas, ao saber e ao fazer. E o terceiro grupo reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.” (Silva, 1990, p. 25).

Existem várias maneiras de se preservar uma área histórica, ou mesmo edificações e objetos isolados no contexto urbano, sendo que algumas delas são: o tombamento, a restauração, a proteção ambiental, tutela e meio ambiente, e mais recentemente a revitalização urbana.

Dentro do conceito de patrimônio histórico existem áreas de preservação histórica, cultural e paisagística. Essas são de interesse urbanístico especial porque foram reconhecidas como de bens imóveis, cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatores memoráveis da história do Brasil, quer por seu

excepcional valor arqueológico, etnográfico ou artístico-arquitetônico; quer por representarem monumentos naturais, sítios e paisagens dotados pela natureza ou por obra do homem. Tais bens vêm recebendo a denominação de bens culturais e ambientais, e a área em que se situam é denominada de meio ambiente cultural.

“Os bens culturais ambientais são, como se viu, de natureza imobiliária, o que lhe impõe mais restrito do que o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e paisagístico, pois este abrange todos os bens, móveis ou imóveis, existentes no país, cuja conservação e proteção sejam de interesse público, que por sua vinculação a fatos, que por seu excepcional valor arquitetônico, arqueológico, artístico e paisagístico, inseridos num dos livros do Tombo, previsto na lei.” (Decreto-Lei nº 25, de 30.11.1937, art. 1º, apud, Silva 1990, p. 25 e 26).

Ao Direito Urbanístico só interessa o patrimônio histórico, arquitetônico, paisagístico, integrado de bens imóveis, considerado com foi visto, como patrimônio cultural ambiental, pois só esse pode ser objeto de plano urbanístico, que lhe ordene a área respectiva e que consiste na disciplina jurídico-urbanística do meio ambiente cultural, que está disciplinado pelo Artigo 180, parágrafo único, da Constituição Federal. Ao estabelecer-se na Carta Magna que esses bens culturais ficam sob a proteção do poder público, impõe-se a todas as entidades dotadas de poder público, União, estados e municípios, não só a competência mas o dever mesmo de organizar-lhes a tutela mediante legislação e planos adequados.

O patrimônio histórico pode ainda ser tomado individualmente ou em conjunto. Individualmente, pode-se citar alguns edifícios isolados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em conjunto, pode-se apontar o caso de certas áreas nas cidades de Salvador, Ouro Preto, São Luiz do Maranhão, Cidade de Goiás e outras.

A preservação se faz necessária em todos os campos das atividades humanas para que a história da sociedade seja mantida viva aos olhos das gerações futuras. Ao preservar uma área ou edifício da cidade, a sociedade ganhará um novo espaço que poderá melhorar muitos aspectos da vida local. A preservação nas cidades visa a integridade de seu conjunto urbano-histórico, buscando relacioná-lo ao seu sítio físico, explicitando assim os fatores culturais incorporados em seu processo de formação e desenvolvimento.

A questão do patrimônio histórico no Brasil, e a preservação desse patrimônio, esteve por muito tempo ligada a tudo o que se relaciona aos três primeiros séculos da ocupação portuguesa em nosso território. Muito disso se deve ao fato de que a responsabilidade desse assunto era do Museu Nacional, ligado às elites governantes.

Nos anos 1920 e 1930, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, no governo de Getúlio Vargas, os intelectuais modernistas dirigem e participam de forma atuante nesse novo órgão, começando a fazer algumas modificações na maneira de como se preservar e ver tal preservação do patrimônio.

Na semana de 1922, os modernistas, ativistas do SPHAN, se apresentam como um grupo antiburguês, que valoriza o primitivo, a regionalização, e o maior nome desse movimento foi Mário de Andrade, que servia de elo entre vários intelectuais modernistas, entre eles, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade.

O patrimônio surge no Brasil assentado em dois pressupostos modernistas, enquanto expressão de modernidade. O primeiro é o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas. O segundo é a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social. A atuação dos modernistas no SPHAN mostra como eles se colocavam num campo cultural e político, num regime autoritário.

Nessa primeira fase do SPHAN, chamada de “fase heróica”, dos anos 1930 até o final dos anos 1960, ele era um órgão isolado dentro do governo, distante da sociedade e não exercendo fascínio nos partidos políticos, era uma instituição atípica, restrita aos intelectuais. Em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e assumindo o órgão Renato Soeiro, o SPHAN entra numa nova fase, a “fase moderna da instituição”.

Na primeira fase os primeiros edifícios preservados eram barrocos, principalmente igrejas, posteriormente alguns prédios neoclássicos e alguns edifícios modernos, como a primeira casa modernista de Warchavisk em São Paulo, a Igreja de São Francisco, na Pampulha, em Belo Horizonte e a Catedral de Brasília.

Na segunda fase, a partir dos anos 1960 e 1970, o SPHAN começou a trabalhar em conjunto com Seplan, IPHAN, Sudene e Embratur, e funda o PCH, logo depois começa a funcionar o CNRC nos anos 1970 para 1980, e uma equipe multidisciplinar começa a trabalhar com o patrimônio no Brasil, não só mais intelectuais e arquitetos, mas também artífices, críticos literários, bibliotecários, físicos, matemáticos, historiadores e outros. A abrangência sobre patrimônio é ampliada, e não só mais o patrimônio edificado sobre pedra e cal é valorizado, mas também o patrimônio cultural material e imaterial. Nos anos 1970 e 1980, e até nos anos 1990, houve uma evidente ampliação de conceituação de patrimônio, em termos de instrumentos de preservação. E o Sr. Aloísio de Magalhães teve um importante papel nas modificações ocorridas na preservação do patrimônio no Brasil, criando um produto brasileiro, que não fosse cópia de outros países: estava pensando no futuro e não só em valorizar o passado, ou bens do passado.

Segundo Lima Filho (2006), no Brasil destacam-se dois períodos nas políticas oficiais do patrimônio cultural. Primeiro, com a criação do SPHAN em 1937, onde se adotava uma política de restauração e conservação do patrimônio edificado, principalmente de cidades históricas e também de arquivos, sendo que de 1937 a 1979 o responsável pelo SPHAN era o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade. No segundo período, o Sr. Aloísio de Magalhães, ampliou as políticas públicas do patrimônio cultural, introduzindo a noção de bens culturais, representando a diversidade cultural do Brasil, e não só apenas o patrimônio de bens imóveis, como era praticado até então.

Durante o século XX foram elaborados inúmeros conceitos a fim de se interpretar os processos de formação da identidade nacional, dentre eles temos o registro, o tombamento, a cultura material, a cultura imaterial, o folclore, a cultura popular, o patrimônio edificado e vários outros, subsidiando assim o Inventário Nacional de Bens Culturais, que busca compor na documentação sobre o processo histórico e cultural de nosso país por meio de análise e conceito do patrimônio.

Lima Filho relata que com todas essas informações foram criados no Brasil vários instrumentos jurídicos que resguardam informações e registros para o estudo da cultura e sociedade brasileira, e essas informações resultam nos seguintes instrumentos:

“A Legislação propriamente dita somente foi definida por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado por Getúlio Vargas e o ministro da educação Gustavo Capanema. Com este instrumento legal institui-se o tombamento federal e nacional. Destaca-se ainda a Lei nº 3924, de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, conhecida como a Lei do Sambaqui. [...] Os instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro estão presentes nas Constituições de 1934, 1932, 1946, 1967, na Emenda Constitucional de 1967 e finalmente na Constituição de 1988, no Título II, Capítulo I, Artigos, LXXIII, no Título III, Capítulo II, Artigo 20, X e XI, Artigo 23, I, III, IV, V, VI e Artigo 24, VII e VIII; no Capítulo IV, Artigo 30, IX, e no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Artigo 216. Finalmente, no sentido de aperfeiçoar e complementar as Leis de Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro, destaca-se a importância do Decreto nº 3551, de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.” (Lima Filho, 2006, p. 24).

Atualmente, o reconhecimento da ampliação do conceito de patrimônio é uma das realizações mais significativas para a preservação e o futuro das cidades, fazendo com que se avalie o que se faz até o presente momento e as necessidades de se intervir no espaço das cidades. Coelho e Valva fazem referências em seu livro sobre Patrimônio Cultural Edificado, dizendo:

“O conceito de patrimônio cultural, e mesmo de patrimônio arquitetônico, esteve, durante muito tempo associado somente à noção limitada do excepcional, numa perspectiva bastante tradicional. A única preocupação e entendimento de patrimônio era o monumento único, sem considerar as diversas relações que os bens culturais apresentam entre si. Portanto, patrimônio histórico ou patrimônio cultural, como tem sido mais comumente designado, passa o seu compreendido como algo bem mais amplo, já que e a história é um contínuo que não pára de produzir, de se manifestar pela criação artística e cultural das diversas camadas da população”. (Coelho, Valva, 2005, p. 12 e 13).

Nota-se, então, que o patrimônio, de modo geral, passa a englobar elementos o mais variado possível, desde as peças artesanais em barro ou madeira, passando pelas festas populares, os documentos escritos, os monumentos em pedra e cal, desde as de taipa-de-pilão até os mais modernos em aço e concreto, sendo todos considerados como elementos de nosso vasto acervo cultural.

Coelho e Valva relatam ainda:

“Em âmbito internacional, a preservação do patrimônio cultural é uma preocupação que começa a tomar forma a partir de 1964, com a divulgação da “Carta de Veneza”, que levanta a necessidade de se considerarem, com o mesmo grau de interesse e importância dos monumentos isolados, tanto os sítios urbanos e rurais, quanto obras modestas que, com o tempo, adquiriram um significado cultural.” (Coelho, Valva, 2005, p. 15).

E, conforme Lemos:

“Patrimônio Cultural está dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, a água, os seus peixes, suas cachoeiras e corredeiras transformáveis em força matriz movendo rodas e moendas, acionando monjolos e fazendo girar incrivelmente rápidas as turbinas das usinas de eletricidade. [...] O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento as técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio cultural [...]. Vai desde a perícia no rastreamento de uma caça esquiada na floresta escura até às mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração. [...] O terceiro grupo de elementos é de grande importância, porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber”. (Lemos, 1987, p. 8, 9 e 10).

Numa primeira reflexão já podemos verificar que sempre devemos prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza. Assim, um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependência e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertenceu. Daí, a inoportunidade de algumas coleções ou museus ditos “pedagógicos”, que, isolando objetos diversificados, nada esclarecem e mais constroem com sua inutilidade. Artefatos, no entanto, têm vida demorada e uso prolongado, podendo até ter serventias diversificadas – ou melhor, ter trocados os seus fins utilitários originais. Objetos já ultrapassados, e fora de uso, podem ser usados com outra finalidade e servir tanto quanto antes.

“Existem, também importantes e históricos exemplos de construções que tiveram seus usos originais substituídos, embora a função de abrigar é próprio do espaço arquitetônico continua-se sendo exercício. [...] O programa e as sucessivas alterações nos usos e costumes também exigem modificações nos artefatos de uso prolongado, como nos casos de morada, por exemplo”. (Lemos, 1987, p. 13 e 14).

Exemplos significativos de construções e artefatos estão aí, espalhados pelas cidades, sofrendo modificações e alterações que irão descaracterizá-los. Modificando todas as características originais desses exemplares, estaremos destruindo parte do patrimônio cultural da nação, portanto se torna importante à preservação desses poucos exemplares.

Se preservarmos as características de uma época teremos forçosamente que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber.

Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.

As cidades no Brasil, principalmente as de grande porte, vêm se alterando, não estando preocupadas em preservar nada do nosso passado histórico, ali no coração da cidade, a não ser meia dúzia de fotografias.

Com isso, percebemos que a problemática da conservação do Patrimônio Ambiental Urbano apresenta inúmeras facetas que variam conforme a história do desenvolvimento das cidades, que vão desde a metrópole caótica até as cidades que Monteiro Lobato chamou de mortas porque, esvaziadas de recursos econômicos, perderam-se no tempo. Mas, em qualquer uma dessas cidades é quase impossível a sua recuperação, ou preservação total.

Temos que nos lembrar que existem hoje três hipóteses de situações urbanas, onde os bens culturais tangíveis comparecem sugerindo providências diversificadas dos preservadores. A primeira é aquela que reúne um traçado urbano qualquer acompanhado de construções originais que podemos chamar de primárias. É o caso de Ouro Preto, de Brasília e de outras.

Em outros tempos o Patrimônio Cultural já foi denominado Patrimônio Histórico e Artístico. Mas, atualmente, o termo tem maior amplitude e engloba tanto os aspectos históricos como os ecológicos.

Ataídes, Machado e Souza, em seu livro, relatam que:

“O Patrimônio cultural é constitutivo de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocionais, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural”.
(Ataídes, Machado e Souza, 1997, p. 11).

Atualmente, o Patrimônio Cultural está dividido em quatro categorias: os bens naturais; os bens de ordem material; os bens de ordem intelectual e os bens de

ordem emocional. Os bens naturais estão relacionados à natureza; os de ordem material estão relacionados por objetos, imóveis; os bens intelectuais aos saberes do homem, e os bens emocionais estão relacionados ao sentimento coletivo ou individual, através de festas, folclore. Portanto, não somente os bens imóveis fazem parte do Patrimônio Cultural, qualquer manifestação que represente ou comprove a história de uma população é considerado um bem cultural.

Os autores explicam, ainda, que:

“O Patrimônio é constituído então de bens imateriais e não materiais, enfim, de tudo que se refere à identidade, a ação, à memória de uma sociedade”.
(Ataídes, Machado e Souza, 1997, pg. 13).

2.2 Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico

O patrimônio arquitetônico de uma cidade é importante para a sua memória cultural, por isso deve-se preservar qualquer tipo de edificação que apresente algum comprometimento com a história da cidade, pois é por meio desse que se torna possível conhecer a sociedade local em determinada época, identificando os costumes da população, isto é, onde morava e como convivia no espaço por ela constituído.

Mas, a escolha de tais objetos, escolha suscetível de isolar os que pertencem ao patrimônio e os que dele estão excluídos é bem mais ambígua do que a idéia que se faz de cada um dos elementos que o compõem. E, ao fim da análise dos critérios dessa escolha, poder-se-á talvez perguntar se o próprio objeto unitário, através de evolução do conceito global, é tão claramente delimitável como acaba de ser enunciado.

Em todo caso, diante da fluidez do domínio considerado em seu conjunto inicial, que o estudo prospectivo tem justamente, entre outros sentidos, o de apreender a futura evolução de um conceito que varia segundo a natureza dos critérios escolhidos para defini-lo.

“O patrimônio arquitetônico tenta definir, dentro de critérios já claros, os edifícios que podem ou não serem enquadrados para a preservação. Para se tornar um patrimônio, a edificação passaria por uma série de análises e avaliações sendo estudadas suas características próprias, o seu entorno, imediato e todo o contexto urbano que ela faz parte. Mas existe uma certa ambigüidade nesta escolha, para certo local ou certa época a edificação ou o conjunto pode nada representar, mas enfocando-se de outra maneira, o conjunto urbano pode ser representativo, sendo que é difícil delimitar o que pode ou não estar enquadrado dentro do patrimônio arquitetônico”. (Silva, 1990, p. 27).

O patrimônio urbanístico, juntamente com o arquitetônico, é de grande importância para a cidade, pois esta não é formada apenas de edificações e, sim, de ruas, praças, espaços públicos, rios, áreas de preservação ambiental, avenidas, praias etc.

Para definir-se algum espaço como patrimônio urbanístico seria necessário proceder a análises e avaliações dos locais por parte dos técnicos e profissionais liberais envolvidos, tendo como critério básico a escolha de áreas representativas, isto é, que traduzam a sua importância no presente tendo como base a sua relevância para a cidade em épocas passadas.

Choay, em seu livro *A Alegoria do Patrimônio*, relata que:

“A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É, então, pelo efeito da diferença e, conforme a expressão de Pugin, por *contraste*, que a cidade antiga se torna objeto de investigação. Os primeiros a considerá-la em perspectiva histórica, e a estudá-la segundo os mesmos critérios que as formas urbanas contemporâneas são os fundadores (arquitetos e engenheiros) da nova disciplina, à qual Cerdá dá o nome de urbanismo. O mesmo autor propõe a primeira história geral e estrutural da cidade. Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são todavia solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual.” (Choay, 2001, p.179).

É possível conseguir-se a preservação e a revitalização de áreas, nas quais são encontrados patrimônios urbanísticos e arquitetônicos que representam

um grande valor cultural para a cidade. Quando consegue-se encontrar, em uma mesma área da cidade, edificações e espaços urbanos representativos, estes são chamados de conjunto arquitetônico. Tais conjuntos devem ser preservados, e é preciso ressaltar que esses espaços devem ter características tipológicas semelhantes e terem sido construídos em uma mesma época.

2.2.1 Conjuntos Arquitetônicos

À concentração, em certa parte da cidade, de monumentos, edifícios e ruas, formando aglomerado urbano, e quando esses têm características tipológicas semelhantes, ou que tenham sido edificados em uma mesma época, podemos dar o nome de conjunto arquitetônico. Esses conjuntos arquitetônicos são, geralmente, histórico-culturalmente interessantes, por fazerem parte da história do centro urbano. Por isso, devem ser preservados para que possam auxiliar no entendimento da formação da cidade. Mais recentemente, a política de preservação dos bens culturais tem privilegiado os núcleos urbanos, de “centros históricos” ou de conjuntos arquitetônicos ou urbanísticos – um bairro, uma praça, uma rua, um quarteirão, assim como a proteção de uma paisagem, rural ou urbana, no mesmo nível que era preservado uma excepcional edificação, a obra de um notável arquiteto ou artista, obra-prima representativa da cultura de uma época.

Os conjuntos arquitetônicos são mais interessantes de serem preservados do que os edifícios isolados, por formarem uma parte da cidade, onde são englobadas as ruas, as casas, as praças etc.

No entanto, ao se pretender abordar a preservação e a revitalização do entorno ou vizinhança de um ou de vários monumentos de uma área urbana, de uma cidade ou de um sítio natural ou paisagístico, urbano ou rural, a problemática se amplia em sua complexidade, pois nessas áreas vive uma população que as utiliza para a moradia, para local de trabalho, de lazer, de circulação.

O crescente aumento demográfico das cidades tem provocado, na maioria dos núcleos urbanos, principalmente naqueles situados nos países ditos em

desenvolvimento, alterações na trama urbana, através do alargamento das vias, ou da abertura de novas avenidas ou eixos rodoviários, trazendo como consequência a destruição do acervo edificado. E a destruição desses acervos, além de descaracterizar a cidade, traz para a população uma série de complicações. Esses conjuntos arquitetônicos são demolidos para que sejam construídos centros comerciais e financeiros, que trarão para aquela região da cidade um grande fluxo de pessoas e automóveis, transformando a vida de toda a vizinhança. Isso ocorre devido à especulação imobiliária, pois os grandes grupos estão interessados em comprar áreas próximas ao centro da cidade, onde geralmente estão situados ainda alguns conjuntos arquitetônicos de certa importância histórico-arquitetônica. E as populações que habitam ou fazem uso desses prédios conseqüentemente terão de sair do local, gerando assim um novo problema social.

Em Goiânia devido às constantes alterações urbanísticas e arquitetônicas ocorridas no Centro da cidade, e principalmente com a verticalização deste, muitas edificações que compunham um conjunto arquitetônico interessante foram demolidos ou severamente adulterados. Mas ainda pode-se observar vários destes conjuntos arquitetônicos espalhados em praças e ruas do Centro e devem ser preservados e revitalizados, principalmente nas ruas do antigo “Bairro Popular”, que atualmente faz parte do Centro e de algumas ruas próximas na região da Catedral, da Assembléia Legislativa, próximo ao Bosque dos Buritis e também da Praça Cívica.

2.2.2 Conjuntos Ambientais

Conjunto Ambiental Urbano: consideram-se assim os trechos de cidades, quarteirões, ruas, praças ou lagos, que apresentam características ambientais peculiares localmente, e que se constituem em um bem cultural para a comunidade. Para essa categoria buscou-se ultrapassar as considerações únicas dos exemplos arquitetônicos mais significativos, tomando-se em conta diversos valores de análise capazes de detectar nos trechos em questão seu significado cultural, histórico ou paisagístico:

- Urbanístico-tipológico – quando se encontram presentes, ainda sem descaracterização, o traçado urbano inicial e/ou um conjunto arquitetônico com determinadas características tipológicas. Ainda como aspecto qualificador são considerados os tratamentos urbanísticos e paisagísticos desses espaços – mobiliários, calçamento, pavimentação, arborização.
- Histórico-cultural – quando o espaço urbano traz em si como reconhecida vinculação com a formação histórica da sociedade local ou estadual, evocando fatos, circunstâncias ou momentos históricos de um passado distante ou recente.

2.2.3 Edifícios Isolados

Esta categoria está relacionada aos imóveis de significado histórico-cultural que se encontram localizados de forma isolada no espaço físico urbano ou rural, ou, ainda, que tenham no entorno espaços extremamente descaracterizados.

Infelizmente, a política de preservação no Brasil tem constatado a inviabilidade de preservação do monumento isolado, diante do crescente aumento demográfico urbano, da metropolização das cidades, que vem ocorrendo neste século, com as descaracterizações agressivas que daí decorre, com a renovação do acervo edificado visando maiores gabaritos e a especulação imobiliária crescente e, bem assim, com a necessidade de ampliação das infra-estruturas urbanas, notadamente das vias de trânsito; por outro lado, começou a ser dada maior ênfase à valorização do bem cultural de sentido social, popular, ou vernacular, frente àquele de origem erudita, estilística, de valor estético ou histórico, até então tido como o de maior ou de exclusiva importância.

Devido às constantes demolições, para dar lugar a espigões, que só contribuem para congestionar a área central da cidade, as casas ainda remanescentes devem ser estudadas e, se possível, preservadas a gerações futuras, pois se formos pensar que não se deve preservar, por estar o edifício isolado, daqui a alguns anos não existirá mais nenhum exemplar da arquitetura da

época da construção. Atualmente, já não existem bons exemplos de conjuntos residenciais urbanos em Goiânia; e os poucos que restam se não forem preservados, serão demolidos como tantos outros. Por isso, deve ser implantada uma política de preservação, mesmo dos edifícios isolados, fazendo com que edifícios que já não sirvam mais para serem utilizados como residência, sejam usados, como escritórios, lojas comerciais, sem perderem as características originais, para que o edifício possa transpor o seu momento gerador e continue a servir à população, não apenas como peça de museu urbano, mas como integrante da paisagem e como estrutura de abrigo às novas necessidades da comunidade.

2.3 Revitalização

Discutiremos agora as questões relativas à revitalização, preservação e patrimônio, abordando desde os conceitos até a problematização desses assuntos.

Do ponto de vista etimológico, a palavra “*revitalizar*” significa a possibilidade de alguma coisa ganhar uma nova vida, um novo vigor. Portanto, a revitalização – ato ou efeito de revitalizar – refere-se às “*medidas que visam criar uma nova vitalidade, a dar novo grau de eficiência a alguma coisa*”. (Del Rio, 1996, p. 4)

Transpondo para a área urbana, podemos dizer que essa é a idéia básica que orienta os planejadores preocupados em intervir nos processos de degradação das cidades ou parte delas.

“Renovação urbana, reabilitação urbana, requalificação urbana são outras denominações deste tipo de ação, visando dar novo vigor a estes espaços da cidade”. (Santos, 1988, p.61).

Del Rio (1990), ao definir revitalização urbana, chama atenção para a amplitude desse conceito, vez que:

“Incorpora práticas anteriores, mas é mais que simples adição, pois os excede e supera na busca por uma nova vitalidade (econômica, social, cultural e físico-espacial) para as áreas centrais, seus modelos urbanos se distanciam tanto dos processos traumáticos de renovação quanto das atividades exageradamente conservacionistas.” (Del Rio, 1996, p. 4).

Nessa perspectiva, a revitalização urbana é entendida como o conjunto de ações que tem por objetivo imprimir uma nova dinâmica a um espaço, incentivando:

“A atribuição de novos usos e funções, tornando as edificações e os espaços públicos compatíveis com as necessidades de uma sociedade contemporânea e apresentando-as como alternativa para a crescente demanda de novas construções e equipamentos públicos”. (Revista Projeto, n.º 160, p. 48, apud, Silva, 2000, p.16).

SIMÕES JR. (1994) amplia essa visão quando defende que a revitalização urbana deve resgatar as áreas degradadas, tanto do ponto de vista funcional como econômico, social, cultural e ambiental. Sob essa ótica, busca valorizar os:

“Marcos históricos e simbólicos existentes através de políticas de preservação do patrimônio arquitetônico e cultural, incrementando atividades de turismo e lazer nesses locais a partir de referenciais mais humanos na escala dos espaços coletivos produzidos, além da ampliação da consciência ecológica”. (Simões JR., 1994, n.º 19).

A revitalização está relacionada também a uma melhor utilização, ou reutilização do espaço existente, buscando viabilizá-lo, do ponto de vista econômico, aproveitando o seu potencial já instalado para atingir uma melhor resposta sociocultural. Nesse sentido, promove o desenvolvimento urbano por meio de ações inter-relacionadas, possibilitando uma reabilitação das áreas decadentes da cidade. Esse modelo de desenvolvimento toma como um dado econômico e cultural a estrutura e a forma da cidade, e como um dado social a trama de relações sociais e de atividades que podem suportar.

Coelho e Valva⁷, em seu livro, relatam a respeito do conceito de revitalização, dizendo:

⁷ Ver Coelho e Valva (2005), em seu livro: Patrimônio Cultural Edificado.

“O conceito de revitalização urbana é bastante amplo e está ligada a readequação funcional, englobando recuperação e renovação das estruturas existentes, envolvendo diversas ações, como reabilitar e requalificar áreas degradadas, restaurar e reciclar. A ênfase maior vem sendo dada aos espaços públicos, reforçada por uma ação integrada entre o poder público e a iniciativa privada.” (Coelho, Valva, 2005, p. 159).

Não se pode pensar na revitalização de uma área, seja um lugar ou edifício, de forma isolada, já que esta deve estar integrada à cidade, atendendo às suas múltiplas funções, inclusive das atividades vinculadas aos valores culturais, educacionais, ambientais etc. Aos locais a serem revitalizados devem-se dar múltiplas funções, a fim de que possam contribuir para a vida da cidade e das pessoas, e não transformá-los em museus ou centros culturais e de lazer que não seriam de uso da comunidade em geral.

Nesse sentido, RODRIGUES (1986) defende que para reestruturar-se uma cidade é preciso atender as suas necessidades contemporâneas, buscando:

“Compreender o beneficiamento dos espaços de uso e domínio público, com remanejamento ou redimensionamento e correção dos espaços de permanência ou circulação coletiva, ou de equipamentos e espaços dos sistemas de serviços urbanos, por necessidade de novos usos ou por pressão de maior demanda”. (Rodrigues, 1986, p. 117).

Percebe-se com essa afirmação que é extremamente necessário o conhecimento do dia-a-dia da população, assim como a dimensão dos espaços públicos e privados e suas relações de uso.

Del Rio (1990), ao realizar um estudo da evolução das intervenções urbanísticas em espaços urbanos, demarca as diferenças entre as propostas de intervenção, utilizando como critérios de definição: a natureza, seus objetivos e os resultados obtidos. Tais propostas, denominadas de paradigmas, originaram-se em Paris, no século XIX, no ano de 1851, no mandato do prefeito Barão Haussmann e do governo de Napoleão III. Esses paradigmas, ou modelos, foram assim classificados: modelo de embelezamento e de saneamento, modelo de cidade

modernista, modelo de preservação histórica e do conservacionismo e modelo de revitalização urbana.

- Modelo de Embelezamento e de Saneamento – Nesse modelo, muito utilizado do final do século XIX até o início do século XX, o solo urbano era visto como mercadoria e as novas intervenções passam a contrastar com as estruturas existentes, surgindo novas lógicas funcionais, sociais e econômicas.
- Modelo da Cidade Modernista - Esse modelo surgiu na década de 1920, na Europa, devido às péssimas condições de vida e de moradia das cidades. Para solucionar essa problemática foram aplicadas soluções radicais, principalmente nas áreas centrais, muitas vezes destruindo tudo o que se considerava obsoleto ou ultrapassado, erguendo, em seu lugar, um novo espaço.
- Modelo da Preservação Histórica e do Conservacionismo - Esse modelo urbanístico, muito usado após a 2ª Guerra, mantinha intacta a arquitetura, vista como monumento ou museu. A partir desse entendimento, em qualquer possível intervenção, não se admitia alterar tais patrimônios.
- Modelo da Revitalização Urbana - Esse modelo surgiu na década de 1960. No entanto, só a partir dos anos 1970 começou a ser implantado no Brasil, tomando corpo principalmente nos anos 1980, a partir das crises política, ecológica, econômica e energética. Isso porque, naquela década, intensificou-se a falta de investimentos nas metrópoles, o que contribuiu para a diminuição da qualidade de serviços, de conservação dos sistemas públicos, e, concomitantemente, para o aumento da criminalidade, para a concentração de miséria e para o desgaste natural de equipamentos urbanos que não tinham manutenções constantes. Esse quadro contribuiu para que as administrações públicas das capitais passassem a perceber a importância do patrimônio constituído nas cidades, seja

ele de ordem física ou social, particularmente na área central. Daí, surgiu a necessidade de desenvolverem ações planejadas, no sentido de uma melhor utilização, ou reutilização do patrimônio existente, viabilizando-o economicamente a partir de suas potencialidades. Com isso, difundiu-se o modelo de revitalização urbana com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, tendo como base ações integradas a fim de possibilitar uma “nova vida” às áreas urbanas deterioradas ou subutilizadas.

Mello e Vasconcellos (2006) relatam no capítulo dois do livro *Intervenções em Centros Urbanos*, organizado por Castilho e Vargas, sobre as intervenções urbanas utilizadas nas cidades, usando outras denominações, diferentes das utilizadas por Del Rio (1990), para esse tipo de intervenção. Esses autores utilizam-se dos termos “renovação urbana”, “reabilitação” e “requalificação urbana” e, também, “revitalização urbana”, nesse caso se homogeneizando com Del Rio. Apesar dos termos serem diferentes eles designam os mesmos fatos e época dessas intervenções, sendo basicamente diferentes apenas nas denominações.

Mello e Vasconcellos assim relatam essas intervenções:

“Com o aumento da população, a palavra de ordem era a “higienização” : surgiram os primeiros planos de *renovação urbana*. O exemplo clássico é a reforma de Paris, realizada por Haussmann (1851-1870), foram abertas largas avenidas, estendendo os limites do território urbanizado e destruindo grande parte da estrutura preexistente. No Brasil, assim como em outras capitais latino-americanas, exemplos semelhantes guardadas as devidas proporções de escala são encontrados, como a reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903-1906), então capital do país.” (Mello, Vasconcellos, 2006, p. 56 e 57).

Segundo Mello e Vasconcellos (2006), Choay e Merlin (1988) dizem que a crítica desse modelo se faz no plano social, por desfazer os laços dos habitantes da área “renovada”, pois são removidos para outros locais da cidade. Acontece também quanto à morfologia um rompimento brutal do tecido urbano anterior e a relação com a vizinhança. Essas medidas também foram muito usadas pelos modernistas, inclusive estando implícitas na Carta de Atenas, no CIAM de 1933.

Após a Segunda Guerra mundial, esses paradigmas consagrados até então começaram a ser revistos, principalmente com a Carta de Veneza de 1964, que amplia o conceito de patrimônio histórico, então o período das demolições começa a chegar ao seu fim. Começaram-se assim ações que pretendiam a retomada de atividades econômicas, assim como a recuperação física dos imóveis e a fixação da população em seu espaço de origem. Mello e Vasconcellos relatam, ainda, a respeito dessas modificações, dizendo:

“Surgiu, conseqüentemente, um elenco de termos com significados semelhantes: *valorização*, *revitalização*, *reabilitação*. Este último, no sentido de origem, significa o restabelecimento dos direitos. [...] Segundo Diaz-Berrio e Orive (1974:11), o termo *reabilitação* vinha consolidando-se até se configurar como um dos aspectos fundamentais da *conservação* e, no texto da convenção da Unesco de 1972, substituiu o termo *restauração*, aplicado também em arquitetura como em urbanismo. Choay considera *reabilitação* uma operação mais avançada e não simples melhorias no *habitat*.” (Mello, Vasconcellos, 2006, p. 58).

Em 1972, com a Carta Italiana Del Restauro, quando se instruía sobre a tutela dos centros históricos, foi definida como uma das principais ações a reestruturação urbanística. Essa carta trata principalmente das relações entre o território, a cidade e o centro histórico, sob o ponto de vista funcional. Em 1995, surge a Carta de Lisboa, direcionada para os temas urbanos e com a intenção de nomear tipos de intervenção. Vasconcellos e Mello relatam o seguinte sobre a Carta de Lisboa:

“A Carta de Lisboa apresenta o conceito de *reabilitação* como uma estratégia de gestão urbana, induzindo a compreensão de seu significado como sinônimo de *requalificação*. Em seguida, aproxima esse conceito da definição de *revitalização*. Tanto em um vocábulo como em outro, está explícita a importância de trazer novas atividades econômicas e, com elas, dar nova vida às áreas decadentes da cidade. A diferença entre os dois termos é o fato de o primeiro exigir a manutenção da identidade e das características, e o segundo admitir que esse mesmo procedimento possa ser adotado em zonas com ou sem *identidade*. ” (Mello, Vasconcellos, 2006, p. 60).

No final do século XX, e início do XXI, tem-se falado muito de outro tipo de intervenção denominado “regeneração”, onde a intenção é também uma recuperação econômica, social e cultural, também presentes em outros tipos de intervenções, como é o caso da reabilitação e da revitalização.

Retomando o assunto revitalização em si, a experiência no Brasil e, também, no mundo, tem demonstrado que há uma preocupação maior com a revitalização das áreas centrais das cidades, pois estas vêm sofrendo, ao longo do tempo, um processo de degradação devido a vários fatores, dentre outros, ressaltando-se a especulação imobiliária, a exploração econômica e o descaso com a conservação desses espaços.

Na maioria das cidades brasileiras, as regiões mais deterioradas são justamente as áreas centrais — o chamado “Centro” — pois costumam ser os locais mais antigos das cidades ou onde elas nasceram. Esses locais, geralmente, são dotados de toda uma infra-estrutura necessária para que os habitantes tenham boas condições de vida, mas, quase sempre, estão deteriorados por falta de manutenção. Daí, a importância do despertar da população e das autoridades competentes para a necessidade de revitalização de tais áreas. É importante ressaltar, também, que não só áreas centrais devem ser revitalizadas; outras também devem ser revitalizadas, desde que tenham relevância para a cidade e para a comunidade. Essas áreas não precisam ser necessariamente consideradas patrimônio histórico ou de relevância cultural, mas devem ser de grande interesse para a comunidade em geral.

Simões Jr. e Vaz relatam em seu artigo que:

“Revitalizar o centro da cidade, envolvendo a população e os diversos setores interessados, além de ser importante economicamente, é um instrumento de resgate da Identidade da cultura local. A degradação de áreas urbanas centrais é um fenômeno bastante comum em cidades que adquirem um porte grande ou mesmo médio. As áreas centrais começam a ser substituídas por outras regiões da cidade na função de centro de atração de investimentos e de consumo de setores mais abastados. [...] com a perda da importância relativa do Centro, não só os investimentos privados diminuem, mas, em muitos casos, os investimentos públicos também são direcionados para outras áreas, especialmente quando os governos municipais atrelam suas ações aos interesses do capital imobiliário. Esse processo, no entanto, gera um desperdício que não interessa à sociedade. As áreas centrais contam com infra-estrutura já instalada que passa a ser subutilizada. [...] As conseqüências da degradação das áreas centrais das cidades não se resumem aos aspectos econômicos. O centro possui também importância simbólica: é onde se concentra normalmente grande parcela do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. A sua degradação produz efeitos negativos sobre a identidade e a cultura da sociedade. “ (Simões JR., Vaz, 2002, p. 1).

Muitas são as vantagens econômicas da revitalização, pois as áreas a serem renovadas quase sempre estão bem localizadas, contando com uma total infra-estrutura. Assim, qualquer proposta de melhoramento não demandará um grande fluxo de investimento, sendo passível de ser realizado. Desse modo, com a recuperação da área acontece uma dinamização econômica por meio da definição ou redefinição de novos usos que poderão contribuir para a revigoração e circulação de capital na região. A questão econômica tem sido resolvida com convênios entre o poder público, empresas privadas, proprietários locais e pessoas interessadas na revitalização.

Na revitalização devem ser considerados os aspectos históricos e culturais do local, à medida que é mediante o resgate do passado que se pode redefinir a área para se ter um futuro com mais qualidade. Isso só acontece a partir do interesse da comunidade local, ou seja, da população que vive na área da intervenção, que buscará alternativas para uma melhor qualidade de vida. Desse modo, com a revitalização podem ser mantidos os aspectos históricos, culturais e sociais, dando apenas um uso mais adequado para esses pontos da cidade. Deve-se, também, levar em consideração os aspectos físico-ambientais no processo de revitalização, pois somente a partir de um criterioso levantamento do local é que se pode saber o estado de conservação das edificações, do tráfego e das áreas livres, para, enfim, elaborar-se um projeto compatível à realidade físico-ambiental local, capaz de viabilizar sua implantação efetiva.

Vale ressaltar que o processo de revitalização supõe um levantamento e uma análise sobre a população e suas circunstâncias histórica, econômica e social. Esses dados, aliados às variáveis políticas, culturais, econômicas e físico-ambientais, devem compor um diagnóstico que servirá de base para os processos de intervenção de vida dos habitantes da cidade.

Simões Jr. e Vaz relatam sobre a revitalização, dizendo que:

“A revitalização de centros urbanos deve se caracterizar não somente por critérios funcionais, mas também políticos, sociais e ambientais. Esses critérios conferem às Intervenções uma nova vitalidade não só econômica, mas também social. Cinco características básicas devem estar presentes nas

intervenções de revitalização de centros urbanos: humanização dos espaços coletivos produzidos; valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; incremento dos usos de lazer; incentivo a instalação de habitações de interesse social; preocupação com aspectos ecológicos; participação da comunidade na concepção e implantação.” (Simões JR., Vaz, 2002, p.2).

Em muitas regiões da cidade, principalmente a região central, ou Centro, houve uma deterioração, ou mesmo uma “marginalização”, devido a vários fatores como o socioeconômico, o cultural, o físico-ambiental e outros que contribuíram para que esses locais fossem sendo abandonados ou trocados por outros com melhor arranjo estético-arquitetônico e urbanístico. E a revitalização urbana busca uma nova vida para essas áreas degradadas sob todos os pontos de vista, procurando dar a esses locais uma melhor utilização ou reutilização, utilizando potenciais instalados para atingir uma melhor resposta sócio-econômica e cultural.

É de grande importância o processo de revitalização, pois com essa atitude pode-se preservar a memória das cidades mediante seu patrimônio histórico, pois já foi dito que um povo sem memória é um povo sem futuro. Dando novo uso, e função, a esses locais, há de se ter menos gastos na implantação de “novos centros”, que precisariam ser dotados de todo o tipo de infra-estrutura, gerando mais despesas para o poder público.

É importante que se tenha uma ação complementar à proposta de revitalização, que se dá no campo político-social com o apoio da comunidade, pois a participação social torna viável a implantação de intervenção urbana, e com o apoio comunitário é mais fácil de se definir os problemas locais com conseqüentes soluções que melhorarão as condições socioeconômicas, físico-ambientais e institucionais. Juntamente com o apoio comunitário, é importante o empenho por parte dos técnicos, do poder público e também da iniciativa privada, assim a revitalização se concretiza em ações diferentes e complementares, selecionadas com base nas características históricas, socioculturais, técnicas e estéticas.

Coelho e Valva, em seu livro, relatam que Segre (1996), ao refletir sobre esses processos de revitalização que vêm acontecendo em toda a América Latina, observa e reconhece que há um:

“Amadurecimento com o manejo dos códigos arquitetônicos, e um abandono do alienado culto ao novo como único paradigma da vanguarda. Para ele, o necessário hoje é o estabelecimento de mensagens com o contexto urbano, legíveis aos heterogêneos grupos sociais que habitam a cidade e que venham definir uma integração do vocabulário histórico nos projetos elaborados para áreas centrais. Conclui que, muitos desses projetos, em áreas centrais nos países latinos, articulam muito bem a dialética entre tradição e inovação, com respostas criativas e transformadoras da paisagem urbana latino-americana.” (Coelho, Valva, 2005, p. 158).

Nesse mesmo livro, Coelho e Valva ainda relatam a respeito das áreas centrais e sobre o processo de revitalização urbana, dizendo que:

“Além da preocupação com as áreas centrais, é possível constatar, atualmente, um interesse geral relacionado aos novos centros, históricos ou não, que vêm sendo transformados com a preocupação de planejar e moldar as suas imagens. Vários são os instrumentos utilizados para alcançar esse objetivo e que hoje estão reunidos no que passou a se denominar de “revitalização urbana”, uma temática que vem sendo muito discutida desde os anos 1970, mas que agora, alcançou base teórica e conceitual maior, nos mais diversos níveis, e vem obtendo bons resultados, apesar de algumas vezes usar-se o termo indiscriminadamente, sem critérios muito claros.” (Coelho, Valva, 2005, p. 158 e 159).

A revitalização urbana no Brasil a partir dos anos 1980 alcançou maior dimensão e começou realmente a ser percebida pelo poder público e pela iniciativa privada, que passaram a dar importância ao patrimônio constituído na cidade, sendo ele de ordem físico ou social, passando então a se buscar uma melhor utilização ou reutilização do patrimônio existente, viabilizando os potenciais instaladores e, com isso, difundindo-se o modelo de Revitalização Urbana. A partir daquela época começou uma discussão crítica sobre a questão das cidades, questionando-se a ideologia modernista, que considerava a cidade cheia de ranços e como organismos doentes, e que em nome do progresso precisavam ser reestruturadas.

O processo de revitalização no Brasil tem alcançado bons resultados com experiências em várias cidades, como é o caso do Corredor Cultural, no Rio de Janeiro; o projeto Reviver, em São Luiz do Maranhão; o plano de Reabilitação, no Recife; a revitalização da área central de São Paulo e, também, em outras cidades

como é o caso de Curitiba, Porto Alegre, Belém e, mais recentemente, Goiânia, Fortaleza e Vitória. Na América Latina, algumas cidades como Buenos Aires, Cidade do México e Caracas, também se utilizaram desse processo de revitalização para melhorar determinadas áreas da cidade, assim como ocorreu em Barcelona, Paris, Toronto, Portland, Lyon, Londres, Copenhague, dentre inúmeras outras.

A revitalização vem ocorrendo em diversas cidades do Brasil e do mundo. Para se revitalizar de maneira adequada é necessário primeiramente uma análise e um levantamento sobre a população e sua circunstância social e sobre o patrimônio edificado, e posteriormente, elaborar o projeto visando satisfazer objetivos culturais e de melhoria de vida social, por meio da observação e da relação das variáveis políticas, econômicas e físico-ambientais que interferem de forma considerável.

O processo de preservação e revitalização, apresenta-se de forma complexa, envolvendo uma equipe multidisciplinar, onde são realizados severos estudos sobre a cidade e os locais a serem revitalizados. Após essa fase surgem os tipos de intervenções que serão empregados, que podem variar muito de acordo com o resultado pretendido ou com o conjunto urbano a ser trabalhado. Dentre os tipos de intervenção que podem ser executadas, podemos citar: a reabilitação de áreas abandonadas; restauração do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico; reciclagem de edificações, ruas, praças e parques; redefinição de usos das vias públicas; tratamento estético e funcional de fachadas de edifícios, do mobiliário urbano e elementos publicitários; melhoria do padrão de limpeza e conservação dos espaços públicos; melhoria da acessibilidade através de transporte coletivo ou privado e organização das atividades econômicas e sócio-culturais.

Após a escolha do tipo de intervenção a ser executado, parte-se então para a etapa de implantação do projeto, onde é fundamental a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos, principalmente da população que se utiliza do espaço em questão, para morar, trabalhar, estudar e se divertir. Simões Jr. e Vaz fazem uma reflexão sobre essa fase de implantação dizendo que:

”É recomendável que a primeira iniciativa seja a articulação com a sociedade civil e o contato com os setores envolvidos. A partir dos primeiros contatos, a prefeitura deve sistematizar as idéias e elaborar anteprojetos

para serem discutidos com a comunidade e, eventualmente, oferecidos a empreendedores privados. A presença de técnicos é indispensável, e deve envolver diversas áreas da prefeitura como: Cultura, Turismo e Lazer, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Obras, Transportes, Manutenção Urbana e Finanças. É importante que haja uma equipe central de coordenação do projeto, que pode se valer, inclusive, de consultores externos. [...] A situação impõe a busca de parcerias para o financiamento dos projetos, junto a iniciativa privada. É possível realizar ações de forma integrada com as empresas beneficiadas, fazendo com que elas assumam parte dos custos. Recursos para a recuperação da área central também podem ser obtidos através de operações urbanas, em que empreendedores imobiliários compram da prefeitura o direito de construir na área. Em troca, os recursos arrecadados são utilizados para investimentos na própria área.” (Simões JR., Vaz, 2002, p. 4).

Geralmente, os resultados obtidos num processo de preservação e revitalização em alguns locais das cidades, principalmente de áreas centrais já degradadas, constituem-se numa valorização imobiliária do local, tanto do ponto de vista imobiliário como sociocultural. Acontece também um melhor aproveitamento da infra-estrutura local, dispensando investimentos de expansão em outras regiões da cidade. As atividades de lazer, cultura e entretenimento geram empregos e dinamizam a economia local. Com esse processo de preservação e revitalização acontece o fortalecimento da identidade cultural da cidade, na medida em que prevê ações de preservação do seu patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico, a criação de espaços de convivência e lazer reforça esse processo. Simões Jr. e Vaz relatam que ainda podem surgir outros resultados a partir da revitalização e esta pode:

“Permitir que as intervenções nas áreas centrais respeitem os interesses dos cidadãos. Possibilitam que o governo municipal desenvolva sua capacidade de articulação com a sociedade civil e a iniciativa privada, a partir do estabelecimento de uma prática mais democrática do que a realização de intervenções radicais, de base tecnocrática e autoritária. [...] Entretanto, é importante que o governo mantenha-se atento para que a revitalização não seja apropriada pelos empresários envolvidos, especialmente os imobiliários, resultando em um processo de expulsão da população de baixa renda usuária do local. No caso de São Luís, a revitalização, ao contrário, trouxe melhores condições de moradia à população de baixa renda do centro da cidade.” (Simões JR., Vaz, 2002, p. 4).

2.3.1 Revitalização: Prós e Contras

Acredito na revitalização aliada à preservação do Centro de Goiânia. Mas, preocupo-me com a maneira de se conduzir essa revitalização, principalmente, no sentido de recuperar sem elitizar e sem expulsar os habitantes no período da intervenção e após esta. Acredito que não se pode gentrificar, ou expulsar, a atual população; deve-se, ao contrário, agregar uma nova população ao Centro, fazendo-o vibrar como acontecia em décadas anteriores, devendo promover a inclusão social e a cidadania, reforçando assim a identidade local. Incrementando-se políticas públicas, principalmente ligadas ao poder público municipal, por estar mais envolvido com a cidade e sua população. Concordo que não se deve gentrificar, patrimonializar e espetacularizar esses núcleos a serem preservados, e penso que a cidade deve ser revitalizada sem esses elementos maléficos à sua população e ao seu espaço urbano.

Um aspecto muito relevante e preocupante sobre a revitalização de áreas da cidade é a questão da patrimonialização, assim como na estetização dessas, onde todas as cidades do mundo atualmente com interesse em serem preservadas estão sendo levadas a um modelo único de comportamento, de serem transformadas em cidade de espetacularização, onde o que interessa é a maneira de se vender o produto “cidade”, e de como as pessoas a estarão vendo ou adquirindo o seu pacote para conhecê-las. As cidades querem vender a sua imagem, de forma homogênea e esteticamente bela, seguindo padrões internacionais, que na maioria das vezes fere a realidade local. Um exemplo é Salvador-BA, onde foi utilizado um projeto de normas e exigências internacionais, financiado com recursos de capital estrangeiro, o qual impôs as modificações ao local, transformando-o num espaço petrificado da cidade, quase um museu a céu aberto, onde não houve respeito à população que habitava o local, simplesmente foram dali retirados e foi ali “implantada” outra população, voltada aos interesses políticos, financeiros, turísticos, e de uma nova estética urbana. Aconteceu, aí, o processo que se chama gentrificação, ou “*gentrification*”, que nada mais é do que a retirada da população pobre e a colocação de outra mais “adequada” ao local. Juntamente a esse processo, aconteceu a padronização dos espaços, da

espetacularização e da patrimonialização. Em Salvador, tentou-se mostrar ao visitante o espetáculo que é o Pelourinho, com seu casario restaurado, áreas de lazer e entretenimento, suas baianas e rodas de capoeira. Pensou-se apenas no patrimônio de pedra e cal, em detrimento das pessoas e da memória coletiva daquela região da cidade.

A respeito da memória, Jeudy relata o seguinte:

“As memórias são “colocadas em exposição” para que o reconhecimento de sua singularidade seja igualmente assegurado. O testemunho tem que ser exemplar. A idéia de “reviver o passado”, de lhe restituir a vida, é confirmada por um bom número de antropólogos, de conservadores e mesmo de políticos eleitos que crêem no real poder social e cultural, da atualização. A gestão contemporânea dos patrimônios só tem a finalidade se estiver referida a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado. Inserido numa atmosfera de resistência comum ao esquecimento, esse trabalho de rememoração impõe-se como um dever cívico e como uma ponte moderna de satisfação para as massas” (Jeudy, 2005, p. 22).

Assim, notamos que o que estaria impulsionando a conservação para o futuro não é mais a angústia da perda dos vestígios, mas sim o medo de não se ter nada para transmitir.

Há uma grande diferença entre o que se faz na Europa e no Japão, em relação ao processo patrimonial; enquanto na Europa se usa a estetização, a museificação dos centros históricos, ou a petrificação, no Japão não se dá importância a esse tipo de preservação, inclusive por uma questão cultural, pois ali a identidade está fortemente marcada no modo de vida e das ações da população, no seu cotidiano e não só em objetos, edifícios ou fatos, como ocorre na Europa. Na Europa, geralmente, os fatores externos ditam a identidade daquelas cidades e população, já no Japão, nos hábitos e costumes se nota a identidade cultural e patrimonial, até mesmo por uma questão de sobrevivência desses valores, pois, devido aos constantes terremotos, eles aprenderam a não dar tanto valor ao espaço construído.

Segundo relata Jeudy :

“A concepção contemporânea do patrimônio continua sendo uma questão ocidental que, uma vez integrada à cultura nipônica, não pode ser tratada

senão no “segundo grau” da reflexividade: a conservação patrimonial é tida como um modelo pronto, como um produto de importação, como se o processo de reflexividade já tivesse ocorrido e estivesse, por assim dizer, incorporado ao próprio produto. A sociedade japonesa não teria ela mesma necessidade de refletir em sua própria construção patrimonial. Contentar-se-ia em responder a um “dever Patrimonial” que passou a adquirir uma dimensão universal. [...] Na Europa, pode-se interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. A conservação se torna uma “questão urgente” e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda. O patrimônio diz respeito, pois, tanto a uma “história longa”, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma “história imediata”, relacionada a experiência dos indivíduos ameaçados pela perda de sentido de sua própria identidade.” (Jeudy, 2005, p. 21 e 22).

No Brasil existe uma mistura, ou mescla, de pensamento sobre a preservação do patrimônio: às vezes, segue-se o modelo europeu, onde ocorre a patrimonialização e petrificação; noutra hora, não se valoriza muito o patrimônio, principalmente o de pedra e de cal e, também, o cultural, mais ligado ao imaterial, sendo que o padrão europeu tende a ser o mais utilizado em nosso país.

Não seria, então, o momento de se colocar em prática outra forma de se intervir nos espaços ditos históricos, para que não continuem a utilizar esse padrão europeu, que petrifica, gentrifica, patrimonializa e estetiza nossos núcleos históricos, como foi o caso de Salvador e Paris, na França, assim como uma outra dezena de cidades pelo mundo afora.

Henri-Pierre Jeudy⁸ (2005) aponta que é muito importante que as cidades, através de técnicas, autoridades competentes, façam uma reflexão ou um questionamento a respeito de seu patrimônio e das práticas preservacionistas e intervencionistas que, em seu entender, estão trazendo resultados mais negativos do que positivos a esse patrimônio. Então, através de um questionamento teórico, ele formula algumas perguntas para que reflitamos sobre o assunto, como a museificação urbana, e qual o seu sentido; a questão da estetização generalizada; o papel do arquiteto urbanista no processo urbano; o que deve ou não deve ser preservado ou revitalizado na cidade contemporânea e nos seus núcleos históricos. Questiona, também, a revitalização como forma de ação preservacionista, e até que

⁸ Ver Henri-Pierre Jeudy (2005), em seu livro *Espelhos da Cidade*.

ponto ela é necessária e benéfica à cidade, e como podemos pensá-la para que sejam minimizadas as conseqüências de sua imposição. E questiona, também, os projetos de revitalização que vem sendo realizados em todo o mundo, segundo um modelo único, sem atentar para as particularidades de cada local.

Leite (2004) também faz estudos sobre essas práticas intervencionistas, dizendo que:

“As práticas de intervenção urbana continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrification* do patrimônio cultural. No em tanto, ao contrário de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo.” (Leite, 2004, p.19).

A gentrificação realmente é um processo maléfico à cidade e à vida da população dentro da cidade. Leite também a repudia, pois ela altera a paisagem urbana, com a transformação de deteriorados centros históricos em áreas de lazer, entretenimento e consumo cultural, com a ocupação de galerias de artes, complexos de lazer, bons restaurantes e bares, além de fazer uma apropriação quase que privada do espaço público urbano, transformando em mercadoria todo o patrimônio ali existente, principalmente o cultural.

Leite⁹ ainda relata sobre a gentrificação dizendo:

“O termo *gentrification*, [...] é aqui utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais. Esse processo, estudado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995) e Zukin (1995), tem resultado muitas vezes em uma *relocalização* estética do passado, cujo padrão alterado de praticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes.” (Leite , 2004, p. 20).

Leite (2004) diz que as áreas centrais das cidades e principalmente os centros históricos que passam por processos de *gentrifacation* são utilizados pelas políticas urbanas e culturais que, ao recuperar o seu patrimônio, torna-o passível de reapropriação por parte do capital e da população, com o objetivo de modernizar

⁹ Ver Rogério Proença Leite (2004), em seu livro *Contra-Usos da Cidade*.

recursos e transformar o patrimônio em uma fonte de arrecadar capital, dizendo que “as políticas de revitalização têm desenvolvido, no curso crescente da desregulamentação neoliberal da economia mundial, uma complexa política cultural de *gentrification*.” (Leite, 2004, p. 61).

Leite relata em seu livro que:

“Práticas de *gentrification* não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade.” (Leite, 2004, p. 63).

Apesar de as atuais políticas culturais de gentrificação se justificarem no argumento fundamental da idéia de tradição, tem ocorrido uma alteração nesse conceito, onde tem-se retomado a idéia de patrimônio nacional, que vem acrescida de uma concepção que trata o patrimônio como mercadoria cultural. A racionalidade na preservação, com esse aspecto mercadológico que ela ganhou, direcionou-a a agregar valor aos bens culturais, possibilitando um bom retorno dos investimentos aplicados, juntamente com os lucros que o bem restaurado propicia. Leite ainda diz que “Falar do patrimônio como *mercadoria cultural* significa ressaltar o seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de “fetichização” da cultura.” (Leite, 2004, p. 65).

Leite relata em seu livro sobre o patrimônio e a gentrificação, dizendo que:

“A partir dos anos 90, não é a orientação preservacionista voltada ao turismo, mas a lógica de participação dos setores público e privado nas políticas de patrimônio, que altera os critérios de preservação. A tônica central do “planejamento estratégico”, eufemismo acanhado para *gentrification* e espécie de onda neoconservadora do urbanismo, é justamente a transformação da cultura em um segmento do mercado e da própria economia em assunto cultural. Nesse “culturalismo de mercado”, como o chamou Otilia Arantes (2000), a política urbana volta-se predominantemente para uma *Image-making* que sustentaria a busca de rentabilidade econômica mediante as práticas de “renovação urbana” voltadas para uma *city marketing*. A questão urbana, que encampava toda

uma discussão assentada no direito à cidade e na atuação dos movimentos sociais, cede ao apelo das estratégias de venda da cidade e se transforma como ressalta Vainer (2000), em “competitividade urbana”. A participação do setor nesse tipo de empreendimento torna-se central, não apenas para assegurar a continuidade de investimentos como para imprimir um dinamismo típico de negócios para que a cidade e seus produtos culturais derivados – dentre ele o patrimônio histórico – possam ser vendidos como mercadoria.” (Leite, 2004, p. 71).

O processo de revitalização que em alguns casos gera a gentrificação com foi o caso do Pelourinho, em Salvador, e o do bairro de Recife Antigo, na cidade do Recife, transformando esses patrimônios, concentrados nessas áreas centrais das cidades em verdadeira mercadoria cultural, onde os maiores beneficiários foram o poder público e a iniciativa privada, em detrimento da população local, que se viu marginalizada e expulsa desses locais, devido ao enobrecimento dessas áreas, transformando-as quase que num *shopping* a céu aberto, descaracterizando-as em nome de uma estetização e espetacularização para uma parcela da população e para o turismo, norteando-se apenas no retorno econômico para a cidade e para a região. Acredito, também, que nesses dois casos citados de revitalização de áreas centrais, ocorreu o processo de gentrificação justamente por terem sido intervenções que foram impostas pelo poder público à população e ao local, sem exaustivas discussões com a sociedade local, e sem a sua participação. Foram situações impostas, onde não houve interação da população com o poder público, para que fossem acertadas as melhores condições de ocupação e para que fossem as duas partes beneficiadas.

No caso da revitalização de Goiânia, o que se busca é a valorização dos patrimônios arquitetônico e urbanístico existentes, principalmente do que ainda não foi protegido pelas instâncias federais, estaduais e municipais. Ou seja, da arquitetura vernácula, do casario e edifícios de propriedade particular, de estilos arquitetônicos variados como o neocolonial, eclético, normando, moderno, que praticamente não possuem qualquer tipo de proteção, além dos espaços urbanos públicos e monumentos que também merecem atenção e proteção, com uma reformulação urbanística de praças, parques, calçadas, ruas, tornando-os melhores reurbanizados e mais apropriados para o uso da população, como foi o caso do canteiro central da Avenida Goiás, da Avenida Universitária e da Praça Cívica.

Goiânia, por ser uma cidade nova se comparada a Salvador e Recife, por exemplo, não possui também um núcleo histórico com as mesmas características dessas cidades, ou seja, um núcleo pioneiro conciso, ou um conjunto arquitetônico e urbanístico coeso, com características tipológicas e de estilo da época da ocupação colonial, e nem é uma cidade que tenha a vocação turística que estas cidades citadas possuem, o que fatalmente não irá gerar os problemas que ocorreram nessas cidades citadas, como a espetacularização, a museificação e a gentrificação, pois o que se pretende aqui é justamente o contrário: é trazer população para o Centro, além de novos prestadores de serviço, mais comércio, assim como novas opções de lazer, entretenimento e cultura, que, infelizmente, abandonaram o Centro e foram se instalar em outros bairros que ofereciam melhores condições de ocupação, devido a uma série de fatores já citados. Com a melhoria e modernização dos espaços públicos e das edificações, além da preservação das mais representativas, juntamente com as edificações públicas que já foram protegidas, no estilo *Art Déco*, e que devem também receber a atenção quanto à preservação, por serem valiosas no sentido histórico, arquitetônico e urbanístico, o Centro pode se tornar novamente um local agradável, confortável e de interesse para a população que voltará a ocupá-lo de maneira mais adequada, transformando-o num novo Centro das mais variadas atividades, e de moradia, fazendo com que aconteça o retorno ao Centro dessas diversas atividades que só irão contribuir para o seu melhoramento como espaço ativo da cidade, tanto no sentido econômico quanto no habitacional e no sociocultural.

2.3.2 Revitalizando e Preservando a Memória de Goiânia

As obras para a implantação de Goiânia começaram em 1933, e a história da cidade confunde-se com a história de seu Centro, pois essa região foi a primeira a existir e ser habitada. Nos anos de 1960, com a construção e inauguração de Brasília, Goiânia experimenta um grande crescimento, chegando a 150.000 habitantes. Nesse período, o Centro da cidade consolida-se como o principal pólo de comércio, serviços, áreas culturais, bancos, administração pública e de lazer. Nos anos de 1970 e 1980 a cidade continuava a crescer de forma acelerada, havendo uma verticalização do Centro e também do Setor Oeste. Nos anos 1980 constrói-se

o primeiro *shopping*, o Flamboyant, e a cidade já conta com 700.000 habitantes. São feitos nessa época muitos investimentos em infra-estrutura urbana no centro da cidade, principalmente em relação ao transporte coletivo, privilegiando-o em detrimento dos carros, afetando a frequência da clientela de mais alta renda ao comércio do centro daquela época, havendo um deslocamento do comércio mais requintado para os setores Oeste e Marista e para os *shoppings*.

Nos anos de 1990 os empresários e incorporadores começaram a investir em novas áreas da cidade como o Setor Bueno, acontecendo ali uma rápida verticalização e, conseqüentemente, um aumento do comércio e serviços naquela região, e a cidade chega à casa dos 1.000.000 de habitantes. O Centro, então, começa a sentir um certo declínio, principalmente em relação ao comércio mais requintado, ao lazer e ao setor de diversões e outros serviços, especificamente dos profissionais liberais, pois a população começa a buscar outras regiões da cidade para atender às recentes exigências do mercado, como os setores Oeste, Marista e Bueno.

O “Projeto Goiânia 21 - Operação Centro, Etapa 2”¹⁰ (1998, p. 8), relata que:

“A área central tem sido motivo de descontentamento por parte dos goianienses, pois percebe-se com nitidez que ela vem amargando um processo crescente de deterioração que está em seu limite máximo de suportabilidade.”

Esse fenômeno faz com que o Centro perca espaço nessas áreas, apesar de ainda ter um comércio forte, voltado principalmente para as classes menos favorecidas, ou seja, um comércio mais popular. Possui também um setor bancário e de administração pública ainda forte e ativo. O que se observa é que o Centro sofre uma perda de competitividade em relação às demais regiões da cidade, desencadeando uma acentuada degradação e marginalização.

O “Projeto Goiânia 21 - Operação Centro, Etapa 2”, (1998, p. 12) relata que:

“A natureza do processo que resultou na perda de competitividade e deterioração do Centro pode ser lida sob três aspectos principais:

¹⁰ Ver Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2 (1998).

transformações, substituições, alterações. O agente desse fenômeno, considerando-se a cidade como um organismo vivo, é o dinamismo da vida e das relações urbanas. “

Outro ponto importante a ser lembrado é que o Centro vem perdendo substancialmente seu caráter habitacional, pois houve um processo de substituição da população permanente pela transitória, uma baixa porcentagem de lotes são dedicados à habitação, sendo que a tendência predominante é do comércio, bancos e prestação de serviços.

No desenho urbano original para o Centro de Goiânia foram previstas três grandes avenidas convergindo para um ponto de culminância, no caso o Centro Administrativo da cidade. O efeito desejado era o da grande perspectiva, da nobreza e da monumentalidade. Esse padrão de desenho urbano, conforme plano de 1933, elaborado por Atílio Corrêa Lima, resultou numa cidade agradável, até mesmo bucólica, que seguiu um ritmo provinciano por algum tempo, até explodir num frenético crescimento, de maneira desordenada e que nada tem a ver com seu plano original. O traçado viário do Centro encontra-se praticamente intacto, com algumas poucas intervenções, sendo que a estrutura básica das vias não foi alterada ao longo desses anos, o mesmo não podendo ser dito em relação à configuração da forma construída. Na época da construção da cidade havia uma compatibilidade muito grande entre o seu desenho urbano e a sua arquitetura, mas ao longo dos anos houve uma transformação na morfologia das edificações, surgindo edifícios de maior porte e altura e também os edifícios remanescentes das primeiras gerações foram sendo descaracterizados.

A Revitalização Urbana de Goiânia, do espaço que hoje chamamos de Centro da cidade, e a preservação do seu patrimônio urbanístico e arquitetônico, e que já se encontra em processo de destruição, onde várias edificações e mesmo equipamentos urbanos foram demolidos ou gravemente alterados, devido a vários fatores como a exploração econômica, a especulação imobiliária e o descaso com a conservação desses espaços. Com a revitalização e preservação do patrimônio e a melhor conservação desses, espera-se que aconteça a reativação econômica do local, a valorização dos espaços e a melhoria da condição de vida da população local e de toda a cidade.

O Centro da cidade de Goiânia é uma região que perdeu parte de suas características originais, em relação ao patrimônio arquitetônico e que aos poucos está perdendo sua identidade, devido às constantes modificações ocorridas, e que tem tido poucas preocupações por parte do poder público, e mesmo privado, a respeito da preservação do patrimônio histórico. Existem bons exemplares de arquitetura no Centro de Goiânia, com uma diversidade de estilos, e que necessitam ser preservados, a fim de garantir e resgatar a memória da cidade para as gerações futuras.

Com a revitalização do Centro da cidade pode-se trazer de volta a essa área antigos freqüentadores, e conquistar novos, que trarão maior dinamismo ao local, em todos os aspectos, podendo inclusive criar para a cidade um novo foco a ser explorado, o do turismo ainda tão pouco utilizado, como foi o caso de São Luiz do Maranhão-MA, Rio de Janeiro-RJ e até mesmo São Paulo-SP, onde nessas áreas revitalizadas houve um melhor uso e adequação dos espaços urbanos.

Goiânia foi concebida e construída baseando-se em parâmetros e estudos urbanísticos de uma época. Foram adotados desenhos urbanos e estilos arquitetônicos que se integravam e que explicitam a maneira de se projetar de uma época. A influência do urbanismo francês era bem forte e isso se expressa no traçado urbano da cidade, como também do *Art Déco* e por conseqüência nos vários exemplos desse tipo de tipologia que ainda são encontrados nos edifícios da região central da cidade.



Fig. 7 - Vista da Praça Cívica e do Palácio das Esmeraldas, década de 1940
Fonte: Projeto Goiânia (2006).

O “Projeto Goiânia 21 - Operação Centro, Etapa 2”, (1998, p. 11) relata que:

“Várias manifestações importantes da arquitetura do nosso século, *art déco*, arquitetura neocolonial, normanda e modernista, ocorreram em Goiânia. Muitas dessas obras foram destruídas e outras estão em franco processo de destruição. Em nome de um passado recente, seu valor artístico e histórico não foi investigado.”

Apesar de muitos estudos e discussões acerca dessa temática, ainda é grande o número de profissionais, técnicos e autoridades, e mesmo a população, que ao abordarem o assunto o fazem ainda de maneira nebulosa, confundindo-o com outras práticas de preservação. Com esse estudo pretende-se, também, esclarecer, ou dar uma melhor compreensão, sobre a importância do processo de revitalização urbana da cidade de Goiânia, e ao mesmo tempo incentivar essa prática, que deveria fazer parte das metas de governo de muitas cidades brasileiras, como forma de melhorar a utilização ou reutilização do patrimônio existente, resgatando o dinamismo sociocultural, econômico e físico-espacial dessa área, que apresentam um grande potencial para o desenvolvimento da cidade, inclusive de lazer, cultural e de turismo.

Reis, em seu artigo, relata que:

“A revitalização e os estudos sobre as formas de uso e interação com o patrimônio devem ter profissionais capazes de pensar nestas questões, de apontarem alternativas. As pesquisas e debates devem ser multidisciplinares e terem como referência. A comunidade e seu patrimônio.” (Reis, 2006, p. 8).

A revitalização do patrimônio é de grande importância, pois ela reabilita o espaço urbano, arquitetônico e cultural da cidade, fortalecendo manifestações culturais descaracterizadas em sua tradição e traz o reconhecimento dos cidadãos em relação aos bens culturais, além de gerar renda para a população e para o município. Quando se trata da revitalização do patrimônio, é importante sabermos utilizar os mecanismos de tombamento, os recursos humanos e financeiros disponíveis, e lembrarmos que ela tem de ser benéfica à população em geral, transformando o local em um espaço agradável para a convivência da comunidade, respeitando ainda as características culturais e sociais da população.

Reis relata ainda que:

“A preservação do patrimônio tem entre suas funções o papel de realizar ‘a continuidade cultural’, ser o elo entre o passado e o presente e nos permite conhecer a tradição, a cultura, e até mesmo quem somos, de onde viemos. Desperta o sentimento de identidade.” (Reis, 2006, p. 7).

Goiânia será num futuro bastante próximo uma cidade sem referências, principalmente no que se refere à memória arquitetônica e histórica, pois quase tudo que foi erguido na época da construção da cidade, principalmente as construções residenciais, não mais existirá, ou restarão apenas alguns exemplares que isoladamente não representarão a arquitetura original, da época. No Centro da cidade apresentam-se edifícios e monumentos de várias tipologias e estilos, que estão sendo modificados ou mesmo demolidos sem qualquer preocupação no sentido de preservar tais edificações para que daqui a algumas centenas de anos tenha-se ainda um conjunto arquitetônico e urbanístico que remonte aos anos da construção da cidade. Por isso, é necessário haver um trabalho que valorize a memória da cidade, através da preservação e revitalização desse patrimônio, para que, assim, todo o seu conjunto urbano-arquitetônico, que faz parte da memória coletiva da população, fique resguardado. Uma grande quantidade de pessoas, principalmente as de mais idade atualmente e até mesmo as mais jovens, ali viveram as suas vidas e guardam suas memórias, tendo como cenário as ruas, casas, cinemas, teatros, praças e edifícios do Centro da cidade. Maurice Halbwachs, em seu livro sobre a Memória Coletiva, trata da questão da Memória Coletiva e do Espaço, dizendo que:

“As Imagens Espaciais, desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Todavia, o lugar recebeu o marco do grupo, e vice-versa” (Halbwachs, 1990, p.133).

Nota-se, então, que o grupo que habita determinado local acaba refletindo aquele lugar ou espaço e o local também reflete o grupo, tornando-se quase únicos. É certo que muitos dos que ajudaram a construir o Centro de Goiânia já não mais estão aqui presentes, mas seus filhos, netos, ou seja, toda a população da cidade

que, com certeza, utiliza-se do Centro e o quer preservado, pois ele é um local de referência para a cidade e para toda a sua população.

Quando Halbwachs fala das pedras e a cidade, em seu capítulo que trata da Memória Coletiva e o Espaço, notamos que, apesar de todas as instabilidades que possam ocorrer nas cidades, tumultos, guerras, se essa agitação acontece num local familiar, e se a cidade, bairro, quarteirão, rua, se mantiverem intactos, tudo estando de pé, o homem também não se abala, pois as pessoas se agarram mais à pedra do que às outras pessoas. Halbwachs diz que:

“Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais”. (Halbwachs, 1990, p. 136).

É inegável que o Centro de Goiânia, que se confunde com a história da cidade, e que foi a primeira região a ser ocupada na cidade, deve ser preservado e também revitalizado, pois grande parte da memória da cidade encontra-se ali depositada, desde a demarcação do sítio urbano, dos primeiros arruamentos, as primeiras construções, a vinda dos primeiros pioneiros, as primeiras comemorações, o batismo cultural, a vida social e cultural, e também a história política e cultural da cidade e do Estado. A preservação do patrimônio corresponde à preservação de nossa memória cultural.

No Centro, uma pequena parte, quase imperceptível, do traçado urbano sofreu modificação, as edificações que foram as mais impactadas, sendo bastante modificadas e muitas foram demolidas, acontecendo assim diversas transformações arquitetônicas nessa região da cidade. Essa área contém um acervo significativo do patrimônio histórico-cultural, encontrando-se em processo de degradação, precisando ser revitalizada, ganhando assim nova feição, podendo oferecer maior qualidade de vida e conforto aos seus usuários, bem como um uso mais adequado. Assim, como um apoio aos ocupantes desse espaço que ali possuem guardadas suas memórias, que sem elas perderiam suas referências espaciais e emocionais.

Halbwachs (1990) relata a importância da organização social do espaço e dos lugares de memória para a construção e a dinâmica de identidade individuais e sociais. Muitas são as consequências nos mapas emocionais e cognitivos dos habitantes de diferentes tipos de localidades quando são destruídas suas referências, casas, monumentos, cinemas, prédios, praças, ruas e outros bens que faziam parte de seu cotidiano. Halbwachs diz, ainda, que o lugar é fundamental para situar nossas recordações e sentimentos, e sem a dimensão do espaço ficaria difícil recordar.

Preservar o Patrimônio Cultural de um povo pressupõe a representatividade de sua totalidade, ou seja, preservar as características de uma sociedade, mantendo a sua identidade cultural, resguardando também a memória coletiva e individual desse povo, protegendo ainda a diversidade cultural existente que advém dos diversos patrimônios culturais que se encontram enraizados na memória da comunidade. Além da preservação de um patrimônio, existe algo que vai além disso, que é a Revitalização.

2.4 Práticas de Preservação

Coelho e Valva, em seu livro “Patrimônio Cultural Edificado”, fazem um estudo sobre a questão da preservação, relatando que:

“Preservar significa guardar, defender, é salvar determinado objeto da degradação ou do desaparecimento. Portanto, a preocupação com a defesa de um monumento ou edifício tem em si um interesse objetivo: a salvaguarda do referido monumento ou edifício como marco de um importante momento de nossa história para as gerações futuras, e mesmo para a atual, como documento e fonte de estudar e pesquisas.” (Coelho, Valva, 2005, p. 73).

A preservação se faz necessária em todos os campos das atividades humanas para que a história da sociedade seja mantida viva aos olhos das gerações futuras. Ao preservar uma área urbana, um edifício da cidade, uma obra de arte (pintura, escultura), uma tradição, uma festa popular, um saber fazer, a sociedade

ganhará um novo conhecimento, um espaço, uma referência, que poderão melhorar bastante muitos aspectos da vida da população por inteiro.

Segundo Coelho e Valva:

“Preservar, portanto, torna-se uma necessidade primordial para o estudo da arquitetura, para o estudo da história, das relações sociais, para o nosso auto conhecimento e, especialmente, para a compreensão do hoje como uma evolução de tudo o que até agora a humanidade presenciou”. (Coelho, Valva, 2005, p. 77).

Carlos A. C. Lemos relata que preservar também é:

“Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alteradas, usos e costumes populares. É fazer também, levantamos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa a justificativa do “por que preservar”. (Lemos, 1987, p. 29).

A preservação nas cidades visa à integridade de seu conjunto urbano-histórico, buscando relacioná-lo ao seu sítio físico, explicitando assim os fatores culturais incorporados em seu processo de formação e desenvolvimento. Sendo assim, é viabilizada mediante a análise de testemunhas das formas originais e das adaptações de antigos trechos urbanos. A identificação de suas construções e a observação de seu traçado são igualmente importantes para garantir-se a preservação em seu conjunto.

Segundo os autores do Livro ‘Cuidando do Patrimônio Cultural’, Ataídes, Machado e Souza (1997), deve-se pensar também em “Por que preservar” e também em “Como Preservar”; assim, eles relatam estas questões:

“Preservar o patrimônio cultural é uma obrigação de todos, pois, pela preservação, estamos guardando a identidade cultural e a memória de um povo. Não só os governos federal, estadual e municipal devem preocupar-se com a preservação do patrimônio. A comunidade também precisa e deve

participar. Ela mais do que ninguém, conhece os bens culturais e objetivos que a representam.” (Ataídes, Machado e Souza, 1997, p. 26).

Eles comentam, também, que se a preservação não acontecer, ocorrerá a perda da identidade cultural desse povo. E é através da consciência, criatividade, e orgulho que essa sociedade mantém viva sua cultura e sua identidade.

Esses autores ainda relatam que:

“O “como preservar” está intimamente ligado à educação. É com a conscientização da sociedade e do poder público que desenvolvemos a sensibilidade diante da importância dos bens culturais. Nesse processo educativo estão a pesquisa e a criação dos espaços culturais (museus, arquivos, bibliotecas, lugares da memória...) Por meio deles a comunidade torna-se “dona” do seu patrimônio cultural e passa a ter um contato direto com a sua cultura e com a memória coletiva.” (Ataídes, Machado e Souza, 1997, p. 27).

Os autores analisam, ainda, a questão da preservação de edifícios isolados, onde não devemos preservar apenas um prédio, e sim o conjunto, ou seja, a casa sede da Fazenda e também a do agregado, o edifício da estação e os depósitos, e assim por diante. Para que se tenha entendimento do todo, não do objeto isolado, pois o conjunto representa melhor a história e a memória do povo.

Ao identificar os riscos a que o patrimônio poderá submeter-se, devido à falta de uma conscientização popular e de uma política séria de preservação, propõem quatro possibilidades de ações preservacionistas com diferentes níveis de atuação e abrangência: embelezamento urbano, restauração, reabilitação e revitalização urbana.

- Embelezamento Urbano - Esse tipo de ação visa recuperar a aparência externa dos edifícios de caráter histórico, e, ainda, ruas, praças e equipamentos urbanos. Geralmente, o trabalho de embelezamento é feito no exterior dos edifícios e quase nunca no seu interior. O desenvolvimento dessas ações não repercute nos campos econômico e social, e nem visam um novo uso das construções e espaços locais, O embelezamento tem por finalidade prolongar a vida dos elementos

das fachadas dos edifícios, vias, praças, parques e outras áreas de interesse da cidade.

- Restauração - Essa é uma ação muito defendida na Carta de Veneza, que contém técnicas e métodos para a sua aplicação. Geralmente, os edifícios, os espaços públicos restaurados, ganham um novo uso, quase sempre de ordem turística e cultural. A restauração envolve vários profissionais, como artesãos, arquitetos, técnicos, engenheiros etc. Ela mantém a função original do monumento ou sítio histórico. Sua abrangência atinge questões técnicas e financeiras. Já quando modifica-se o uso deve-se considerar que surgirão novas relações socioeconômicas, e estas somam-se às citadas anteriormente. A restauração visa, ainda, consertar os estragos, mantendo ou fazendo voltar à forma original. A adaptação pode provocar alguma alteração necessária para seu novo uso. No entanto, não deve prejudicar o aspecto histórico do monumento, mas tornando-o condizente com o padrão atual de vida.
- Reabilitação - Essa ação pode ser vista como um complemento do embelezamento com o objetivo de realizar um reordenamento físico do espaço histórico, buscando harmonizar a paisagem urbana por intermédio da recuperação dos elementos e características arquitetônicas e urbanísticas originais. Desse modo, é vista como uma ação territorial limitada, porque também não incide nos canais da deterioração físico-ambiental e na fragilidade da economia local.
- Revitalização Urbana - Essa ação apresenta-se como um programa mais abrangente de valorização do patrimônio histórico em seu conjunto. Sua área de atuação extrapola os aspectos físicos e atinge os campos sociais, econômicos e culturais. A revitalização adota como proposta a revisão funcional, a recuperação estética, a readaptação sociocultural do espaço e a recuperação paisagística. Ela busca dar nova vida aos espaços e edifícios isolados, e ao interior desses edifícios e às áreas públicas, dando novo uso e ocupações, buscando

retomar o uso social do patrimônio e fazendo com que aconteça a conservação desses.

Com a revitalização, busca-se também a reativação econômica do local, a valorização dos espaços e a melhoria da condição de vida da população local. Por meio da melhoria econômica da área, outras ações complementares acontecem, tais como no campo político-social, a participação da sociedade civil, da iniciativa privada, órgãos públicos e técnicos. Essa parceria faz com que a revitalização seja viável, ajudando no melhoramento local nos campos socioeconômico, físico-habitacional, ambiental, cultural e institucional.

Além dessas quatro ações preservacionistas existem outras formas de assegurar a preservação do patrimônio. Um dos meios utilizados para a preservação e revitalização é o Tombamento, ou seja, a inscrição do monumento, edificação ou patrimônio em geral no livro do Tombo. No português arcaico “tombo” significa o inventário de qualquer documento, e a sua verdadeira origem está no nome de uma das torres da muralha de Lisboa, de 1373.

Silva (1990) relata o seguinte sobre tombamento:

“O Ato do tombamento não tira o direito de propriedade. O monumento ou objeto histórico, nesse caso, só não pode ser adulterado. Pode ser vendido ou alienado, conservando-se o seu caráter tradicional ou original.” (Silva, 1990, p.46).

Lemos (1987) relata que:

“O tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural, escolhido e separado dos demais para que este, fique assegurado a garantia de perpetuação da memória. Tombar, enquanto for registrar, é também igual, a guardar, preservar. O bem tombado não pode ser destruído e qualquer intervenção por que necessite passar deve ser analisada e autorizada. O tombamento oficial não pressupõe a desapropriação. O bem tombado continua na posse e usufruto total por parte de seu proprietário, o responsável por sua integridade.” (Lemos, 1987, p.85).

Geralmente, o proprietário de um imóvel tombado não vê com bons olhos tal ato, pois quase sempre o imóvel é muito bem localizado e esse pensa que está

perdendo dinheiro ou que seu imóvel está sendo desvalorizado. No entanto, o ato de tombamento não é ruim, pelo contrário, esse edifício ou local deve, com certeza, fazer parte da memória cultural da cidade, e deve ser preservado, ou revitalizado, ganhando assim até um novo uso, se necessário.

Segundo Silva:

“O tombamento consiste em determinar as medidas a serem aplicadas, visando defender e preservar, de atos de predadores, algo que seja declarado de interesse do Patrimônio Cultural Nacional”. (Silva, 1990, p. 46 e 47).

Ao se propor a revitalização urbana de um local, é importante que se “tombe” a área em pauta ou alguns prédios dessa área, para que se garanta originalidade arquitetônica e urbanística do local, assegurando-lhe uma certa durabilidade também no trabalho de revitalização, pois é uma ação geralmente onerosa e que deve ser de utilidade para a cidade por um longo espaço de tempo.

Silva relata que:

“O IPHAN, órgão a que cabe a providência do tombamento dispõe do Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, como arma legal. Segundo o art. 49 da Lei de Tombamento, o SPHAB possuirá livros de tombo, nos quais serão inscritos as obras tombadas, que são: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Tombo de Belas Artes, Tombo de Artes Aplicadas”. (Silva, 1990, p. 47).

Um processo de tombamento normalmente é formulado a partir dos seguintes itens: a) solicitação com histórico, justificativa; b) cópias de documentos que mostrem o valor histórico do monumento; c) fotografias; d) em se tratando de edificações, planta baixa, corte e fachadas; e) nome e endereço do proprietário e endereço do imóvel.

O Inventário de imóveis possui a finalidade de deixar registrado em livros próprios a existência de tal imóvel. Para que o imóvel seja preservado, o inventário deixa assegurado que aquele bem existe e quem foram os seus proprietários e a qual finalidade o imóvel servia. O poder público, por meio de seus órgãos públicos,

deve inventariar os imóveis de interesse para a preservação. Sendo assim, o inventário é mais uma prática de preservação e revitalização.

Os Registros também são uma prática de preservação. O poder público deve registrar tais imóveis inventariados – cidades, praças, monumentos etc. – para garantir realmente o poder de preservação dos mesmos. Mediante esse registro fica garantida a preservação do bem cultural, sendo que para haver qualquer adulteração desse faz-se necessária a aprovação do poder público, por meio de seu órgão competente.

2.4.1 - Políticas Patrimoniais

No Brasil se destacam dois períodos nas políticas de preservação do patrimônio. O primeiro deles foi a criação do SPHAN, na década de 30 do século XX. Sua característica principal foi a de restauração e da conservação do patrimônio material ou edificado, o qual perdurou até o final dos anos 1970. A segunda fase, além de resguardar os bens materiais, deu uma forte ênfase aos bens culturais, ou seja, aos costumes, tradições, festas, ao saber fazer. Foram, então, criados diversos instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio no Brasil, a fim de se resguardar as nossas riquezas e potencialidades culturais. O atual IPHAN possui uma política de trabalho em conjunto com uma série de outras instituições que têm o mesmo propósito, e dentre essas parcerias, citamos o Programa Monumenta.

O Programa Monumenta é um componente das políticas patrimoniais existentes no Brasil. Foi concebido pelo Ministério da Cultura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID, com apoio técnico da Unesco. Esse programa é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio com desenvolvimento econômico e social. São objetivos do programa: preservar o patrimônio histórico, artístico e urbano, aumentar a consciência da população acerca da importância do patrimônio e estimular a utilização econômica, cultural e social das áreas em recuperação no âmbito do projeto, assim como o resgate e a conservação permanente dos principais conjuntos patrimoniais urbanos do Brasil.

O IPHAN desenvolve parcerias com organismos de interesses afins para resguardar os bens patrimoniais nacionais; sendo assim, ele implementa ações conjuntas com alguns programas, entre eles o Monumenta, acerca do qual o IPHAN relata que:

“O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem como objetivo principal atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas.” (IPHAN, 2006, p.1).

Atualmente, 26 cidades participam desse programa, dentre elas citamos as cidades de Ouro Preto-MG, Cidade de Goiás-GO, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, Recife-PE e Alcântara-MA, entre outras. Todas as cidades foram escolhidas de acordo com a sua representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. Entre os imóveis selecionados, encontram-se museus, igrejas, palacetes, fortificações, monumentos, ruas e edificações privadas em áreas tombadas. Nessas cidades são apoiadas, também, ações de capacitação e educação patrimonial, promoção de atividades econômicas e fortalecimento institucional. O programa, também, procura atacar as causas da degradação crônica do patrimônio, em função do baixo nível de atividade dessas áreas e na reduzida participação da comunidade local na preservação.

O Programa Monumenta tem como princípio garantir as condições de conservação do patrimônio recuperado, através do retorno econômico proporcionado pela intensificação do uso e da visitação às áreas restauradas ou revitalizadas, apoiadas no desenvolvimento turístico, econômico e sociocultural da região. Dentre as medidas fundamentais está a criação dos Fundos Municipais de Preservação, com a função de administrar os recursos destinados à conservação permanente, dirigidos por um conselho gestor composto paritariamente por representantes das três esferas do Governo e por representantes da comunidade e da iniciativa privada local.

O programa possui quatro tipos de ações principais que são na área de obras, programas educativos, na área de promoção turística e na área de capacitação. Na área de obras, trabalha no sentido de conservação e restauro de

monumentos históricos, na requalificação de ruas, praças e diversos espaços públicos e na conservação de fachadas em geral de imóveis particulares. Nos programas educativos, realiza campanhas na televisão, rádios, jornais, além de um programa para TV-Escola do MEC, assim como documentários para as TVs educativas. Na área de promoção turística, cria roteiros das cidades históricas do país para a divulgação dessas no Brasil e no exterior, além de realizar eventos para incrementar o turismo das cidades. Na área de capacitação, implanta centros de formação de artífices em obras de conservação e restauro, além do aprimoramento de profissionais e empreendedores, tais como gestores culturais, promotores culturais, servidores públicos, guias, artesãos, dentre outros. E ainda participa da produção de inventários, normas, manuais de preservação e implementação de plano estratégico de informação e informática no IPHAN para potencializar a capacidade de assistência técnica e de fiscalização do órgão.

O tombamento que faz parte das políticas patrimoniais brasileiras foi criado pelo Decreto-Lei n.º 25/37¹¹, que disciplinou o instituto do tombamento. Segundo Silva, no Decreto-Lei n.º 25/37 o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito no livro do tomo. (Silva, 2003, p.122).

Ainda de acordo com Silva:

“A inscrição num dos livros do Tombo” determina uma diretriz de conservação estabelecida pelo órgão responsável pelo tombamento, conferindo-lhe também critérios para apurar eventual dono sobre o bem cultural” (Silva, 2003, p. 123).

No livro do tomo podem ser inscritos bens culturais móveis e imóveis. Pode-se inscrever no livro do Tombo, separada ou agrupadamente, permitindo assim o tombamento de áreas, de bairros, de núcleos históricos ou até cidades inteiras. Como exemplos de tombamento de conjunto urbano citamos a cidade de Goiás, Salvador, Brasília e Rio de Janeiro.

¹¹ Para maiores informações sobre o Decreto Lei n.º 25/37, ver os livros: O Patrimônio em Processo (Fonseca, 2005, p. 245, Anexo II); e As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade (Silva, 2003; p. 122).

Conforme Fernando Fernandes da Silva,:

“Existem várias espécies de tombamentos, que são elas:

- Quanto ao procedimento: -tombamento de ofício,
- Quanto à eficácia: voluntário e compulsivo, definitivo e provisório [...]

O tombamento, como típico instituto protetor dos bens culturais, impõe naturalmente limitações do exercício do direito da propriedade pública ou privada. O título V do Decreto-Lei n.º 25/37 enumera os efeitos jurídicos incidentes sobre o bem tombado: restrição à alienabilidade, restrição à vizinhança; redação à modificação do bem; e obrigações do proprietário de conservá-lo”. (Silva, 2003, p. 126).

Segundo o DPH – Departamento de Patrimônio Histórico – da Prefeitura de São Paulo:

“O Tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. [...] O tombamento pode ser aplicado a bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental. [...] O Tombamento pode ser feito pela União através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual ou pelas administrações municipais. [...] O Tombamento não altera a propriedade de um bem; apenas proíbe que venha a ser destruído ou descaracterizado. Logo, um bem tombado não necessita ser desapropriado. [...] O Tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais na medida que impede legalmente a sua destruição. [...] Qualquer pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, pode solicitar a preservação de bens culturais.”

O tombamento é apenas uma das políticas de preservação do patrimônio, existindo diversas outras práticas preservacionistas. Manso relata, em seu livro sobre a proteção do patrimônio no Brasil, no Estado de Goiás e no Município, que:

“No Brasil, a proteção do Patrimônio Cultural e Natural é estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN). No Estado essa proteção é feita pela Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) por meio da Diretoria de Patrimônio, que registra bens tombados no livro do tomo. A parte referente aos municípios é coberta pela Lei de Zoneamento e pela lei Orgânica Municipal.” (Manso, 2004, p. 38).

Coelho e Valva relatam em seu livro a respeito dessas políticas patrimoniais no Estado de Goiás que:

“No estado de Goiás, todo o trabalho relacionado à proteção, manutenção e revitalização de monumentos está vinculado à Diretoria do Patrimônio Histórico da Agência de Cultura Pedro Ludovico. Convém observar, no entanto, que a questão do tombamento, nos últimos tempos, tem fugido ao seu controle, sendo executado de forma irregular, se analisado dentro dos padrões internacionais, e mesmo em relação ao praticado em âmbito federal. Não existe, no caso goiano, o desenvolvimento do processo de tombamento. Os monumentos são tombados por determinação do governo estadual com anuência da Assembléia Legislativa, sem a devida documentação dos levantamentos arquitetônico, histórico, documental e iconográfico. Ocorrem, com isso, algumas observações, como o tombamento de monumentos já desaparecidos (leia-se demolidos), como se estivessem em perfeita condição de uso. O mesmo ocorre em âmbito municipal, não só na capital, Goiânia, mas também em todo o interior do Estado. A falta de técnicos capacitados para o trabalho de documentação e preservação gera sérias distorções, inclusive quanto à avaliação no que se relaciona aos motivos que justificariam o tombamento”. (Coelho, Valva, 2005, p. 96 e 97).

Em Goiás existem alguns bens, tanto móveis como imóveis, tombados, principalmente nas cidades de Goiás, Pilar de Goiás, Goiânia e Pirenópolis, sendo, inclusive, a Cidade de Goiás Patrimônio Cultural da Humanidade, título dado pela UNESCO, onde foi tombado o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Goiânia também teve alguns locais e edifícios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): foram tombados o núcleo pioneiro de Goiânia e o núcleo pioneiro de Campinas. Foi a *Art Déco* que inspirou os arquitetos ao construir muitos edifícios e monumentos na cidade, sendo que a maioria dos edifícios tombados pertencem àquele estilo arquitetônico. Além dos edifícios, o traçado urbano do núcleo pioneiro, ou seja, o Centro da cidade, e parte do bairro de Campinas, também foram tombados pelo IPHAN.

Lima Filho (2006), em seu artigo relata sobre o tombamento nas cidades de Goiás e Goiânia, dizendo:

“No ano de 2002, Goiânia é alvo de um processo de tombamento Federal de seu Núcleo Pioneiro juntamente com edifícios públicos e componentes do *art déco* (IPHAN, 2002). Esse processo foi conduzido por várias instituições e atores sociais, liderados pelo IPHAN regional, movidos pelo sucesso de um processo anterior que culminou na declaração da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Novamente as duas cidades são coladas no imaginário e nas políticas do Estado Brasileiro uma para romper (1933) outra para unir (2002).” (Lima Filho, 2006, p.9).

Além desses edifícios tombados pelo IPHAN, existem outros também que foram tombados pelos Governos estadual e municipal. Coelho (2005), em seu livro descreve esses bens tombados na cidade de Goiânia, sendo eles o Tribunal de Contas do Estado, Edifício da Justiça Federal (primeira residência de Pedro Ludovico, além de ser a primeira Faculdade de Direito de Goiânia), Academia Goiana de Letras (antiga residência de Colemar Natal e Silva), Catedral Metropolitana, Residência de Altamiro de Moura Pacheco, Colégio Ateneu Dom Bosco, Grupo Escolar Modelo, Centro Cultural Martim Cererê, Residência de Venerando de Freitas Borges, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Capela Nossa Senhora das Graças, Teatro Inacabado, Centro Cultural Gustav Ritter, Capela São José e Túmulo de Pedro Ludovico.



Fig. 8 - Casa na Rua 20, Centro, primeira residência de Pedro Ludovico nos anos 1930. Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



Fig. 9 - Casa na Rua 20, esq. com Rua 15, Centro, antiga residência de Colemar Natal e Silva. Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Os Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso fazem parte da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, criada no ano de 2001 e sediada na cidade de Goiânia. Foi a partir da instalação dessa superintendência que começou um movimento em prol do tombamento de diversos edifícios, monumentos e traçado urbano do Centro de Goiânia e do bairro de Campinas, conforme relata Manso no Dossiê de Tombamento de Goiânia:

“Como uma de suas primeiras tarefas, a 14ª SR tratou logo de proceder ao levantamento do patrimônio construído nesses locais. No curso desse levantamento, percebeu-se de imediato a importância do conjunto arquitetônico *art déco* de Goiânia. Convocou-se, então, uma reunião inicial com professores, pesquisadores, autoridades do Executivo municipal, estadual e federal, membros do legislativo e do judiciário.” (Manso, 2004, p. 69).

Foram feitos diversos estudos por esse grupo interdisciplinar, e no início de 2002 foi apresentada a primeira proposta com o pedido de tombamento federal de 19 edifícios públicos e do traçado urbano dos núcleos pioneiros de Goiânia e de Campinas. Em outubro de 2002 foi enviado ao Conselho Consultivo do IPHAN o pedido de tombamento federal de 22 bens imóveis em Goiânia, sendo 19 edifícios e o traçado do Centro e de Campinas, e também os nomes das vias do Setor Central. O tombamento incorporou o conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Cívica, e entorno, e também edifícios e monumentos isolados no Setor Central e no bairro de Campinas.

Manso assim relata a aprovação do tombamento:

“O Conselho Consultivo nomeou relator do processo o conselheiro Paulo Bertran, que em prazo exíguo apresentou seu relato na reunião de 22 de dezembro. Em seu relato favorável ao pleito, o consultor ressaltou ainda a qualidade do material, o que fez com que o pedido fosse aprovado de imediato e por unanimidade. [...] Este, portanto, é o resultado do esforço de várias pessoas, mobilizadas pelo desejo de manter viva a memória dos pioneiros da construção da nova capital de Goiás.” (Manso, 2004, p. 70).

Dentre os bens imóveis tombados na cidade de Goiânia pelo IPHAN, alguns fazem parte do conjunto arquitetônico da Praça Cívica, sendo eles o Coreto da Praça Cívica, Fontes Luminosas, Obeliscos com Luminárias, Torre do Relógio, Edifício do Fórum e Tribunal de Justiça (atual Secretaria de Planejamento Estadual), Museu Pedro Ludovico, Museu Zoroastro Artiaga, Palácio das Esmeraldas, Edifício da antiga Delegacia Fiscal (atual Ministério da Fazenda), Edifício da antiga Chefatura de Polícia (atual Procuradoria Geral do Estado), Edifício da antiga Secretaria Geral (atual Centro Cultural Marieta Telles) e Edifício do Tribunal Regional Eleitoral. Além desses, outros edifícios e construções isoladas, como o Edifício do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Edifício do Grande Hotel, Edifício do

Teatro Goiânia, Edifício da antiga Estação Ferroviária de Goiânia (atual Estação Digital da Prefeitura), Edifício da antiga Escola Técnica Federal de Goiás (atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás), Mureta e Trampolim do Lago das Rosas, Edifício do antigo Palace Hotel (atual Biblioteca Municipal Cora Coralina), Edifício da antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas. E, ainda, foi tombado o traçado urbano dos núcleos pioneiros de Goiânia e de Campinas, além da nomenclatura das ruas do Núcleo pioneiro de Goiânia, atual Centro da cidade.



Fig. 10 - Museu Zoroastro Artiaga, na Praça Cívica, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



Fig. 11 - Edifício da Antiga Estação Ferroviária Praça do Trabalhador, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Para Goiânia e para a preservação do seu patrimônio, o tombamento desses 22 itens, sendo edifícios em estilo *Art Déco*, e o traçado urbano dos núcleos pioneiros, foi de grande importância para a memória e a história cultural da cidade, além de resguardar aspectos significativos da arquitetura e do urbanismo de Goiânia. Apenas, a ressalta que faço foi a não-inclusão de diversos outros edifícios e casarios também significativos de diversos outros estilos arquitetônicos, como o neocolonial, normando, eclético, moderno, que ficaram fora desse processo de tombamento.

Com o tombamento federal realizado pelo IPHAN, seria interessante para a cidade e Goiânia e seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, que fosse feita uma parceria entre os poderes públicos, tanto a nível municipal como estadual e o Programa Monumenta, para que desse prosseguimento a esse trabalho de preservação do patrimônio, podendo até ser implementado, continuando assim esse

processo de tombamento a abranger um número mais diversificado de estilos arquitetônicos, e que fossem também implementados com as políticas de otimização dos espaços públicos do núcleo já tombado pelo IPHAN.

2.4.2 Preservação do Centro de Goiânia

Preservar o Patrimônio cultural de um povo pressupõe a representatividade de sua totalidade, ou seja, preservar as características de uma sociedade, mantendo a sua identidade cultural. Se não há preservação, pode ocorrer a perda da identidade cultural desse povo. A força, a criatividade, o orgulho e a consciência de uma sociedade mantêm viva sua cultura, sua identidade, aquilo que a faz ser exatamente o que ela é.

“Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. E fazer, também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de qualquer significativos dentro do contexto urbano”. (Lemos, 1987, p. 29).

Muitas edificações já foram demolidas, ou severamente modificadas, e restaram apenas alguns poucos exemplares que isoladamente não representam a estrutura original daquela época. No Centro da cidade, notadamente na Rua 20, na Rua 19, na Rua 24 e em outras, apresentam-se edifícios de várias tipologias, principalmente do neocolonial, do normando, do ecletismo, do *Art Déco* e que estão sendo modificados ou demolidos sem qualquer preocupação por parte de autoridades, técnicos e mesmo da população no sentido de se preservar tais edificações, para que daqui a algumas centenas de anos tenhamos ainda um conjunto arquitetônico e urbanístico que remonte aos anos da construção da cidade. Se não houver um trabalho que valorize a memória da cidade, através da preservação desse patrimônio, todo o conjunto urbano-arquitetônico, e conseqüentemente cultural, de Goiânia, que fazem da memória coletiva da população, terá desaparecido.

Eckert relata o seguinte sobre a memória das cidades:

“A cidade surge aqui como guardiã das passagens do tempo mapeando os lugares que guardam os vestígios da memória coletiva vivida. Nela, herdamos as narrativas constituídas por gestões políticas anteriores elucidadas nos projetos sociais dos habitantes citadinos [...] Soma-se ao fato de que muitos dos projetos patrimoniais de memória urbana encerram em si valores éticos de continuidade da humanidade a partir de uma lógica de contrato natural, tendo na revitalização de áreas comuns o esforço da continuidade humana.” (Eckert, 2002, p. 82).

A Rua 20 foi uma das primeiras ruas da cidade a ser habitada, ali foram erguidas as primeiras edificações de nossa cidade. Em uma de suas casas, infelizmente que já não mais existe, pois foi demolida, foi instalada provisoriamente a sede do Governo Estadual, de onde o então Governador, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, despachava; nessa mesma rua funcionaram a primeira Faculdade de Direito de Goiânia, o Conservatório de Música, a Casa do Bispo, dentre outras. Ali aconteciam as principais manifestações culturais e sociais da época, pois era onde residiam as autoridades socioculturais, intelectuais e políticos de então. Os primeiros pioneiros de Goiânia ali residiam ou participavam de manifestações que aconteciam; portanto, é uma rua que guarda uma parcela significativa da memória de nossa cidade, nos âmbitos político, social, cultural, arquitetônico, artístico e outros. Por esses e por outros inúmeros fatores, essa rua, assim como várias outras do Centro da cidade, merece nossa atenção, para que se resguarde através de práticas preservacionistas a memória de Goiânia. E esses atos de preservação devem ser rapidamente colocados em prática, pois Goiânia ainda é uma cidade jovem, com pouco mais de 70 anos, e devido ao acelerado processo de crescimento ocorrido na cidade houve uma rápida destruição de seu patrimônio e, conseqüentemente, uma perda significativa de sua memória. Se esse processo continuar no mesmo ritmo, em breve não restará nada, a não ser alguns monumentos e prédios públicos, além do traçado urbano original, que nos lembre a cidade de Goiânia de seus primeiros anos de ocupação. As Ruas 20, 24, 15, 74, 72, 55, 25, e outras, não fugiram à regra, também foram bastante impactadas, já os seus traçados originais ainda perduram imutáveis, mas a maioria das edificações da época da construção da cidade já foi demolida, dando lugar a outro tipo de uso, principalmente o comercial, como farmácias e estacionamentos para veículos. Essas

ruas eram basicamente residenciais, salvo algumas poucas de outro uso. Dessas edificações residenciais, algumas ainda resistem, sobrando-nos exemplares da arquitetura original da época. É difícil encontrar nestas ruas um conjunto arquitetônico coeso, e sim edificações isoladas, mas que ainda são muito representativas e que devem ser preservadas, não só pela sua representatividade arquitetônica, mas também por serem marcos de nossa memória sociocultural e histórica.

Eckert relata que:

“As cidades contemporâneas, marcadas pela efemeridade da passagem do tempo, são ventrículos do desejo de agentes da modernidade. Mas uma população maior não resiste ao medo da perda de memória pela destruição de lugares e superação de hábitos rituais do passado nas transformações atestadas pela criatura do moderno.” (Eckert, 2002, p. 82).

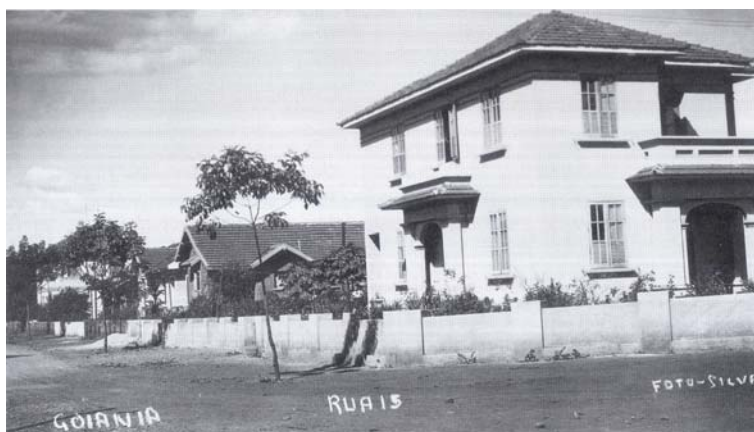


Fig. 12 - Casas na Rua 15, esq. com Rua 19, Centro na década de 1940.
Fonte: MIS – Museu da Imagem e do Som (2002).

2.5. Considerações Finais sobre a preservação e revitalização do Centro de Goiânia

Goiânia, segundo o censo do IBGE de 2000, possui uma população total de 1.090.737 habitantes, sendo que no ano de 2006 estima-se uma população de cerca de 1.200.000 habitantes. A cidade foi projetada nos anos 1930, para se chegar a uma população futura de 50.000 habitantes, quando chegasse próxima dos seus 50 anos. Hoje com 73 anos de existência possui uma população vinte vezes maior que a expectativa da época. Com o grande aumento populacional ocorreu

conseqüentemente uma ocupação territorial que excedeu em muito o espaço inicialmente projetado, o qual era toda a cidade, e que hoje conhecemos como o Centro. Por esse rápido crescimento, o Centro da cidade passou por inúmeras transformações, inclusive deixando de ser o principal local de compras, serviços, administração pública, entretenimento e lazer, perdendo espaço para os novos centros ou subcentros, surgidos em outros locais e também para os *shoppings* que surgiram em vários locais da cidade. Com isso, o Centro começou a se degradar, sendo esses uns dos principais fatores para essa degradação e deterioração; outro fator também elencado foi à falta de investimento tanto dos setores públicos como privados no Centro, que passaram a se interessar por outras regiões da cidade que ofereciam um maior conforto e um melhor e mais moderno arranjo arquitetônico e urbanístico.

Castilho e Vargas¹² relatam que:

“Os centros das cidades têm sido identificados como lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrente da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. Também historicamente eleitos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade.” (Castilho, Vargas, 2006, p. 1).

A partir do final dos anos 1990 tem surgido por parte dos órgãos públicos, que trabalham com questões relacionadas a patrimônio e preservação, uma certa preocupação com a questão de preservação e de revitalização do Centro de Goiânia, com a confecção de alguns trabalhos e estudos para implementar melhorias nessa área.

Goiânia é uma cidade nova, principalmente se comparada a dezenas de outras cidades do país e do mundo que já se preocupam com essas questões. Mas, apesar da pouca idade, vem sofrendo um rápido processo de deterioração de seu Centro, conseqüentemente de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, quer pelas freqüentes demolições de edificações, quer pelas desfigurações que esses edifícios

¹² Ver Castilho e Vargas (2006), em seu livro *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados*.

sofrem em prol de uma suposta modernização que julgam necessária para a adequação desses às características atuais de se construir. Esse constante processo tem levado o Centro a uma rápida perda de importantes edificações que de maneira significativa representavam a maneira de viver e construir da época da construção da cidade, principalmente dos edifícios não-oficiais, onde nota-se um grande descaso tanto da população, por muitas vezes não conhecer a importância dessas edificações, quanto das autoridades competentes que não atentam para a preservação desses edifícios.

Vaz, em seu trabalho relata que:

“Goiânia é um cidade muito jovem que absorve sem muitos obstáculos“ o moderno” e ,por isso, o capital atua sem grandes dificuldades. O envelhecimento dos objetos e dos espaços é acelerado, e as heranças são destruídas com rapidez. Novas materialidades são superpostas e justapostas às formas anteriores.” (Vaz, 2002, p. 42).

Em Goiânia existe uma particularidade que é diferente de outros núcleos urbanos preocupados com a preservação. O Centro da cidade de Goiânia está envelhecendo, mas ainda é habitado, inclusive por uma grande população jovem, o comércio, mesmo que popular, é forte, assim como o setor bancário. Possui toda a infra-estrutura urbana necessária para a sua sobrevivência e em franca operação. O que mais precisa ser feito é a preservação de seu patrimônio arquitetônico, diga-se, de passagem, bastante valioso, com muitos exemplares em *Art Déco*, assim como em outros estilos como o eclético, o neocolonial, o normando e o moderno, tanto em prédios públicos e institucionais como em edifícios comerciais e residenciais, que infelizmente têm sido os mais afetados quanto à questão preservacionista. O patrimônio urbanístico existente também necessita ser otimizado e há que se construir também novos espaços públicos interessantes para a cidade. Então, o que necessita é que se traga ao Centro vida nova, com investimento no setor cultural, de entretenimento, gastronômico, comercial, habitacional, de prestação de serviços, de tecnologia, para que seja ocupado com novos prédios comerciais e residenciais e reocupados outros também com o mesmo fim, que estão em desuso, para que o Centro volte a pulsar em todos os segmentos, como era desde a sua implantação até os anos 1970 e 1980.

Castilho e Vargas relatam sobre o Centro que:

“A definição de Centro, portanto, implica a presença de uma cidade de diversidade étnica, portadora de processos históricos conflituosos, com milhares de anos de existência em permanente contradição (Carrion, 1998). Não apenas os edifícios expressivos e monumentais merecem ser preservados, mas também as edificações de todas as classes sociais que fazem parte da história, sem que essa concepção, no entanto signifique um congelamento da cidade (Marcuse, 1998). Intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção.” (Castilho, Vargas, 2006, p. 3).

Segundo Sposito (1997), a importância da centralidade no espaço intra-urbano está relacionada ao lugar expressivo que ela tem na sua estruturação. É o local de maior aglomeração de todo tipo de serviços, comércio, habitação, monumentos, edifícios arquitetonicamente representativos, emprego, sendo o local que atrai a maior quantidade de fluxos, materiais e imateriais, e apresenta um papel significativo dos usos dos solos na cidade. O Centro das cidades está em constante processo de mutação, tanto quanto à forma como em conteúdo e movimento, podendo ser entendido através dos processos socioespaciais.

Conforme relata Vaz:

“O Centro de Goiânia passa por transformações, complexificam-se suas articulações no espaço intra-urbano e mesmo no interurbano, multiplicam-se as atividades, migram-se grupos sociais, constrói-se, destrói-se, demole-se, constrói-se sobre, ampliam-se espaços em altura, alteram-se funções. Estas mudanças são de tal ordem que já é possível falar do centro como um palimpsesto e, o que é mais grave, da sua degradação. É isto que informamos documentos da Secretaria Municipal de Planejamento: a sua deterioração, a sua perda de competitividade e a necessidade de implementação de ações/intervenções revitalizadoras.” (Vaz, 2002, p. 4 e 5).

Revitalizar é trazer novo vigor, e é isto que o Centro de Goiânia necessita, aliado logicamente a um processo de preservação de seu patrimônio arquitetônico e cultural, que pouco a pouco, sem que a população de maneira geral perceba, está sendo destruído, maltratado e ignorado.

Castilho e Vargas relatam o seguinte sobre a importância da revitalização ou recuperação dos centros:

“Recuperar o Centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e de pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura estabelecida; dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção [...] Atualmente, observa-se um consenso sobre as razões que conduzem ao processo de recuperação das áreas centrais. A literatura internacional e seus diversos estudos de casos relatados sobre o processo de retorno ao centro auxiliam na compreensão desse percurso, apontando períodos bastantes diferenciados sobre os objetivos e as estratégias para alcançá-los, no âmbito de seus diferentes contextos.” (Castilho, Vargas, 2006, p. 4 e 5).

No Centro da cidade, e em alguns bairros, já foram realizadas a preservação e a revitalização de espaços públicos, que contribuíram para o melhor uso desses, sendo, inclusive, bastante elogiadas pela população. Temos como exemplo no Centro a revitalização da Praça Cívica, da Avenida Goiás, do canteiro central da Avenida Paranaíba, do edifício da antiga Estação Ferroviária e do Centro Administrativo (atual Palácio Pedro Ludovico Teixeira) e da fachada do Edifício do Grande Hotel, na Rua 3 com a Avenida Goiás. Mais recentemente foram revitalizados os espaços do antigo Mercado Popular da Rua 74, o Cine Ouro, a praça no entorno da Catedral e o calçadão central da Avenida Universitária (ou Rua 10). No mercado da Rua 74, onde aconteceu o evento ‘Casa Cor 2006’, a pretensão é que aquele imóvel seja devolvido à comunidade com as características arquitetônicas da época de sua construção e com o mesmo uso que possuía, resgatando-o como espaço de convívio sociocultural e comercial. O antigo Cine Ouro, também revitalizado, já há alguns anos havia se tornado um templo de igreja evangélica, e que recentemente foi adquirido pela Prefeitura de Goiânia, transformando-se no Centro Municipal de Cultura Ouro, onde existe um espaço para exposições, um café, um teatro e um cinema, sendo ultimamente um local bastante requisitado e movimentado da cidade. Todos esses espaços e edifícios relatados se localizam no Centro da cidade.



Fig. 13 - Canteiro central da Av. Universitária, revitalizada
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



Fig. 14 - Canteiro central da Av. Goiás, revitalizada
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Outros espaços nos bairros também foram revitalizados, como a Praça Joaquim Lúcio, em Campinas; a Praça do Avião, atual Praça Santos Dumont, no Setor Aeroporto, e a Praça Eurico Viana, na Avenida República do Líbano, no Setor Oeste.

Esses projetos, que já estão executados, foram implantados de forma isolada ou pontualmente, sendo pequena a interação entre eles, o qual considero maléfico para a cidade, e para a compreensão do processo de revitalização. No meu entender, o projeto de revitalização não pode ser pontual, tem de ser programado para uma área da cidade, no nosso caso, o Centro de Goiânia, pois quando se tem um projeto geral, para uma região, os resultados favorecem toda aquela região, e a toda a cidade. Quando é pontual, somente aquele local é mais beneficiado, trazendo menos benefícios à população em geral.

Já foram feitos alguns estudos e projetos para o Centro de Goiânia, dentre eles citamos: “O Projeto Goiânia 21, Operação Centro Etapa 2”, elaborado em 1998, pela Prefeitura Municipal e o Grupo Quatro S/C Ltda, escritório de arquitetura e urbanismo, e por um grupo multidisciplinar de profissionais que colaboraram na confecção desse projeto, no qual foram identificados 21 Projetos Estruturantes. Infelizmente, esse projeto não foi colocado totalmente em prática pela Prefeitura Municipal de Goiânia, apenas em alguns locais da cidade foi implantado, como é o caso da Avenida Goiás, com o Projeto Avenida Goiás, onde foi remodelado todo o seu canteiro central, sendo resgatadas suas características originais e a revitalização da torre do Relógio; o Projeto Praça Pedro Ludovico, na

atual Praça Cívica, onde foi feito novo ajardinamento, iluminação e reforma das antigas fontes luminosas e revitalização do Coreto, além da reforma do Palácio das Esmeraldas e do Palácio Pedro Ludovico Teixeira; o Projeto Avenidas foi implantado na Avenida Paranaíba, com a construção do Mercado Aberto em seu canteiro central e nas Avenidas Universitária e Dona Gercina, onde foram revitalizados todos os seus canteiros centrais. Outro estudo interessante, mas que também foi bem pouco implantado, é o projeto “Cara Limpa”, apenas três prédios, dos 49 previstos foram implementados, sendo dois prédios particulares e um público, sendo eles os prédios do Banco Panamericano e da Brasil Telecom, ao lado do Grande Hotel, ambos na Avenida Goiás, e o prédio do antigo Grande Hotel, atualmente de propriedade do INSS, sendo que foi feita uma permissão de uso para a prefeitura, localiza-se também na Avenida Goiás, esquina com a Rua 3. O projeto “Cara Limpa” valoriza a identidade arquitetônica reconhecida e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, prevendo a recuperação de fachadas dos edifícios; a padronização dos letreiros e calçamentos; instalação de fiação subterrânea, dentre outros. O projeto prevê a remodelação de fachadas de 49 edifícios na Avenida Goiás, entre a Avenida Anhanguera e a Praça Cívica. O projeto piloto foi elaborado pela arquiteta Anamaria Diniz, sob a coordenação de Wolney Unes. Inclusive, vale ressaltar que esse projeto foi premiado pelo CREA-GO, com o Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente 2005, que tem como objetivo expressar o reconhecimento do Regional à dedicação e criatividade dos profissionais, entidades, instituições de ensino vinculados ao sistema e também das pessoas físicas e jurídicas que se destacaram por suas ações na luta pela preservação, defesa e conservação do meio ambiente.



Fig. 15 - Edifício do antigo Grande Hotel, na Av. Goiás, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Segundo Vaz (2002), no final dos anos 90, início dos 2000, também foram feitos alguns estudos por um grupo de espanhóis, formado por professores e técnicos da cidade de Barcelona, para a revitalização do Centro de Goiânia. A Associação Centro Vivo propôs a elaboração dessa proposta de revitalização, que foi possibilitada por uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Goiânia e a iniciativa privada, formada por empresas como a Tropical Imóveis, Flamboyant Shopping, Goiânia Shopping, Refrigerantes Bandeirantes (Coca-Cola), Associação Comercial e Industrial de Goiás, Clube de Dirigentes Lojistas, dentre outras. À Prefeitura de Goiânia coube a assessoria técnica à equipe espanhola. Mas, esse projeto não foi implantado, tendo sido, também, pouco divulgado.

O Centro de Goiânia se consolidou até os anos 1970 como um pólo multivariado para a população. A partir dos anos 1980, e principalmente dos anos 1990, devido à expansão e crescimento rápido da cidade, ele começa a perder essa característica, com o surgimento de novas áreas ou subcentros, como é o caso dos setores Bueno e Oeste, além do surgimento dos *shoppings*, aliados ao aumento do tráfego e da implantação dos eixos de transporte coletivos denominados Norte-Sul e Leste–Oeste, nas Avenidas Goiás e Anhanguera, respectivamente. Devido a esses e uma série de outros fatores, o Centro começa o seu processo de degradação, causado por esse impacto de metropolização, com expansão das áreas de habitação da cidade e do desenvolvimento de atividades econômicas, numa busca por melhores condições em novas áreas, mais propícias a atender às novas demandas e costumes, e tendo por suporte a revolução do automóvel.

Em várias cidades do Brasil, esse fenômeno também ocorreu, como foi o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e São Luiz do Maranhão, assim como em outros países como os Estados Unidos e alguns da Europa. Barcelona, na Espanha, passou por esse processo, como indica o Projeto Goiânia, 21, Operação Centro:

“Dalmau, J.A., apresenta no trabalho “ Programas de revitalización el Centro de Barcelona: Ciutat Viella e Eixample, com Participación de Sociedades de Economia Mixta”, [...] que exemplifica, com o centro de Barcelona, este processo de degradação.” (Projeto Goiânia 21, Operação Centro, 1997, p. 17).

A metropolização é um fato em Goiânia, a cidade cresceu e se conurbou com outras cidades circunvizinhas, como foi o caso com Aparecida de Goiânia, Trindade e outras. A cidade de Goiânia centraliza a região metropolitana, que possui cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes. E com esse processo de crescimento, o Centro da cidade acabou por sofrer os reflexos desse crescimento e o surgimento de novos subcentros na cidade ou na região metropolitana, um desses reflexos é a deterioração. As metrópoles vivem e viveram inúmeras transformações das áreas necessárias à viabilização das atividades, elas se refuncionalizaram, em função dessa grande concentração de população e conseqüentemente de serviços, comércio e outras atividades.

Sposito relata o seguinte a respeito de metropolização:

“Metrópole é um termo recentemente muito usado para “ qualificar as principais aglomerações urbanas de um país que conta algumas centenas de milhares de habitantes, que são multifuncionais e que comandam relações econômicas com muitas outras aglomerações estrangeiras “. Resultante do fenômeno da metropolização, não está, no entanto, restrito apenas ao crescimento em dimensão, mas pressupõe também a concentração de população, atividades e riquezas.” (Sposito, 1997, p. 48).

Em Goiânia tem de ser levado em consideração para o Centro o fato de este ainda ser novo e de possuir uma boa e não-ociosa infra-estrutura, o que o difere de inúmeros outros centros de cidades pelo Brasil e pelo mundo. Entretanto, o Centro vem enfrentando um processo de esvaziamento econômico e de decadência que vem sendo provocado pela estagnação e alguma perda de população; pela extinção quase que total de atividades de lazer, cultura e entretenimento; pela perda da atração de investimentos em setores de serviços tradicionais como o hoteleiro e de alimentação; pela deterioração dos edifícios, monumentos e espaços públicos; pelo deslocamento para outras regiões da cidade de empresas ou empreendimentos voltados para a clientela de média e alta renda; pela especialização no comércio popular; pela falta de investimentos por parte do poder público e da iniciativa privada, dentre outros. O Centro está perdendo gradativamente a sua posição de principal pólo de atividades de comércio, serviços, cultura e lazer, em decorrência do surgimento de outros pólos na cidade mais modernos e adaptados aos novos tempos, devido às novas exigências da população.

Villaça relata o seguinte sobre o Centro:

“Observa-se então que uma tendência de o centro principal se deslocar territorialmente em direção à região de concentração das classes de mais alta renda. Até a década de 70, este deslocamento ocorre por contigüidade, configurando uma “ bipartição” do centro da cidade – o “ nobre “ e o “ popular “, duas partes de um único centro. O Centro antigo volta-se ao atendimento das camadas populares, e a outra área passa a concentrar o comércio , os serviços e os profissionais orientados para o atendimento às elites. “ (Villaça, 1998, p. 282).

Somos cientes de que o Centro não retornará à função de único pólo provedor de serviços em geral da cidade, e nem queremos ou pretendemos que isso ocorra, pois a cidade cresceu e necessita dessa pluralidade para que se desenvolva e ofereça à sua população melhores e maiores opções dos mais variados tipos de serviços, habitação e outras atividades. O que sentimos é que o Centro possui um patrimônio, tanto público como privado, que precisa ser preservado, por fazer parte do processo de criação da cidade e que necessita de uma intervenção que ponha fim a esse processo de deterioração que vem sofrendo, permitindo assim sua reinserção como pólo dinâmico e de atendimento de toda a população de Goiânia.

Villaça (1998) defende que as camadas mais favorecidas da população ou de alta renda, exercem através do Estado e do mercado um controle sobre os espaços da cidade, fazendo com que haja o deslocamento e o declínio dos centros principais e o surgimento dos sub-centros na cidade. O surgimento dessas novas centralidades urbanas, e as transformações ocorridas no Centro, deve-se à força das novas formas comerciais, como os *shopping centers*, galerias, hipermercados, áreas comerciais especializadas, dentre outras. Ele relata também que na década de 1970 houve um intenso processo de descentralização na maioria das metrópoles brasileiras, sendo que em cidades menores esse fenômeno também ocorreu, inclusive relatando que:

“Por volta da década de 1970 – variando um pouco conforme a metrópole – os centros já estavam bastante abandonados, principalmente como local de compras, diversões e escritórios profissionais liberais das burguesias. [...] Na década de 1980, os Centros principais já estavam quase que totalmente tomados pelas camadas populares, aquilo a que se chama ideologicamente de “ decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares.” (Villaça, 1998, p. 283).

O Centro de Goiânia é um local que ainda não considero como um centro histórico, e sim um local que está em processo de se transformar em centro histórico, por ser ainda o centro de uma cidade nova, com menos de cem anos, mas que num futuro próximo, devido às suas características urbanísticas e de sua arquitetura, principalmente do estilo *Art Déco*, possa vir a se tornar. Goiânia, por ser jovem e não possuindo um patrimônio histórico, como o da cidade de Ouro Preto, por exemplo, prefiro então, me referir ao Centro como Núcleo Pioneiro, dotado de importantes edificações remanescentes do período de implantação da cidade, e que se difere das demais cidades que passaram por esse processo de revitalização, pois essas cidades são geralmente providas de um centro histórico expressivo, ou são voltadas para o turismo, não sendo o caso de Goiânia, que inclusive não possui vocações para esse setor, não com o aspecto mais amplo e divulgado, que é o de lazer e entretenimento. Goiânia até pode possuir uma vertente turística, mas com um caráter voltado para o turismo de congressos, feiras e eventos, bem diferenciado das cidades litorâneas e de apelo histórico, espalhadas pelo Brasil.

Por todas essas razões aqui explicitadas, entendo que o processo de revitalização em Goiânia tem de ser entendido e implantado sob uma nova óptica, totalmente diferenciado do que foi por exemplo implantado em Salvador, na Bahia, e em muitas outras cidades.

Acredito que essa revitalização não deve acontecer apenas pelo sentido de resgatar a memória e as características arquitetônicas e urbanísticas do Centro, ou seja, preservar por preservar. E sim para que se dê realmente um novo uso, ou que se melhore o uso tanto dos espaços públicos como do residencial, quanto de comércio e prestação de serviços do Centro. Para que a revitalização obtenha sucesso, deve ser feita numa parceria entre Prefeitura Municipal, iniciativa privada, IPHAN, Governo do Estado e população local e usuária do Centro, além de outros órgãos não-governamentais que possam vir a colaborar com esse empreendimento.

A revitalização tem de ser pensada como um projeto macro, ou seja, de todo o Centro. A sua implantação é que pode acontecer aos poucos, em microrregiões a serem definidas no Centro. As parcerias, o envolvimento da população e o aval dessa é altamente importante para o bom andamento do projeto.

É importante também que aconteça uma Política Pública Municipal nas Microrregiões, em parceria com o estado e o IPHAN. Nessa política serão dados incentivos aos proprietários de imóveis com interesse à preservação, do tipo isenção por um período de ISSQN e IPTU e até de outros impostos no caso de imóveis comerciais e de prestação de serviços de maior porte. Os proprietários também têm de ser sensibilizados afetivamente quanto à necessidade de o seu imóvel ser preservado, através de educadores patrimoniais da prefeitura, mostrando o quanto é necessário à cidade e a população essa prática preservacionista. Essa sensibilização é o ponto principal neste processo, para que a população se sinta parte integrante dele, atores sociais engajados na preservação e reutilização do seu patrimônio, vindo inclusive a obter ganhos tanto no aspecto econômico quanto social e cultural, com o novo uso atribuído ao seu imóvel. Não se deve apenas impor o tombamento através das políticas patrimoniais, através de programas ou dos órgãos federais, estaduais e municipais, pois o proprietário, dessa maneira, se sentirá coagido, limitado e em até alguns casos usurpado em seu patrimônio. Mas, se o tombamento acontecer de uma forma mais participativa, onde as duas partes sintam-se satisfeitas, esse processo irá fluir melhor, sem traumatismos, principalmente do lado do proprietário do imóvel.

A população deve ser estimulada a perceber o Centro da cidade como o seu patrimônio, tendo conseqüentemente após essa compreensão uma mudança de postura em relação a esse local e o que ele representa para a cidade. Em Goiânia, esse patrimônio edificado traz elementos históricos da vida social, política e cultural, que em muito se relacionam com a memória da população, fazendo com que a população passe a ter uma atitude preservacionista em relação ao patrimônio de todos.

Mesmo em relação aos espaços e mobiliários urbanos, sem dúvida a participação da sociedade é muito importante para a destinação que o espaço terá, para que não seja impositivo e autoritário, conseqüentemente sem o respaldo popular, que acabará não usufruindo deste, por não se sentir como parte integrante deste patrimônio.



Fig. 16 - Foto da Torre do Relógio no canteiro central da Av. Goiás, revitalizado
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Reis, em seu artigo, relata sobre a participação da população e de técnicos nesse processo de preservação e revitalização, dizendo que:

“As discussões sobre a revitalização do patrimônio passa, essencialmente pelo debate sobre o planejamento urbano, as formas de uso dos monumentos históricos e do apoio às manifestações culturais. Nesse processo é importante a participação da comunidade ou órgãos de classe, pois a (re)construção dos espaços não se faz por decreto ou por decisões de técnicos. As pessoas, residentes do lugar, devem participar, Pois o conhecem e precisam ser motivadas a fortalecerem o sentimento de identidade. “ (Reis, 2006, p. 3).

A gentrificação, um dos grandes males da revitalização, não deve ocorrer em Goiânia. O que desejamos com esse processo de revitalização é justamente o contrário. Queremos é trazer a população para o Centro, assim como mais serviços, comércio, lazer, entretenimento, e até turismo. Para tanto, precisamos revitalizar espaços públicos, como praças, avenidas, bulevares assim como o sistema viário do Centro, com melhoria do trânsito e, também, a melhoria e padronização das calçadas, que fazem parte da via pública. Inclusive, existe uma parceria, já acordada entre a Superintendência Municipal de Trânsito – SMT – e o CREA/GO – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás – , para se implantar na Rua 4, entre a Rua 9 e a Avenida Tocantins, um modelo de calçada a ser seguido

em toda a cidade, onde existirão pisos adequados a portadores de necessidades especiais, assim como rebaixo e locação de equipamentos urbanos em locais apropriados.

Além dos espaços públicos, temos de recuperar imóveis públicos e privados, e, inclusive, induzir a ocupação do grande número de imóveis desocupados. O projeto Cara Limpa seria uma boa alternativa de melhoramento do aspecto visual desses imóveis, principalmente os de comércio e serviços, atraindo assim ocupantes, que devido à má conservação e mesmo descaso da população e órgãos públicos competentes, abandonaram o Centro para se alojar em locais que ofereciam um melhor arranjo arquitetônico, urbanístico e estético, com maior conforto e comodidade.

Quanto aos imóveis residenciais, muitos estão fechados ou sub-utilizados. Muitos deles com grande valor arquitetônico, ou histórico, poderiam ser adquiridos pelo poder público municipal, estadual e até federal, para que neles fossem implantados seus órgãos públicos. Inclusive a própria sede do IPHAN, poderia se abrigar numa dessas edificações no Centro da cidade.



Fig. 17 - Casa em estilo eclético dos anos 1940, na Rua 20, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Outro aspecto que poderia ser melhorado com a revitalização seria o do transporte coletivo, com o apoio da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo

- CMTC. A questão de estacionamento já está praticamente organizada, com a denominada área azul já implantada, poderia apenas haver algumas adequações e maior fiscalização sobre ela. Outro ponto para melhorar esse problema seria a construção de pequenos edifícios-garagem, de no máximo três pavimentos, onde hoje estão alguns estacionamentos já consolidados no Centro da cidade.

A questão da indução de aumento da população no Centro é um ponto de grande importância. Existem muitos lotes subutilizados nessa região da cidade, sendo assim deveria haver uma parceria entre a Prefeitura, através de sua Secretaria de Planejamento e o órgão do Patrimônio para que sejam erguidos novos edifícios residenciais de pequeno e grande porte. Esses devem passar pela fiscalização dos órgãos competentes para que não ocorram demolições de edifícios com relevância arquitetônica e histórica, sendo apenas erigidos prédios em locais sem interesse para preservação ou em lotes subutilizados ou vagos. Nas avenidas também poderiam ser construídos edifícios comerciais, para abrigar prestadores de serviço e profissionais liberais das mais diversas áreas.

O incremento ao lazer, entretenimento e cultura com a abertura de novos bares, restaurantes, casas de espetáculos, e similares, atrairia pessoas para o Centro, movimentando-o econômica e socioculturalmente. Essas são apenas algumas medidas que podem ser implementadas nesse processo de revitalização e preservação do Centro de Goiânia.

3. OS PLANOS URBANÍSTICOS DE GOIÂNIA E A EVOLUÇÃO DO CENTRO

3.1 Aspectos do Primeiro Plano Urbanístico de Goiânia

O interventor Pedro Ludovico tinha a missão de escolher quem seria o responsável pelo projeto do plano de urbanização de Goiânia. O Sr. Colemar Natal e Silva, então advogado e membro da comissão da escolha do local para a nova capital, afirmou que o primeiro nome lembrado pelo interventor foi o do urbanista francês Alfred Agache, que foi o primeiro urbanista a introduzir no Brasil as idéias relativas à cidade industrial moderna, em desenvolvimento na Europa desde o século XIX, ao ser responsável por elaborar de um amplo plano de remodelação que acabou não sendo implantado, no centro da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Alfred Agache nasceu na França, na cidade de Tours em 1875, cursou a Escola de Belas artes em Paris e foi um grande estudioso sobre o urbanismo, tratando de temas diversos, como os planos para cidades-jardins e também sobre habitação popular. Um grande admirador de seu trabalho como urbanista era o engenheiro Armando de Godoy, que, inclusive, muito o defendeu em seu plano de remodelação para a cidade do Rio de Janeiro. Alfred Agache, como foi dito anteriormente, foi o primeiro nome lembrado para ser o responsável pelo plano de Goiânia, mas como ele estava fora do país, Pedro Ludovico resolveu indicar dois nomes, o do arquiteto Atílio Corrêa Lima e do engenheiro Armando Augusto de Godoy, mas acabou-se por optar por Atílio, que representava a firma P. Antunes Ribeiro e Cia., do Rio de Janeiro, e através do Decreto n.º 3.547, de 6 de julho de 1933, Pedro Ludovico encarrega o arquiteto Atílio Corrêa Lima de elaborar o projeto da nova capital do estado.

Segundo Manso, Atílio Corrêa Lima formou-se engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1925. Ficou em segundo lugar num concurso para o projeto de ajardinamento da Ponta do Calabouço, no Rio de Janeiro, e assim foi contratado pela Diretoria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1927, mudou-se para a França, estudando no Instituto de Urbanismo da

Universidade de Paris, inclusive sendo aluno de Alfred Agache. Ao retornar para o Brasil, torna-se professor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Após desligar-se do plano de urbanização de Goiânia, trabalha no plano de remodelação do Recife, no ano de 1936, e em 1938 consagrou-se com o projeto da Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Concede, também, o projeto da Cidade Operária de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias. Atílio faleceu no ano de 1943, num trágico desastre aéreo. (Manso, 2001, p. 134 e 135 e 168 e 169).

O Plano Urbanístico da cidade, apresentado por Atílio Corrêa Lima¹³ revelava a sua admiração pelos princípios clássicos de se conceber uma cidade e a sua formação urbanística da escola francesa. Ele tinha como meta projetar um espaço urbano compatível com as atividades ligadas à produção industrial, à civilização contemporânea e ao mundo moderno, sendo que o modelo de urbanismo apresentado por ele no início dos anos 1930, apresentava uma total coerência com as propostas políticas e socioeconômicas da Revolução de 30. O traçado por ele proposto obedeceu à configuração do terreno, à necessidade do tráfego, ao zoneamento e ao loteamento. Esses fatores nortearam a proposta do plano urbanístico da cidade de Goiânia. O plano, de princípio clássico, proposto por ele, ressaltava um efeito de monumentalidade. Adotou-se como princípio os planos de remodelação e mudança de capitais européias e norte-americanas, tais como Versailles, Karlsruhe e Washington, considerando as devidas proporções

“Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é o seu centro administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo de sua via comercial (Avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versalhes, Karlsruhe e Washington, genericamente chama do de “Pate d’oie” pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital do estado (evidentemente guardando as devidas proporções)”. (IBGE, 1942, p.100, apud, Ribeiro, 2004, p.61).

¹³ Ver Plano Urbanístico de Atílio Corrêa Lima (1942).



Fig. 18 - Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia de Atílio Corrêa Lima, em 1933.
Fonte: Edgar Graeff (1985)

Segundo relata Mello (2006), o plano inicial de Goiânia, concebido por Atílio, tinha fortes influências de princípio barroco, onde em seu livro expõe o seguinte:

“A inspiração segundo Atílio, vinha de Versalhes, Karlusche e Washington, ou seja, uma fonte explicitamente barroca. O elemento comum mais notável entre as três cidades era o “asterisco”, ou seja, a convergência de vias para um ponto central. [...] Muito se especula, equivocadamente, sobre o plano de Goiânia. Consideram-no um plano *déco*, estilo que nunca se manifestou no urbanismo ou até mesmo uma expressão do modernismo. Se for para se estabelecerem definições, pode-se dizer que ele era, em sua forma de 1937, um plano híbrido que tinha como determinantes principais um princípio barroco e, do urbanismo culturalista, as idealizações de cidades jardins.” (Mello, 2006, p. 39 e 45).

Mello ainda compara Goiânia às cidades de Versalhes, Karlusche e Washington e continua a afirmar sobre os princípios barrocos que influenciaram o plano de Goiânia. Ela ainda diz que uma das características tomadas do urbanismo barroco foi o destaque dado ao palácio, sendo que as três cidades citadas por Atílio eram sedes do poder, assim para Goiânia seria adequado esse tipo de plano por ser uma cidade em franco processo de afirmação política. Mello também afirma que fortes influências do urbanismo barroco duraram até os séculos XIX e XX, com a tendência de geometrização das formas, que denotava a necessidade de controle do

espaço e abertura de grandes avenidas, com aconteceu na Paris de Haussmann, dizendo que:

“Pode-se considerar que o retorno às formulações barrocas é uma manifestação no urbanismo do ecletismo, ou historicismo, do século XIX.[...] Há um resistências ou mesmo um certo “pudor”, em se considerar a influência do urbanismo barroco no plano de Goiânia. [...] Elaborar um plano de inspiração barroca parecia contraditório para uma estrela do movimento que visava romper com os padrões do passado. O arquiteto, porém, era um adepto recente do modernismo, pois antes da Estação chegou a projetar edifícios neocoloniais. Essa virada rápida rumo ao modernismo era comum na geração de Attilio.” (Mello, 2006, p. 40).

Mello ainda relata em seu livro que:

“Goiânia é, de certa forma, uma cidade barroca. Não há anacronismo nesta afirmação. O tempo recicla as idéias e as influencias, mas historicamente sabe-se que há um cerne atemporal, que Munford chamou de “arquétipo durável”, por ir manar as manifestações cronologicamente diferentes. Em outras palavras, Goiânia foi concebida, no seu núcleo, analogamente à cidade barroca, sendo o “palácio do príncipe” o seu foco principal.” (Mello, 2006, p. 65).

O planejamento da cidade levou em consideração três fatores principais: a topografia do terreno, o zoneamento e o sistema viário. No Decreto n.º 3.547, de 6 de julho de 1933, constava as diretrizes para o projeto de urbanização, o qual contava com 14 itens. Segundo Manso (2004), o 3º item do plano diretor de Corrêa Lima desdobrava-se ainda em alguns outros itens, os quais fazem parte da organização do plano diretor, compondo-se ele das seguintes partes:

- a- sistema de logradouros públicos;
- b- indicações relativas à circulação;
- c- zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com uma determinada finalidade;
- d- esquema das redes de água, esgoto, de luz e força;
- e- sistema de parques, jardins, ruas-jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como indicação sobre a arborização das ruas;
- f- plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes;
- g- indicações sobre a coleta, transporte e tratamento de lixo;

- h- caderno das obrigações relativas aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais;
- i- relatório justificando as soluções dadas pelo plano aos diferentes problemas compreendidos:
 - I - legislação relativa ao plano diretor;
 - II - regulamento sobre a abertura de ruas e loteamento do terreno;
 - III -regulamento das construções;
 - IV -projeto de organização administrativa. (Apud, Manso, 2004, p.85).

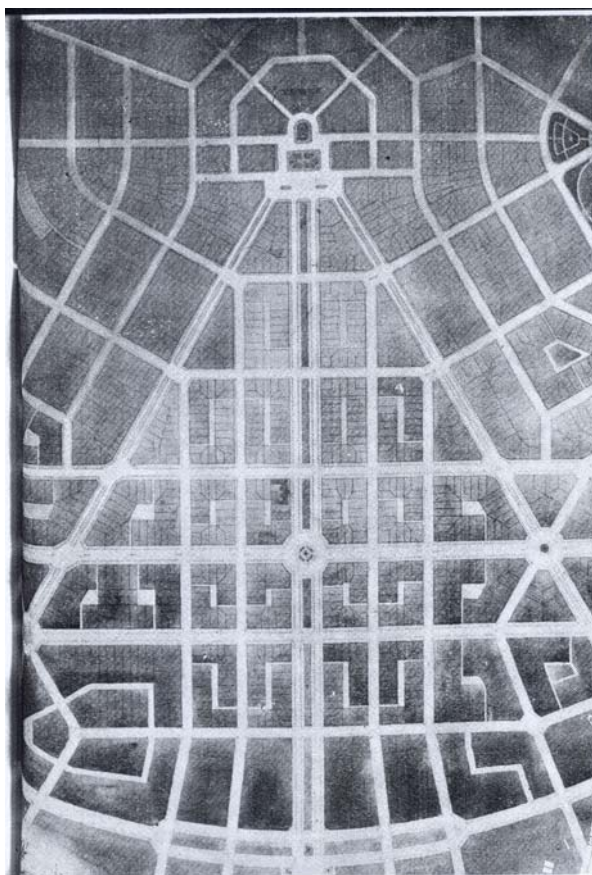


Fig. 19 - Mapa da Região Central de Goiânia, do Plano de Atilio, 1933. Fonte: Edgar Graeff (1985).

O plano urbanístico da cidade seria para abrigar uma população futura de 50.000 mil habitantes, sendo que deveria ser detalhada uma área ou núcleo central, para abrigar 15.000 habitantes, com todos os detalhes pertinentes à construção dessa região da cidade. Manso enfatizou, ainda, que fazia parte também do mesmo Decreto, o 8º item, que tratava dos edifícios públicos situados naquele núcleo central, sendo eles:

1. Palácio do Governo;
2. Secretaria-Geral do Estado;
3. Diretoria-Geral de Segurança e Assistência Pública;
4. Palácio da Justiça;
5. Palácio da Instrução;
6. Quartel da Força Pública;
7. Hotel com 60 quartos;
8. Prefeitura. E mais 20 casas tipo para funcionários. (Apud, Manso, 2004, p. 86).

Segundo Artiaga ¹⁴ descreve em sua monografia de 1946 sobre Goiânia, a firma “Lar Nacional”, de São Paulo, foi contratada para construir em Goiânia diversos edifícios residenciais:

“A 21 de maio de 1935 contratou o Estado com o “Lar Nacional” na portante firma de S. Paulo, diversos prédios residenciais, de tipos modernos, no valor de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, que deveria entregar dentro de um ano. Infelizmente a Cia. não pode realizar o capital necessário para entrentar os gastos da construção porque tinha outros contratos em S. Paulo, que deram-lhe grandes prejuízos. A falência da Cia. retardou, por muito tempo, o andamento das nossas obras que, somente foram terminadas depois de 1938. O Sr. Interventor federal organizou um sistema de vendas de casas a prestação mensais, muito módicas, descontadas em folha, e equivalentes ao aluguel da casa ocupada. Nesse plano entrava o seguro, visando proteger ao prestamista em caso de falecimento.” (Artiaga, 1946, p. 27).

Em 28 de outubro de 1933, os projetos do Palácio do Governo e do hotel foram homologados e suas obras foram iniciadas em seguida, assim como o partido geral do traçado da cidade. Definiu-se também o local para construção da Praça Cívica, onde tinha sido fixada a pedra fundamental da cidade, assim como dos primeiros edifícios públicos, e o centro do eixo das três principais avenidas previstas no plano. Estava, assim, formado o Centro Administrativo da cidade, onde toda a estrutura urbana convergindo para aquela praça, sendo que as vias radiais conformam um grande asterisco, criando um traçado monocêntrico.

¹⁴ Ver Zoroastro Artiaga. Monografia “Goiânia” de 1946.

Esse traçado monocêntrico se irradia da praça, onde se instalou o Centro Administrativo da cidade. Para ela, convergem as principais avenidas, a Avenida Pedro Ludovico (Avenida Goiás, atualmente), Avenida Tocantins e Avenida Araguaia. Transversalmente à Avenida Goiás, se encontra a Avenida Anhanguera, que cortará as avenidas Tocantins e Araguaia. Ao atravessar a cidade ao longo da Avenida Anhanguera, o transeunte terá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três avenidas que convergem para a Praça Cívica. Ou seja, no cruzamento da Avenida Anhanguera com qualquer uma dessas três avenidas citadas, a pessoa terá uma visão em perspectiva da avenida e ao fundo verá o Centro Administrativo da cidade e sua praça.

“A estrutura viária básica é definida, segundo o urbanista, pela Av. Anhanguera, “eixo das principais comunicações com o exterior”; pela Av. Pedro Ludovico, que cruza ortogonalmente a primeira e que estabelece a ligação entre o centro administrativo e a estação da estrada de ferro; pelas avenidas Araguaia e Tocantins, “ que partem do centro administrativo, ligando aquela ao parque Botafogo e esta ao Aeródromo” e pela Av. Paranaíba que, em curva, define os limites do Setor Central.” (Lima, 1942, p. 101, apud, Coelho Vaz, 2002, P. 67).

À Praça Cívica, ou centro político-administrativo, foi dado um tratamento especial, com um papel de destaque ao traçado urbano, sendo o principal elemento do plano da cidade; apresenta uma monumentalidade que ao poder ali estabelecido convinha. Os edifícios públicos pertencentes às Administrações federal, estadual e municipal, nela projetados por Atílio, formavam um conjunto arquitetônico único, ligados por uma galeria aberta, que uniria esses edifícios. A praça possui um caráter monumental, sendo simétrica a posição de seus prédios, todos em estilo *Art Déco*, destacando-se ao centro o prédio do Palácio do Governo. À sua direita ficam os prédios da Secretaria-Geral e o Palácio da Justiça e à sua esquerda a Câmara Estadual, o Juízo Eleitoral e o Juízo de Menores. Da praça, partem as três avenidas, Goiás, Tocantins e Araguaia, que, em perspectiva, reforçam a importância do poder político-administrativo do local e que possuem um caráter monumental e até pitoresco. Cortando ortogonalmente a Avenida Goiás, destacam-se as ruas 3 e 4, que possuem uma largura maior que as demais ruas, a Avenida Anhanguera e, mais abaixo, a Avenida Paranaíba. No imaginário popular, com o passar dos anos, o traçado do Setor Central é identificado como os grandes rios de Goiás, ou como a imagem estilizada de Nossa Senhora.

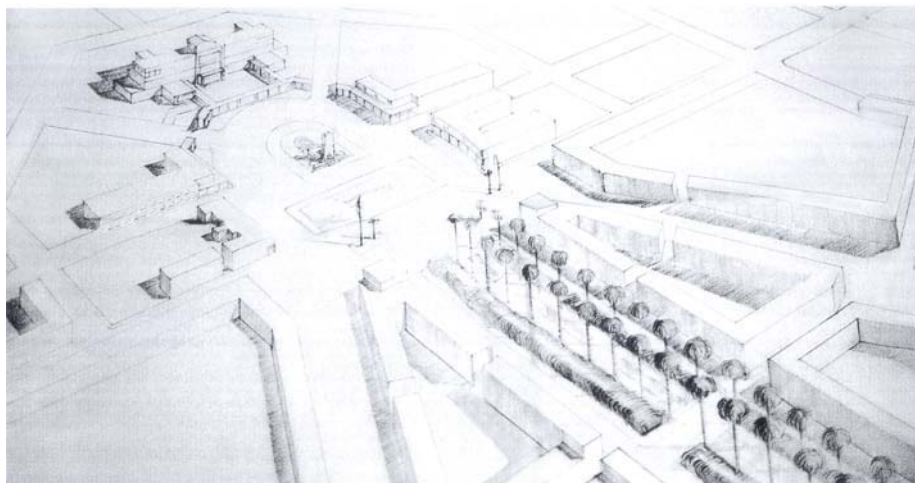


Fig. 20 - Perspectiva da Praça Cívica e avenidas do Plano de Atílio, 1933.
Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

Todo o núcleo central da cidade seria envolvido por parques, na extremidade da Rua 26, pelo Bosque dos Buritis, no final da Avenida Araguaia, pelo Bosque do Botafogo e por *Park-ways*, que seriam faixas ajardinadas de 50 metros de cada lado, ao longo dos córregos Botafogo e Capim Puba. Seria, também, preservada a mata ciliar do córrego Capim Puba, abaixo do Aeródromo. Outro fato igualmente interessante era que o Aeródromo de Goiânia, situado no final da Avenida Tocantins, foi considerado o melhor do Estado de Goiás, nos anos 1930, com duas pistas que se cruzavam e possuíam cada uma 100 metros de largura por um quilometro de extensão. Por ser considerada uma pista de boa qualidade, passou a receber toda semana vôos regulares da linha do Correio Aéreo Militar.

Segundo Manso¹⁵, nesse plano para Goiânia, nota-se também uma semelhança com a Paris de Haussmann, principalmente pelo uso de praças, bulevares, avenidas e traçados geométricos. Haussmann adotava a regularidade de fachadas dos edifícios e dos gabaritos nos quarteirões, os grandes eixos monumentais, interceptados por praças e edifícios públicos. (Manso, 2004, p.100).

“ O núcleo central da cidade de Atílio Correia Lima, foi certamente inspirado pelo centro que Unwim traçou para Letchwort, o protótipo das cidades – Jardins , concebidas por Ebenézer Howard , em fins do século passado”. (Graeff, 1985, p.15).

¹⁵ Manso (2004). Esta autora descreve muito esse assunto em seu livro, Goiânia uma concepção urbana, moderna e contemporânea. Um certo olhar.

Graeff afirma que a cidade de Letchworth foi construída em 1903, nas imediações de Londres, na Inglaterra, pelos arquitetos Unwim e Parquer, e foi o protótipo de Cidade-Jardim, concebida por Ebenézer Howard, no início do século XX. O urbanismo de então se baseava nas concepções e idéias de Howard, na sua Cidade-Jardim e no de Tony Garnier, na Cidade Industrial. É certo que muitos arquitetos urbanistas e engenheiros, dentre eles Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy, estavam sintonizados com o que se produzia na Europa e Estados Unidos, e o que propunham em seus planos urbanísticos era embasado nessas idéias inovadoras e modernistas de então.(Graeff, 1985, p.14).

O plano de Goiânia previa amplas avenidas arborizadas, áreas verdes e controle do adensamento populacional com a proposta de construção de cidades satélites. Havia também a clara preocupação com o abastecimento de água, inclusive sendo esta uma justificativa para o deslocamento do sítio inicialmente escolhido para outro mais próximo aos cursos d'água. Ele defende a setorização das atividades urbanas, quando fala do zoneamento da cidade, que facilitaria a organização dos serviços de atendimento e, também, de problemas técnicos, econômicos e sanitários. Existe, ainda, uma preocupação com a legislação e códigos de controle, crescimento e uso da cidade, com o lazer e com a questão da integração entre a arquitetura e o urbanismo, onde os edifícios possuem um perfeito casamento com o espaço urbano, sendo um projetado para acolher o outro.

Segundo Manso (2001), no plano de Atílio a questão do zoneamento urbano se faz muito importante, quando ele divide a cidade em cinco regiões ou setores, sendo eles os Setores Central, Norte, Sul, Leste e Oeste. No Setor Central pode-se dizer que ele o dividiu em dois centros, o administrativo e o comercial. O administrativo, compreendido nos arredores da Praça Cívica, se destinava aos órgãos público-administrativos, sendo a parte político-administrativa na Praça Cívica e avenidas que a ela convergiam, e o comercial próximo ao cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, e ruas adjacentes. A Avenida Anhanguera se caracterizava como um fluxo de passagem que resultou da incorporação da antiga estrada que ligava Leopoldo de Bulhões à cidade de Campinas, com a construção de Goiânia, ligava-a ao bairro de Campinas, de característica bastante comercial. Nessa área central as ruas foram projetadas com uma rede ortogonal, onde existiam áreas públicas internas destinadas a carga e descarga de mercadorias. Existia,

também, uma área residencial nesse setor, situada após a Avenida Araguaia e a Avenida Tocantins e o traçado desse setor era mais monocêntrico. O Setor Norte (popularmente chamado de Bairro Popular), na região abaixo da Avenida Paranaíba até a estação da estrada de ferro se destinaria às atividades industriais, ao comércio atacadista e tinha um traçado urbano mais regular, com cruzamentos em ângulo reto. O Setor Sul, por ele projetado, se destinaria ao uso residencial e religioso, com a construção da Catedral nesse bairro e possuiria um traçado também regular, seguindo os padrões dos setores Central e Norte. Os setores Leste e Oeste foram também incluídos no plano da cidade e possuiriam um traçado similar aos outros setores. Foi, também, proposto o aeródromo na região noroeste da cidade e os parques que contornariam quase todo esse núcleo urbano original. Já o Setor Leste seria uma reserva de área, que seria utilizada apenas quando a cidade no futuro passasse dos 50 mil habitantes. (Manso, 2001, p. 110 e 111).



Fig. 21 - Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia de Atílio, 1933 com o nome dos setores.

Fonte: Edgar Graeff (1985), adequado por Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Atílio projetou um núcleo central para abrigar 15.000 mil habitantes, para se chegar a um futuro distante a 50.000 mil habitantes. Mesmo esta projeção logo tendo sido ultrapassada, pelo rápido crescimento da cidade, ele, com este plano,

teve uma visão global do problema. Procurou, como convinha a uma capital moderna, mas de um estado pobre e, por isso mesmo, sem condições imediatas de custear obra suntuosa, uma concepção que apresentava unidade e que conferisse à cidade certa grandeza. Guardadas as devidas proporções, seu plano piloto evidencia, considerando seu prolongamento no tempo, uma composição racional e coerente em seus aspectos essencialmente urbanos.

O plano de Goiânia elaborado primeiramente por Atílio Corrêa Lima, arquiteto e urbanista, é o que hoje se conhece por Setor Central, entre o Centro Administrativo e a Estação Ferroviária, que apresenta uma estrutura mais contida e formal, talvez, mais solene, como convém ao centro de uma capital administrativa. Atílio fez o desenho da cidade respeitando a sua topografia, optando por uma malha ortogonal, no estilo tabuleiro de xadrez, com ligações naturais entre os setores. Ele chegou a esboçar o Setor Sul, baseando-se na mesma linha de projeção utilizada no Centro. Mas, pouco tempo depois, o engenheiro Armando de Godoy, propôs um novo Setor Sul, que foi implantado, e que até hoje se encontra com as características urbanísticas originais da época, salvo algumas poucas modificações.

O Setor Sul de Armando de Godoy mostra-se mais solto, maleável nos caprichos de suas curvas, porém perfeitamente adequado à escala eminentemente residencial do bairro. Esse bairro se identifica muito com os bairros-jardins, ou cidades-jardins das cidades norte-americanas, das décadas de 20 e 30 do século XX. Com a criação de uma segunda praça em asterisco, a Praça do Cruzeiro, no Setor Sul, Godoy desestrutura o monocentrismo do barroco proposto por Correia Lima, e sugere que se prossiga desestruturando o plano original ao projetar um outro asterisco no encontro com o futuro Setor Oeste, a atual Praça do Ratinho.

Ribeiro explica que Atílio, após cumprir o seu contrato inicial sobre o plano de Goiânia, no ano de 1935, desliga-se do projeto e das obras da nova capital. Alguns fatores o fizeram se afastar, dentre eles os longos períodos distante de sua família; os poucos recursos financeiros do Estado, inclusive para suprir viagens do arquiteto entre o Rio de Janeiro e Goiânia, sendo estas às vezes custeadas por ele. As divergências com a construtora Coimbra Bueno e até com o interventor Pedro Ludovico por conta do atraso de algumas obras, também contribuíram para essa tomada de decisão. (Ribeiro, 2004, p. 67).

Antes de se desligar, Atílio entregou a planta geral de Goiânia, acompanhada de um detalhamento do Setor Central e também um relatório completo sobre a cidade.

No início de 1936, Armando de Godoy passa a ser o novo urbanista, para dar continuidade ao plano de Goiânia, com a saída de Atílio Corrêa Lima. Os irmãos Coimbra Bueno sugeriram a contratação de Godoy, que era consultor técnico da empresa deles, passando então Godoy a projetar a nova capital de Goiás, propondo assim mudanças no plano original.

Armando Augusto de Godoy possuía uma formação americana e com fortes influências inglesas, inspirando-se nas cidades de Letchworth, na Inglaterra, e na cidade de Cary, nos Estados Unidos, para projetar o plano de Goiânia.

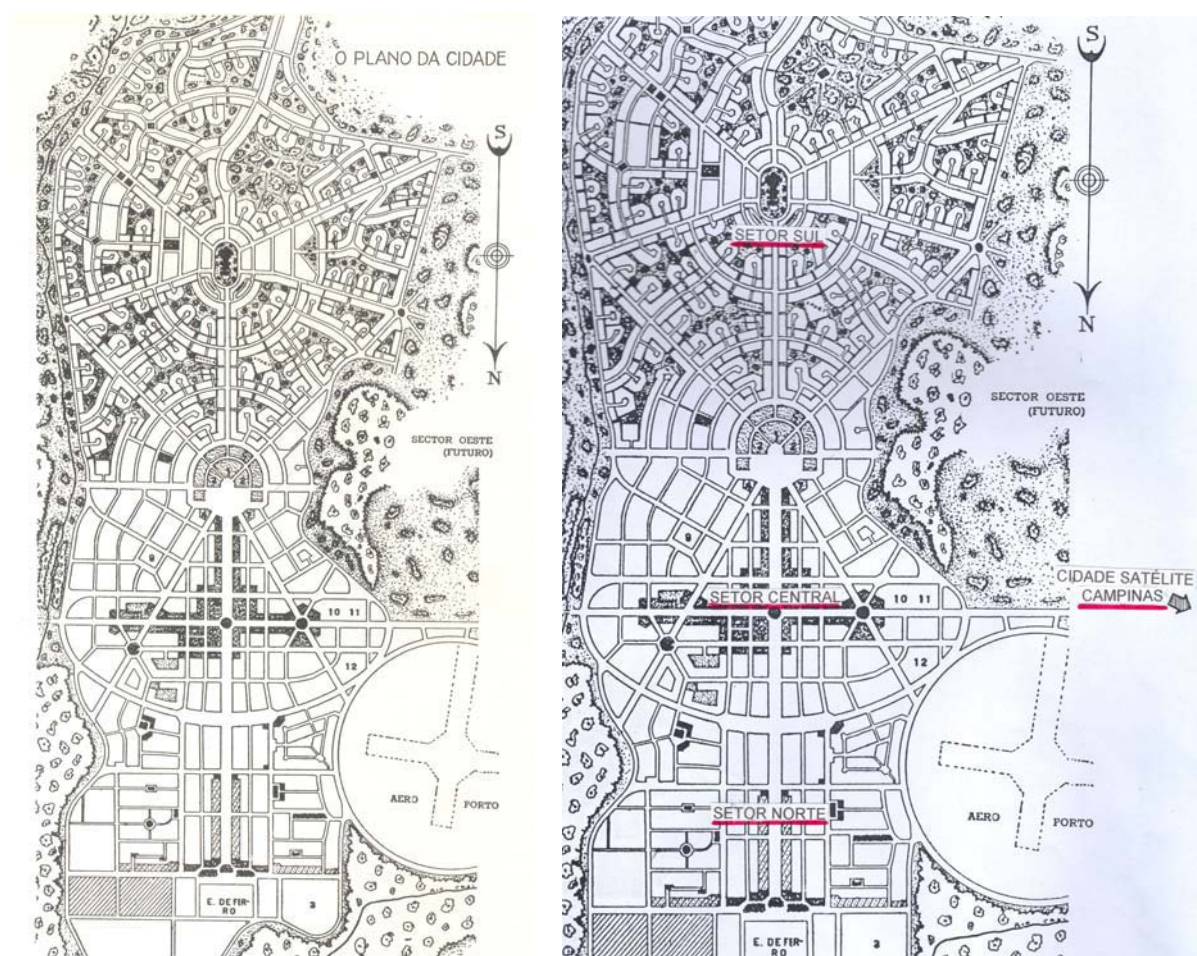


Fig.22 - Mapas do Plano Urbanístico de Goiânia de Armando de Godoy, 1936, sendo o segundo mapa com o nome dos setores.

Fonte: Edgar Graeff (1985), sendo o segundo mapa adequado por Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Godoy primeiramente fez a revisão do projeto inicial que estava parcialmente implantado, ou seja, o núcleo central, sendo este o Setor Central e Setor Norte e propôs novas soluções para o Setor Sul, retirando do plano o Setor Leste e desconsiderando o traçado do Setor Oeste, propondo que ele só seria realizado quando a cidade já estivesse quase toda ocupada. Na zona central a proposta original foi preservada. Godoy apenas remodelou e reduziu a área comercial, e fez algumas modificações na Praça Cívica, modificando o local de alguns edifícios e ampliando a área ajardinada da praça e acrescentado as fontes luminosas. O plano de Godoy constitui-se então dos setores Central, Norte, Sul e Satélite Campinas. O desenho do Setor Central e Norte quase não foram alterados, pois o arruamento já estava praticamente concluído, inclusive com alguns prédios em construção, como o do Palácio do Governo, Secretaria Geral na Praça Cívica e o do Grande Hotel na Avenida Goiás. Segundo Daher:

“Attílio como já abordamos, desenhou os Setores Norte, Sul, Leste, Oeste e central com um traçado aberto para possibilitar as expansões futuras de Goiânia; Godoy, por sua vez, retirou o Setor Leste do plano de Goiânia, desconsiderou o desenho do Setor Oeste feito por Attílio e propôs que futuramente ele fosse concebido como o Setor Sul, dentro do traçado das cidades-jardim, quando a cidade já estivesse ocupada. Godoy, ao fixar o espaço de Goiânia dentro de um perímetro fechado e limitar sua população, desestrutura a idéia de expansão da cidade, como propunha Attílio.” (Daher, 2003, p. 283).

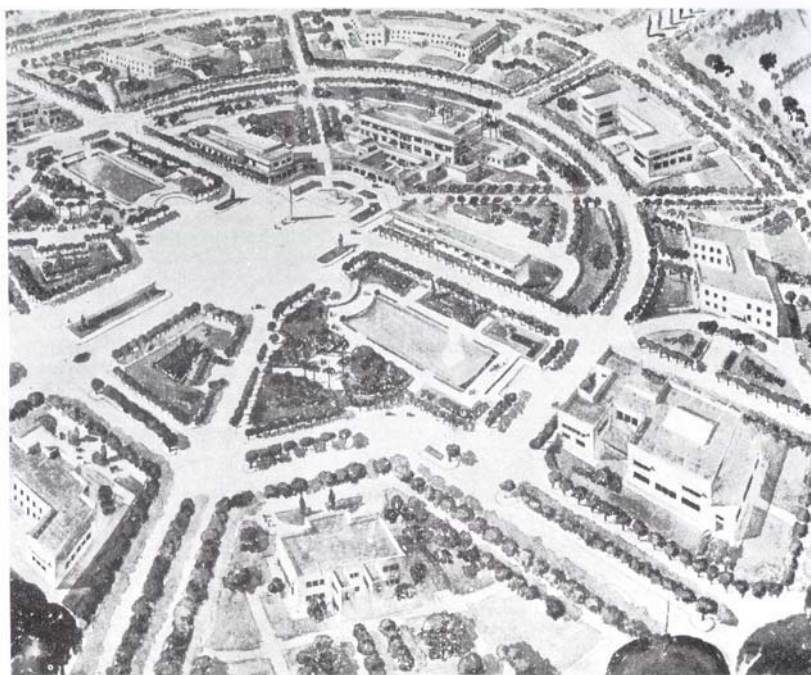


Fig. 23 – Perspectiva da Praça Cívica e prédios públicos do Plano de Godoy, 1936
Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

O desenho do Setor Sul foi bastante alterado. Nele, Godoy buscou inspiração nos princípios das cidades-jardins, nele foi projetada uma praça central, de onde saíam as principais vias, sendo o segundo ponto de radiação de vias da cidade. Dessas partiriam outras vias que permitiriam o fluxo de acesso às residências e delas ainda saíam vias locais. Na frente das residências surgiram os jardins ou pequenos parques para o acesso de pedestres. Nesse plano a frente das casas ficava voltada para os jardins ou áreas verdes e o fundo dessas, onde se faria o acesso dos veículos, seria voltado para a rua. Mas, devido a uma questão cultural do modo de morar da população local, durante a construção das casas, estas foram construídas com a frente para as ruas e os fundos para as áreas verdes, contrariando assim, por completo, os ideais de cidade-jardim projetados pelo urbanista.

Álvares relata o seguinte acerca do projeto do Setor Sul orientado por Armando de Godoy:

“A Zona Sul, graças à orientação do Dr. Godoy, teve seu projeto feito nos moldes do subúrbio de “Redburn”, que os milionários americanos construíram nas vizinhanças de New York, essencialmente para residências. Assim, projetamos, com o auxílio do Dr. Werner Sonemberg, este setor, e pretendemos o “Setor Oeste”. (Álvares, 1942, p. 32).

Segundo Álvares, em um trecho do relatório da firma Coimbra Bueno ao interventor Pedro Ludovico, destaca-se um trecho, onde é explicado o traçado urbano, norteado pelos preceitos da cidade-jardim, que em Goiânia foi usado no Setor Sul e pretendia-se usar no Setor Oeste, o que acabou nunca acontecendo:

“Isto porque é incomodo e perigoso o pedestre andar no meio dos veículos, como se vê comumente. Também é mais cômodo para o pedestre andar por um parque que por uma rua. Foi, então, projetado um sistema de parques internos, limitados pelos fundos dos terrenos, que se comunicam por toda a cidade afora, de forma a poderem os pedestres (sobretudo as crianças) andarem pelos parques para se locomoverem neste setor. Naturalmente que, para comunicações, não havia necessidade de todo o parque. Bastaria um beco, mas foram projetados parques para satisfazer as outras necessidade: boa aeração, que só grandes blocos de vegetação permitem, para localizar áreas para recreio das crianças, jardins de infância, escolas ,campos de esportes, enfim, toda uma serie de confortos necessários a uma vida civilizada.” (Álvares ,1942, p. 32 e 33).

Tânia Daher, em seu livro, relata que:

“Godoy opõe-se ao modelo de cidade francesa escolhido por Atílio, apresentando, em seu lugar, a cidade-jardim, como uma escolha mais

moderna e atual. [...] As cidades-jardim só tiveram êxito na Inglaterra, porque foram criadas dentro de sua realidade e, praticamente, não sobreviveram em nenhum outro lugar onde se tentou implantá-las. Elas não foram traçadas para conter as atividades urbanas modernas, na dimensão que essas atividades atingiram. As cidades-jardim inglesas ficaram restritas em si mesmas, pois foram concebidas dentro de um sistema fechado, impedidas de se adaptarem às mudanças futuras, como a invasão de carros e a necessidade de locomoção rápida da população.“ (Daher, 2003, p. 285).

Realmente, o plano de Godoy quanto ao Setor Sul apresentou algumas deficiências, principalmente de articulação com as vias dos bairros vizinhos, assim como na ocupação da população no bairro, que ficou completamente inversa ao que tinha sido proposto, inclusive por uma questão cultural, como já foi dito anteriormente. Considero o desenho do plano do Setor Sul muito interessante e inovador, principalmente para a época, o bairro ficaria bastante aprazível do ponto de vista residencial, com áreas verdes e espaços comunitários para a população. O traçado dele é muito bom, principalmente quando se pensa no bairro em si, de uso meramente residencial, ligado apenas ao Setor Central, como era o pensamento dele na época. A ressalta que faço é a falta de articulação ou integração das ruas que partem do Centro com as ruas do Setor Sul, e também da integração ou continuidade das próprias ruas internas ao bairro. Com o Setor Oeste, já haveria mais essa ligação, ou integração, sendo que considero poucas as ruas que fazem a ligação entre os dois bairros. O mesmo se repetiria muitos anos depois com a integração desse com o Setor Marista, ficando também a desejar. Já com o Setor Universitário, o próprio Córrego Botafogo faz essa barreira natural. Mas, os setores Marista e Universitário nada mais têm a ver com o plano de Godoy. Analisando a integração do Setor Sul com o Centro, tomando por exemplo a Rua 20 no Centro com a Rua 94 no Setor Sul, elas não se completam perpendicularmente na Avenida Universitária, ou Rua 10, ou seja, não há uma continuidade de rua, causando um certo desconforto quanto ao fluxo de veículos, quando esses se dirigem de um bairro a outro, inclusive dificultando o trânsito no local. Isso se repete na Rua 24 e na Rua 93, Rua 19 e Rua 96, na Rua 95 termina defronte à quadra da onde se encontra a Catedral, não tendo também continuidade. As únicas ruas do Setor Central que se integram bem com as do Setor Sul são as Rua 25 com a Rua 99, em cuja esquina se encontra o Museu Pedro Ludovico, sua antiga residência. Já a Alameda do Botafogo com a Rua 91 e a Avenida Assis Chateaubriand com a Alameda dos Buritis se

interligam normalmente pois esta fazia o contorno ou anel externo do Centro e Setor Sul na época, tendo naturalmente que ter continuidade. Essa falta de interligação ou continuidade também acontece dentro do bairro. Pode-se citar, por exemplo, as ruas abaixo da Rua 86 e acima desta, onde não há continuidade. O mesmo se repete ao longo das Ruas 87, 88 e 89 com as ruas que as atravessam perpendicularmente. A Rua 104, por exemplo, que sai da Rua 86 e termina na Rua 87, não tem continuidade acima delas. Sobre essa desarticulação viária, é impossível precisar se foi ocasional ou se o engenheiro as fez propositalmente, pensando no controle de fluxo de veículos, que ele, inclusive, pretendia que fosse menor, pois para ele seria melhor para o bairro um baixo fluxo de veículos, priorizando os pedestres e as áreas verdes. Mas, atualmente como o Setor Sul se encontra na área central da cidade, cercado por vários outros bairros, essa reduzida articulação viária se mostra como um problema para o fluxo de veículos, que por ele circula e dos que partem dele para outros bairros da cidade e vice-versa.

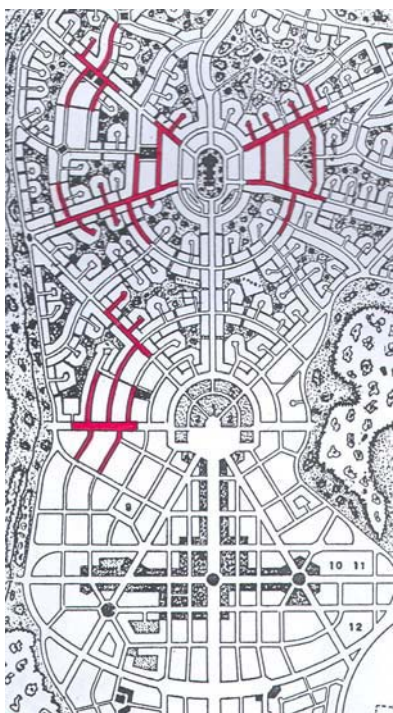


Fig. 24 - Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Godoy, 1936, com descontinuidade de ruas entre setores.

Fonte: Edgar Graeff, (1985), adequado por Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

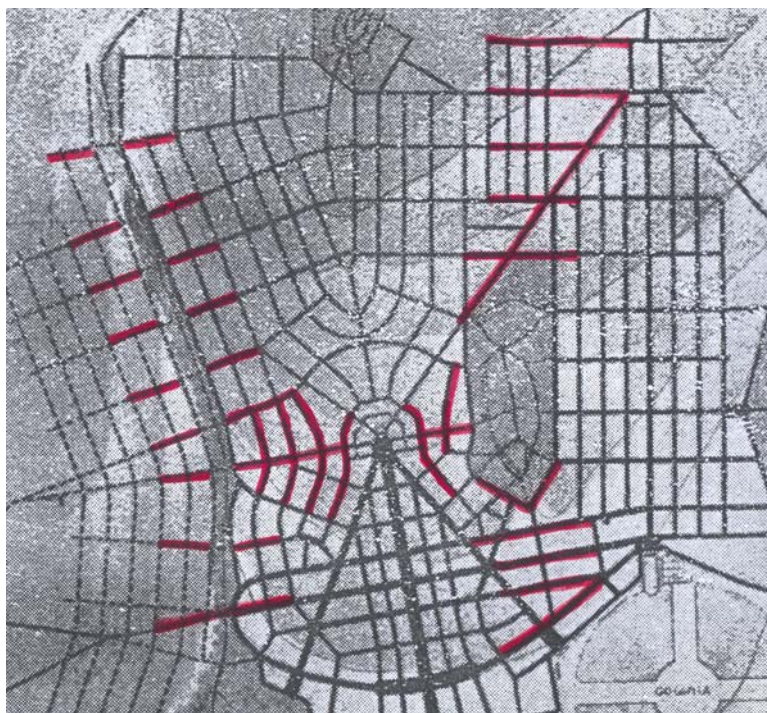


Fig. 25 Mapa do Plano Urbanístico de Goiânia, de Atílio, 1933 com continuidade de ruas entre setores.

Fonte: Edgar Graeff (1985), adequado por Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

No plano anterior, de Atílio, essa continuidade aconteceria de maneira mais adequada, sendo que o Centro se articularia melhor com o Setor Sul, pois as ruas tinham continuidade. O mesmo aconteceria com os setores Oeste e Central, do Leste com o Sul, apesar do córrego Botafogo, pois se futuramente houvesse pontes, as ruas teriam continuidade. Sendo assim, essa articulação viária aconteceria de melhor maneira do que no plano de Godoy, mas tal fato não tira do plano de Godoy a beleza e a harmonia estética do Setor Sul, que somente nessa questão viária apresenta certas dificuldades, no restante se mostrou bastante funcional, agradável e um bom bairro para se viver.

Segundo Manso, Armando de Godoy fez modificações no zoneamento e na paisagem, inclusive propondo a oeste do Córrego dos Buritis o parcelamento do futuro Setor Oeste, que deveria ser implantado somente em 1950. Na reformulação do Setor Sul, como foi dito, foram criadas áreas verdes interna e *cul de sac*, adotando um traçado mais orgânico no bairro. Ele formulou diretrizes para o toda a cidade, bem como para o Centro Cívico. Na Praça Cívica foram feitas algumas mudanças significativas em relação à localidade dos prédios públicos, onde se iria construir o Palácio da Justiça e a Prefeitura, foram construídos jardins e fontes de água, aumentando a área da praça e ampliando o caráter de monumentalidade dessa. (Manso, 2001, p. 221).

Segundo Monteiro, Armando de Godoy, além de preocupar-se com todo o zoneamento da cidade, preocupou-se também com as particularidades desse plano, como por exemplo, a questão das vias públicas e dos loteamentos, dizendo o seguinte:

“Todas as vias e avenidas tem as sua larguras proporcionais a importância de tráfego ou ao seu caráter artístico e monumental como por exemplo as Av. Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. (atual Av. Goiás.). Tomaram-se como base as seções transversais, múltiplos de gabarito dinâmico do automóvel, para as áreas de tráfego, e , o gabarito de um indivíduo para os passeios. Sendo estes respectivamente de 2m,50 e 0m, 75 (Sic). Todas as ruas serão arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios terão parte de sua área gramada, tudo de acordo com os desenhos apresentados. Os perfis longitudinais das ruas mais importantes de uma grade nunca superior a 2% e as de menor importância seis por cento. (Monteiro, 1938, p. 141).

Monteiro ainda descreve sobre os loteamentos:

“Sobre os loteamentos, serão encontrados, com maior detalhe as imposições a que estão sujeitos, na regulamentação de construção. Em regra geral foi adotado o critério de dar como área mínima de 360 metros quadrados e uma testada nunca inferior a 12 metros. Hoje é universalmente aceito que abaixo destes Algarismos a construção não pode oferecer condição de iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável. Estas dimensões vão sendo acrescidas, à medida que os lotes se afastam do centro.” (Monteiro, 1938, p.146).

Quanto às áreas verdes de Goiânia, Godoy propôs outras, praticamente não modificando as áreas sugeridas por Atílio, salvo raríssimas exceções. Ele propôs ainda o Bosque dos Bandeirantes, o Hipódromo, o Jardim Botânico, a Vila Hípica, a Zona de Esportes, o Jardim dos Mortos, o Jardim Zoológico, dentre outros.

Álvares (1942) afirma, em seu livro, que o plano diretor de Goiânia é nitidamente delimitado, em perímetro fechado pelos setores que o compõem. Diz também que a via pública dominante é a Avenida Goiás, com largura de 50 metros, possuindo ainda um canteiro central arborizado nas duas laterais e gramado na parte central, e essa avenida corta os setores Central e Norte, começando na Praça Cívica e terminando no local destinado à estação ferroviária. Da mesma Praça Cívica, que possui 28.000 metros quadrados de área e uma grande área ajardinada, partem duas avenidas, denominadas Avenidas Araguaia e Tocantins, cada uma com 25 metros de largura e que terminam na Avenida Paranaíba, que é a curva limite entre os Setores Central e Norte. Já a Praça Cívica, contornada pela Rua 82 e também as Ruas 10 e 26 compõe o limite entre o Setor Sul e Central. Existe também a Avenida Anhanguera que corta todo o Setor Central, com 30 metros de largura, e é a via de ligação entre a rodovia que vem de Anápolis e Leopoldo de Bulhões e a estrada que leva até a cidade satélite de Campinas.

Álvares ainda relata que:

“Os Setores Norte, Central e Sul são contornados por uma avenida-parque, de largura média de 15 a 20 metros, que se denomina Avenida Oeste (no sentido Norte), Alameda dos Buritis (no setor Central), Ruas 10, 106, 134, 133, 135, 115 (no setor Sul) e Alameda do Botafogo (do outro lado Dos setores Central e Norte). O Plano-diretor ainda compreende nas os seguintes elementos: 1-Jardim dos Mortos; 2-Hipódromo e Vila Hípica; 3-Zona de Esportes; 4-Bosque dos Bandeirantes e Parque Capim Puba; 5-Jardim Zoológico; 6-Aeroporto; 7-Setor oeste,Zona Universitária; 8-Avenida Parque da represa “ Jaó” com Yacht Clube e Jardim Botânico.” (Álvares, 1942, p. 161 e 162).

Armando de Godoy, segundo Álvares, distribuiu em seu plano a cidade em zonas ou áreas destinadas para os mais variados fins, assim ele relata:

“Assim, encarado o homem como ponto de partida, vejamos como os diversos elementos do projeto da cidade surgem, para satisfazer determinadas necessidades de suas funções: Zonas: - surge, inicialmente, a divisão da cidade em zonas. Cada zona destinada a determinadas funções, a ao par das zonas, sub-zonas, sede de serviços e outras áreas previstas para determinadas funções, como mostra o quadro abaixo:
 Trabalho: 1- Zona comercial do Setor central; 2- Zonas industriais dos Setores Central e Norte; 3- Zona administrativa; Descanso: 4- Zonas residenciais; Educação: 5- Zona universitária; 6- sub-zonas escolares, espalhadas por todas as zonas residenciais; Política: 7- Centro Cívico; Religiões: 8- Praça da mitra, no Setor Central 9- Grande praça do setor Sul; sub-zonas das associações religiosas do Setor sul; sub-zonas a serem previstas no setor Oeste; 11- Zona de diversões do setor central; sub-zonas de diversões do Setor Oeste; Transportes: 12- Estação Ferroviária; 13- Aeroporto; Transporte interno: ruas e avenidas previstas para o tráfego; áreas para estacionamentos de autos; Sport: 14- Stadium Federal; sub-zonas de sport das zonas residenciais; Assistência medica: 15- postos de assistência municipal localizados em cada zona; hospitais localizados nos locais apropriados, em todos os setores; Distribuição de gêneros alimentícios e de consumo, domiciliar: 16- Mercado Central; mercados localizados nas zonas residenciais; sub-zonas comerciais localizados nas zonas residenciais; Assistência sanitária: - 17- Ambulatórios localizados nas diversas zonas; Defesa contra o fogo; 18- Postos para o Corpo de Bombeiros, distribuídos pelas zonas; Assistência policial: 19- Delegacias e postos policiais localizados nas diversas indicados; Defesa militar: 20- Quartéis localizados nos pontos estrategicamente indicados; Produção de gêneros alimentícios: 21- chácaras localizadas nos arredores da cidade. “
 (Álvares ,1942, 28 e 29).

A respeito da distribuição da cidade em zonas, notou-se que as zonas residenciais, administrativas, industriais e comerciais, seguiram realmente o que o plano de Armando de Godoy propôs. Já a zona universitária, que no plano se localizava próximo ao Bosque dos Buritis, do Estádio e zona de diversões, nunca foi instalada naquele local, sendo futuramente implantada no Setor Universitário e, posteriormente, no Campus Universitário, na região norte da cidade. A localização da zona religiosa também foi modificada parcialmente, sendo que primeiramente foi construída uma pequena igreja, no ano de 1937, denominada Nossa Senhora Auxiliadora, na Rua 19, atrás da atual Catedral Metropolitana, mas que infelizmente foi demolida e hoje no local se encontra o edifício Dom Abel. Foi, então, construída a Catedral, sendo inaugurada em 1956, nas proximidades da Rua 10, Rua 14, Rua 19 e 20, mas nunca foi construída outra igreja na praça central do Setor Sul, atual Praça do Cruzeiro, como propunha o plano.

Manso afirma em seu livro que no ano de 1938 o Plano de Urbanização de Goiânia foi aprovado pelo primeiro prefeito da cidade, o Professor Venerando de Freitas Borges, através do Decreto-Lei Municipal 90-A, de 30 de julho de 1938, sendo considerado o primeiro plano diretor da cidade. O 1º artigo desse plano dizia que foram determinadas áreas urbanas e suburbanas da cidade, sendo as áreas urbanas compreendidas pelos Setores Central, Norte, Sul, Oeste e a cidade Satélite de Campinas. (Manso, 2001, p. 230).

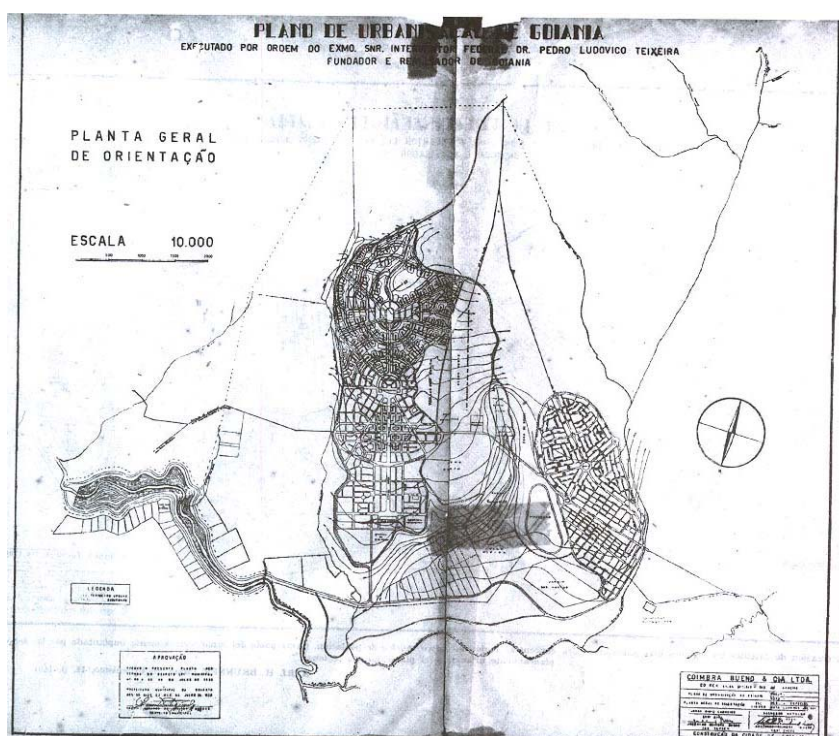


Fig. 26 - Plano Urbanístico de Goiânia no ano de 1938, aprovado pelo Prefeito Venerando de Freitas Borges
Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

O jornalista Joaquim Câmara Filho, em 1938, diz o seguinte em relação aos projetos para o plano urbanístico de Goiânia: “Acha-se em estudo o projeto do Setor Oeste. [...] O Setor Sul, zona estritamente residencial, teve o seu traçado orientado pelo Dr. Armando de Godoy [...] e possui as características das moderníssimas cidades americanas, que tem seu modelo em Radburn [...] Os Setores Central e Norte, onde ficam situadas as zonas comerciais e industrial apresentam um traçado mais geométrico, mais severo e clássico, ao molde das cidades européias. Seus projetos iniciais são de autoria do urbanista Atílio Corrêa Lima.” (Manso, 2001, p. 223).

A idéia que se fazia da cidade de Goiânia, nos primeiros anos de sua fundação era contraditória, uns a achavam uma excepcional cidade, bastante moderna e com um futuro promissor, outros a rejeitavam, achando-a uma utopia ou um absurdo, implantada em pleno sertão no coração do Brasil. Um dos mais importantes etnólogos do século XX, Lévi-Strauss, deixou registrada a sua impressão a respeito da cidade, ao passar rapidamente por ela nos primeiros anos de sua ocupação, relatando assim sua impressão:

“Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que parecia, ao mesmo tempo, um terreno baldio, um campo de batalha, erizada de postes de eletricidade e de estacas de agrimensura, exibía uma centena de casas novas dispersas nos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo de cimento, que no meio desse achamento, evocava uma aeroestação ou um fortim; [...]. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás Velho; nem uma história, nenhuma duração nenhum hábito havia saturado o seu vazio ou amenizado a sua rigidez ; sentíamos ali como uma estação ou um hospital, sempre passageiros e jamais residentes. [...] Não sei se nos devemos regozijar com o absurdo ou deplorá-lo ; o governo tinha decidido esquecer Goiás, seus campos, seus declives e sua graça fora de moda. Tudo aquilo era demasiado pequeno ,velho demais.Seria preciso uma tábua rasa para afundar o gigantesco empreendimento que se sonhava. [...] Foi encontrada a cem quilômetros para leste, sob a forma d’ um planalto...Nenhuma via férrea ,nenhuma estrada de acesso, apenas alguns trilhos para carroças. (Lévi-Strauss, 1986, p. 119 e 120)

Ao contrário do que pensava Lévi-Strauss, Továr tinha outra visão a respeito da cidade de Goiânia, inclusive criticando as impressões do renomado antropólogo a respeito da cidade. Dizendo que apesar deste ser um dos mestres pioneiros da Universidade de São Paulo, ele não estava bem informado do que se passava no interior do Brasil daquela época, sabendo-se que as informações sobre Goiás naquela época não eram muito ricas em detalhes e que o antropólogo deveria não ter sido informado que o projeto da cidade era de um também renomado arquiteto e urbanista, Atílio Corrêa Lima e que foi considerado uma obra prima do urbanismo brasileiro de então. Ponderando-se também que devido às inúmeras dificuldades em todos os sentidos na época, havia acontecido um desencontro entre a idéia e o fato. Há que se dizer, também, que Lévi-Strauss passou por aqui quando a cidade ainda estava no início de sua implantação, sendo realmente naquela época um grande canteiro de obras, tudo ainda estava por se fazer, a cidade estava sendo implantada, erguida, construída.

Celina Manso registrou também em seu livro as idéias de Továr, a respeito do pensamento de Lévi-Strauss, dizendo o seguinte:

“Goiânia certamente nasceu do pensamento racional e lógico, que, à proporção que ousa, torna-se coerente com a antilogia do destino. Por isso ela é, por excelência, uma flor espontânea da ousadia revolucionária e não uma “cidade arbitrária” como desejou Strauss. (Továr, 1979, p.11, apud, Manso, 2001, p. 193).

Outro autor, Paulo Augusto de Figueiredo, já expressava uma visão entusiasmada e ufanista sobre Goiânia no ano de 1943, expressando-se assim :

“Goiânia, é como que a própria expressão, em termos urbanísticos do Brasil novo do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou todas as nossas forças, orientando-se para fins altos e nobres, do Brasil que se ergueu do “ berço esplêndido “e começou já a cavalgada da glória. Goiânia é, assim, a espécie de caldinho, em que cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais que em outro ponto qualquer, se encontrava os dois Brasis – o do litoral e o do sertão, nela se está formando a célula do Brasil integral [...]” (Figueiredo,1943, p. 220 e 221, apud, Gonçalves, 2002, p. 28 e 29).

À época da construção de Goiânia, havia uma preocupação com a propaganda da cidade tanto em território goiano como por todo o país. Armando de Godoy foi um incentivador da idéia. Manso relata que Godoy mostrando que uma propaganda bem elaborada e apresentada seria capaz de atrair mais habitantes e recursos financeiros, fazendo com que se tivesse uma boa vendagem de lotes e conseqüentemente uma boa valorização desses, gerando recursos para a continuidade do plano de implantação da nova capital. Foi criado, então, o Departamento de Propaganda e Venda de Terrenos da Nova Capital, a fim de superar o obstáculo financeiro da construção de Goiânia. Em 1934 e 1935 foram nomeados 12 delegados regionais, dentre eles Jaime Câmara Filho, Abelardo Coimbra Bueno, Atílio Corrêa Lima e Germano Roriz, que vendiam lotes no território goiano, além dos corretores que vendiam também lotes em outros estados da federação. A maioria dessas propagandas era publicada em jornais, revistas e cartazes da época. (Manso, 2001, p. 74 e 94).

Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro relata em seu livro a respeito da importância da propaganda para que a cidade se torne bem sucedida, citando propagandas de cidades de outros países dizendo:

“Outro recurso que se tem empregado para a formação de novos centros urbanos é a propaganda bem dirigida no sentido de atrair capitais e habitantes. Temos a respeito um exemplo bem eloqüente na construção de Magnitborsk, pela República Russa. Trata-se de uma cidade industrial que surgiu em zona deserta. Todos os meios de propaganda foram empregados, figurando entre eles a radio difusão, o teatro, o livro, o jornal, o cartaz, etc. Um dos efeitos foi despertar em toda a parte um grande interesse em se ver surgir numa zona inteiramente despovoada uma cidade moderníssima que, não obstante ter sido iniciada há menos de 5 anos, já conta com duzentos mil habitantes. A mesma cousa se observou, com relação a Radburn que e uma vila modelar, construída de acordo com todas as exigências do trafego e da vida moderna. “ (Monteiro, 1938, p. 58).



Fig. 27 - Cartaz de propaganda de Goiânia em 1934
Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

Para se construir Goiânia foi contratada inicialmente a firma P. Antunes Ribeiro e Cia. Ltda., administrada por Atílio Corrêa Lima, mas devido a obstáculos dos mais variados, como a falta de material e mão-de-obra capacitada, ocorreram atrasos e o então interventor Pedro Ludovico decidiu rescindir o contrato com essa firma e contratar a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda., para dar prosseguimento às obras da nova capital, começando pela construção do Palácio do Governo, do Grande Hotel, da Secretaria Geral e de dez casas destinadas ao funcionalismo público. A empresa possuía sede na cidade do Rio de Janeiro, era composta por três sócios, os engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno e o advogado Roberto Pena Chaves. Por divergências entre os sócios, e por não concordar com o contrato assinado para a construção de Goiânia, Pena Chaves se retira da sociedade e os irmãos Jerônimo e Abelardo fundam a

empresa Coimbra Bueno e Cia. Ltda., e a eles coube a responsabilidade pela execução das obras da nova capital.

Chaul, a respeito da contratação dessas firmas para a execução das obras de Goiânia, relata que:

“Assim, diante das dificuldades gerais, da urgência da mudança e da obstinação do Governo, observando que as obras não se completariam no prazo estipulado [...] a firma Coimbra Bueno ficaria com a responsabilidade contratual de terminar a obras iniciadas por P. Antunes e Cia. [...] Ficam a cargo da firma Coimbra Bueno e Pena Chaves também a construção dos Correios e Telégrafos, por contrato firmado em 5 de abril de 1935. Foram concluídos rapidamente dez prédios na rua 20, destinados aos funcionários e ao Jardim de Infância. Na mesma rua 20, a primeira da nova capital, foram instalados em termos provisórios o Palácio, a Secretaria Geral, o Escritório Central de Obras e a Diretoria Geral da Fazenda, ocupando duas casas, remetida uma delas para locação da Seção de Terras. Uma das casas ficou destinada à residência de Pedro Ludovico.” (Chaul, 1999, p. 120).

No ano de 1938 Jerônimo Coimbra Bueno se desentendeu com Pedro Ludovico, por este não querer incluir um loteamento localizado próximo ao bairro de Campinas, pertencente à firma de Jerônimo, na planta geral da cidade de Goiânia. Com isso, a Superintendência-Geral de Obras foi extinta e a responsabilidade pelas obras da capital foi transferida para a recém criada Diretoria-Geral da Produção e Trânsito e como consequência a firma Coimbra Bueno foi afastada de todos os trabalhos relativos à construção da cidade. Mesmo assim, a firma ainda continuou com relações no governo estadual, inclusive organizando o pavilhão goiano, na Exposição de Viação e Obras Públicas, na cidade do Rio de Janeiro. Os irmãos Coimbra Bueno ainda continuaram como diretores da Procuradoria Especial do Estado, também naquela cidade, e ainda realizavam negócios para o estado com a venda de terrenos da nova capital no Rio de Janeiro. Porém, em 1940, a relação entre eles e o interventor ficou bastante desgastada, inclusive com litígio entre a firma e o estado de Goiás, que perdurou por vários anos. Terminou com ganho de causa pela firma Coimbra Bueno, já no final da década de 1940, quando Jerônimo Coimbra Bueno estava à frente do governo estadual.

Em 1947, com o fim da fase pioneira da implantação da cidade e o poder para legislar transferindo-se para o governo municipal, foi aprovado o Código de Edificações de Goiânia, aprovando-se os loteamentos pela iniciativa privada, mas com uma série de requisitos quanto à infra-estrutura desses. Em 1950, essas

3.2. Aspectos dos Planos Diretores de Goiânia

Ao longo de sua existência, desde os anos 1930 até os dias atuais, Goiânia conheceu cinco planos diretores, sendo que um deles não chegou a ser implantado, devido ao momento político que o país atravessava, com a Revolução de 1964. O primeiro deles foi concluído em 1938, tendo sido desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, de 1933 a 1935, e continuado pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy, de 1936 a 1937.

No período de 1959 a 1962 um segundo plano foi desenvolvido pelo arquiteto Luis Saia, que não chegou a ser implantado, devido à Revolução de 64, que o rejeitou por considerá-lo obra de um comunista. De 1967 a 1969, o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm desenvolve o terceiro plano para Goiânia, o qual é oficializado em 1971. A Engevix Engenharia desenvolve de 1989 a 1992 o quarto plano diretor da cidade, o qual é oficializado em 1994, e que se encontra em vigor até hoje. Atualmente, o quinto plano diretor acabou de ser elaborado por diversos órgãos da Prefeitura de Goiânia, e seus respectivos técnicos, com a assessoria do Arquiteto Luis Fernando Cruvinel Teixeira, desde o início dos anos 2000, e deve entrar em vigor até o final do ano de 2006, após ser aprovado pela Câmara Municipal de Goiânia, onde está tramitando.

O primeiro plano entrou em vigor no ano de 1938 e durante todo o período do Estado Novo o poder público foi capaz de assegurar o respeito ao plano, detendo o controle do uso do solo, da ocupação e crescimento da cidade, controlando, inclusive, as fortes pressões de especuladores imobiliários na cidade. Pedro Ludovico, naquele período, comandava o Estado, e por uma série de razões, principalmente políticas, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o fim do Estado Novo, perde o poder político do Estado. Em 1947, assume o Governo do Estado de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, que o governa até 1951. Durante esse governo, no ano de 1947 aprova-se a Lei Municipal n.º 574, o Novo Código de Edificações de Goiânia, que compreendia a Lei de Zoneamento, Lei de Loteamentos, de Uso e Ocupação do Solo. Nesse Código o loteamento poderia ser executado por particulares, mas havia uma série de exigências, tais como a construção do arruamento, de redes de água e esgoto, energia elétrica e calçamento

das principais vias, para que se aprovasse o loteamento, o que desestimulou inicialmente a especulação. Mas, em 1950, por pressões de vários especuladores imobiliários, os artigos que faziam tais exigências foram revogados, seria exigido então apenas a abertura das ruas. Jerônimo Coimbra Bueno foi bastante beneficiado por essas medidas, pois o primeiro loteamento aprovado nestas condições era de sua propriedade. Daí em diante a cidade foi bastante parcelada, e no final dos anos 1950 já havia sido absurdamente loteada. Tanto que em 1950, a população da área urbana era de 40.333 habitantes e no município de 53.389 pessoas, já superando o planejamento inicial da cidade que era de 50.000 habitantes.

Alguns fatores contribuíram para que a cidade crescesse num ritmo acelerado. Podemos citar a chegada da ferrovia a Goiânia em 1951; a política desenvolvimentista do governo de Pedro Ludovico de 1951 a 1954; a inauguração da represa de Rochedo em 1955 que fornecia energia elétrica para Goiânia e a construção da rodovia Goiânia – São Paulo em 1959, assim como a construção de Brasília de 1956 a 1960. Esse crescimento da cidade é percebido no aumento de sua população. Em 1940 a cidade possuía 18.889 habitantes, em 1950 como já foi dito, possuía 40.333 habitantes e em 1960, com 133.462 habitantes em sua área urbana. Goiânia, nessa época era tida como uma cidade de fronteira, e recebia pessoas de todas as partes do país, principalmente da região Norte e Nordeste, mas também do sudeste, principalmente de Minas Gerais, não só para se fixar na cidade, mas também por todo o estado. (IBGE¹⁶ – Censo Demográfico de 1940 a 2000).

Nos anos 1950 a cidade cresceu de forma desordenada, não havia articulação entre os bairros. Os loteamentos eram feitos aleatoriamente, gerando vazios urbanos entre eles. A forma de ocupação dos lotes era feita de forma aleatória, a critério do construtor. O zoneamento urbano quase inexistia, misturando na malha urbana construções para os mais variados fins, de uso residencial, comercial, industrial e de serviços, entre outros.

Podemos afirmar que o primeiro plano, elaborado por Atílio e Armando de Godoy, foi bastante respeitado e a cidade cresceu utilizando-se de suas diretrizes pela forte presença do estado, que o mantém sob seu controle, administrando o parcelamento urbano, o uso do solo e a comercialização dos lotes. Os setores Norte

¹⁶ IBGE – Ver Censo Demográfico de 1940 a 2000.

e Central são os primeiros a serem ocupados até o fim do Estado Novo. Nesse plano, Atílio propôs *parkways* ao longo dos leitos dos rios e córregos, parques públicos nas áreas de matas, avenidas arborizadas, quadras públicas com áreas internas, grandes e arborizadas praças, e um cinturão verde em todo o perímetro do núcleo original da cidade. Com a saída de Atílio, Armando de Godoy deu seqüência ao projeto original, inclusive respeitando o desenho urbano do Setor Central e Norte, já parcialmente implantado. Porém, ele modificou todo o traçado do Setor Sul e orientou o crescimento da cidade de Norte para Sul. Utilizou também os *parkways* ao longo dos córregos e os parques urbanos nas nascentes e encostas. De 1947 em diante novos bairros foram incorporados ao plano original da cidade, com a pressão sobre o estado para a viabilização dos setores Sul e Oeste, e com a ocupação irregular a Leste, pelos bairros da Vila Nova, Nova Vila e Botafogo e também do Bairro Operário e da Vila Coimbra. Na década de 1950, como já foi dito, a cidade é contemplada com uma série de novos loteamentos, ocasionando um crescimento desordenado e caótico.

O segundo plano, o de Luis Saia, elaborado no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o qual não foi implantado, devido a Revolução de 64, por divergências entre o estado e a Prefeitura de Goiânia. O poder estadual era o gestor e controlador da cidade. Contudo, a Prefeitura reivindicava o direito de administrar a cidade. O plano dividia a cidade em seis regiões: Central, Campinas, Dergo, Macambira, Leste Universitário e Meia Ponte. O objetivo da divisão consistia em facilitar os levantamentos por áreas afins e evidenciar o diagnóstico da cidade. Primeiro, foi realizado um estudo sobre a cidade numa escala ampla e detectou-se seus problemas; depois, foram apresentadas propostas para a melhoria das condições gerais da cidade, que crescia rapidamente e de forma desordenada: não havia controle sobre os loteamentos particulares que não possuíam infra-estrutura e provocavam a ocupação desastrosa da cidade. Goiânia possuía grandes vazios urbanos, por conta desse crescimento desordenado, aliado à falta de infra-estrutura urbana. Para agravar mais a situação, as áreas de matas ciliares estavam destruídas e as regiões às margens dos córregos, ou fundos de vales, estavam loteadas com chácaras. Luis Saia fez também propostas para as áreas verdes da cidade. Sua idéia era expandi-las em número e área, buscando assim a sua preservação. Pensou nas transferências do Parque Agropecuário para uma região

na saída de Trindade¹⁷, para o local desse porque no Centro da cidade, já na época trazia transtornos à população, devido aos grandiosos eventos ali realizados. Faz uma crítica à cidade-jardim, projetada e implantada no Setor Sul, devido à má utilização das áreas verdes internas.

Em seu livro, Maria Eliana Jubé Ribeiro¹⁸ esclarece:

“Em resumo, constata-se que o plano de Saia era arrojado, pelas propostas de compartimentação, sistema viário, redes de abastecimento de água e tratamento de esgoto, avançando muito em termos de planejamento entretanto, o fato de ter sido aplicado apenas no que diz respeito à transferência das universidades para as novas áreas, à liberação dos gabaritos das áreas centrais, sem equipá-las com estacionamento, conforme previsto, e à localização da cidade industrial no sudoeste da cidade, comprometendo a atmosfera da capital em decorrência da poluição trazida pela ação dos ventos, fez com que ele se tornasse pernicioso para a cidade e mal visto pela população.

Contudo, se em alguns pontos o projeto pode parecer equivocado no geral, era muito bom e resgatava para a cidade a condição de planejada. Naquele momento, Saia e sua equipe foram contaminados pelo momento histórico da construção de Brasília, acreditando que Goiânia, em pouco tempo, superaria sua própria capacitação urbana”. (Ribeiro, 2004, p. 86).

Em síntese, houve uma preocupação com o meio-ambiente, nos quais a questão da preservação dos córregos e rios que cortavam a cidade, a áreas verdes lindeiras a esses e regiões de bosque espalhadas pela malha urbana instalando-se assim, os parques urbanos. Preocupou-se também com a restauração das vielas e quadras centrais da cidade e o espaço destinado a estacionamento. A especificação dos centros comerciais na cidade, com normas severas para a sua ocupação, para que não houvesse proliferação de lotes comerciais por toda a cidade. A questão da ocupação de forma incorreta do Setor Sul, gerando áreas verdes internas às quadras com mau uso, gerando problemas de todos os tipos para a cidade, inclusive de alto custo de manutenção. Por questões políticas da época, esse plano não foi implantado na íntegra, sendo implantado somente o que os governantes julgaram necessário na época, inclusive desvirtuando-o, o que causou uma falta de coerência e de força aos olhos da população em geral. O seu projeto foi importante porque colocou novamente em pauta a necessidade de pensar a cidade de forma global e articulada.

¹⁷ Cidade situada a oeste da capital a cerca de 20 km de distância.

¹⁸ Ver Ribeiro (2004) em seu livro: Goiânia os Planos A Cidade e o Sistema de Áreas Verdes.

No terceiro plano, de autoria de Jorge Wilhelm, elaborado entre os anos de 1967 e 1969, e oficializado em 1971, é apresentada uma análise histórica da cidade e da sua implantação e evolução desde a sua criação, não tecendo críticas aos planos anteriores. Ele identificou os problemas e visualizou soluções que seriam os princípios e objetivos gerais que norteariam seu plano.

Ele encontrou naquele momento uma situação completamente diferente da do plano anterior, pois naquela época não se aprovava loteamentos desde o fim da década de 1950. Com relação ao crescimento populacional da cidade ele foi vertiginoso na década de 1960, causando vários problemas de ordem urbana e social. Para se ter uma idéia, em 1960 a população era de 133.462 habitantes na área urbana e em 1964 passou a ter 260.000 habitantes, alcançando a incrível marca de crescimento de aproximadamente 10% ao ano.

O plano tinha como proposta impedir o crescimento desordenado que a cidade experimentara em 47 anos de livre expansão. Nesse período de tempo, multiplicaram-se os loteamentos na cidade, pois de 1950 a 1964 foram aprovados 183 loteamentos, sem qualquer compromisso com a estrutura urbana existente. (Ribeiro, 2004, p. 87).

Wilhelm traça como objetivos do plano a racionalização do uso do solo e a compatibilização da estrutura urbana e a população; propõe a hierarquização do sistema viário da cidade; estabelece as diretrizes da expansão urbana e o adensamento da população da área já urbanizada; estimula o desenvolvimento econômico, compatibilizando a capital do Estado e o pólo regional. A administração municipal deveria investir em investimentos públicos, de serviços urbanos. Propunha a suspensão de loteamentos até a aprovação da lei de parcelamento e a proibição de construções em fundos de vale.

Nesse plano, a questão das áreas verdes, dos bosques, e fundos de vale da reserva de praças e jardins nos loteamentos aprovados e a serem aprovados ganham destaque. Sugere-se a criação de Parques Municipais nos fundos do vale, com dimensão maior do que simplesmente a zona de preservação, destinados para a área de lazer, recreação e proteção ambiental. Com essas diretrizes, ele propôs a canalização do Córrego Botafogo, e sua área lindeira para uso recreativo e de lazer e propôs também o projeto Cura nas áreas internas das quadras do Setor Sul.

Ribeiro relata essas intervenções do plano:

“Por sorte da cidade e de sua população, ou por ineficácia do poder público, o plano de Wilhelm não foi implantado na íntegra. Apenas parte do Córrego Botafogo foi canalizado, e ainda foi implantado o famoso projeto Cura nas áreas públicas do Setor Sul, descaracterizando, pela primeira vez e de forma radical, os dois projetos originais de Goiânia. O projeto do urbanista não contribuía de forma concreta para a resolução dos problemas urbanos, fossem eles de ordem física, social, cultural e ambiental. (Ribeiro, 2004, p. 93).

No plano, a descaracterização das áreas verdes teve sua maior ênfase, pois passou da ilegalidade das invasões para as ocupações e os índices permitidos.

De fato, a canalização do córrego Botafogo encerrou-se nela. A área as margens do córrego ficou abandonada e nunca foram implantados equipamentos de lazer e recreação nem foi feita uma proteção ambiental do local. Pelo contrário, o córrego passou a ser um curso de água correndo ao meio de um grande canal de concreto, servindo mais de despejo de esgoto da região circunvizinha. No final da década de 1980, e início da de 1990, foi construída a Avenida Marginal Botafogo, ladeando o córrego Botafogo, objetivando a melhoria do sistema viário da cidade. O projeto Cura do Setor Sul, logo após a sua implantação foi até bastante usado pela população, pois dispunha de quadras de esportes, *playgrounds*, amplos gramados, boa iluminação, mas com o passar dos anos, e com o descaso do poder público na manutenção desses espaços eles foram se degradando, os equipamentos se degenerando sem a reposição necessária. O espaço ficou obsoleto e de alto custo de manutenção para o poder público. Apenas a iluminação pública ali instalada e as áreas gramadas se mantiveram. Os equipamentos se deterioravam sem a manutenção, e o projeto encontra-se até os dias atuais praticamente abandonado. Deve-se também ressaltar que antes da implantação desse projeto essas áreas não tinham qualquer uso. Era um espaço totalmente inutilizado pela população do bairro. Um grande matagal, depósito de lixo e entulho caracterizava o lugar. O projeto melhorou a feição, por conta da urbanização. Porém, devido às falhas dos projetos e à falta de manutenção, a região continuou subestimada.

Nesse plano houve o incentivo à construção de conjuntos habitacionais na cidade, no decorrer dos primeiros cinco anos após a conclusão do plano foram construídos 32 conjuntos habitacionais de grande parte na cidade.

Quando esse plano estava em vigor, nota-se um aumento do processo de verticalização da cidade, iniciado nos anos 1960, com a construção dos primeiros edifícios altos no Centro da cidade, tanto com a finalidade de serem residenciais como comerciais. Mas, foi no período desse plano que a verticalização se proliferou e realmente se adensou em Goiânia, com uma maior verticalização do Centro e novas porções verticalizadas no Setor Oeste, nos anos 1980 e posteriormente do Setor Bueno, já no final da década de 1980 e início da de 1990. Os *shoppings* também começaram a se instalar na cidade nos anos 1980, o primeiro foi o *Shopping Flamboyant*, em 1981; depois o *Bouganville*, no Setor Marista, no início dos anos 1990. Nessa época, os setores de prestação de serviços, comércio e de profissionais liberais começaram a deixar o Centro da Cidade, e a ocuparem principalmente o Setor Oeste, Sul, Bueno e Marista. Inicia-se, portanto, um processo de degradação e declínio do Centro.

Durante o plano de Wilhelm, institui-se a Lei Lerner, complementar a esse plano, gerando modificações, e dando ênfase ao sistema viário básico, ao sistema de transporte coletivo e aos conjuntos habitacionais. Ressalte-se que um importante corredor de transporte coletivo é implantado na cidade, na Avenida Anhanguera, que corta a cidade no sentido Leste-Oeste, sendo o primeiro grande sistema de transporte coletivo da cidade a se utilizar de um corredor de tráfego para ônibus urbano coletivo.

Segundo Ribeiro:

“Quem melhor definiu o plano de Jorge Wilhelm em sua forma global foram Luiz César de Queiroz Ribeiro e Adauto Lúcio Cardoso, que o classificaram de “tecnoburocrático e desenvolvimentista”. Essa característica facilitou a postura tradicional de nossa história urbana de implantá-lo gradativamente, de forma ideológica, pelos governos nomeados e autoritários, como maneira de legitimar as ações dos grupos dominantes.

O plano em pauta atendia assim à nova mentalidade urbana advinda do tecnoscismo que caracterizou o período: compatibilizar a estrutura físico-territorial, além da administrativa e econômica, à realidade sócio-cultural, que caminhavam desencontrados, provocando estrangulamento e de certa forma falência da urbanidade.

Entretanto, apesar das lacunas de interpretação, o projeto, em linhas gerais, o seu novo ordenamento e as diretrizes do plano foram o que orientaram a nova ocupação do espaço urbano de Goiânia.” (Ribeiro, 2004, p. 93).

O quarto plano diretor da cidade foi aprovado em 1992 e publicado no Diário Oficial em 23/12/1994. Ele foi denominado Plano Diretor de Goiânia –

PDIG/92 e foi confeccionado pela Prefeitura Municipal de Goiânia e pela Engevix Engenharia S/A.

Ribeiro esclarece que:

“O Plano foi um exemplo claro daquilo que Lemos denomina de Urbanismo Burocrático e Operacional, ou seja, a partir da realidade levantada, traça-se diretrizes e metas, simularam-se situações, e baseado em todo esse arsenal metodológico, determinou-se uma “Estrutura Urbana” com os instrumentos para implementá-la, os programas de apoio ou de base, as estratégias de implementação e finalmente a forma jurídico legal de fazê-la. (Ribeiro, 2004, p. 148).

Em 1991, conforme o Centro Demográfico do IBGE¹⁹, Goiânia contava com uma população de 922.222 habitantes e juntamente com o conglomerado urbano – ACLUB, formado pelos municípios do entorno de Goiânia, a sua população chegava a 1.272.580 habitantes. Nota-se, assim, que a cidade na década de 1980, principalmente, possuía ainda uma alta taxa de crescimento. Porém já possuía um declínio em relação aos índices de décadas anteriores. Notava-se, também, uma migração da população, de modo especial a de baixa renda, para os municípios vizinhos, como Hidrolândia, Goianira e Aparecida de Goiânia.

O Plano diretor formatou para Goiânia algumas diretrizes. A primeira enfocava o setor socioeconômico, a segunda os setores físico-territorial-ambiental e cultural e a terceira os setores institucional e administrativo. Após a formulação dessas diretrizes básicas e todos os subitens que elas possuíam foi traçada a formulação do Plano Diretor, com as diretrizes gerais e setoriais, que abrangia um plano de forma global.

As diretrizes gerais e setoriais que nortearam o plano relataram que deveria acontecer o seguinte: o direcionamento do crescimento da cidade a sudoeste do município, a proteção e preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio histórico, artístico e cultural, assim como a definição de estratégias de consolidação, revitalização e preservação da estrutura urbana existente. Foram, ainda, propostos acessos a moradia das populações mais

¹⁹ FONTE: IBGE – Centro Demográfico de 1991 a 2000.

carentes, a urbanização e a regularização fundiária das posses urbanas e, também, a regularização dos parcelamentos ilegais, assim como a ampliação dos sistemas de água, esgoto sanitário, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos sólidos.

Em relato do Jornal 'O Popular', de 24 de outubro de 1993, em seu suplemento especial, é dito o seguinte:

“O Plano Diretor traz em si 15 programas básicos, que irão interferir na ordenação do crescimento da cidade. Entre eles destacamos as seguintes preocupações.

- Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico Cultural do Município.
- Programa de Recuperação, Controle e Preservação do Meio Ambiente.
- Programas de dinamização de Pólos de Desenvolvimento Regional.
- Programa de Atração de Investimentos Imobiliários
- Programa de Melhoria do Sistema de Transporte Coletivo.
- Programa de incremento do Turismo.
- Programa de reestruturação viária, circulação e trânsito.” (Goiânia 60 anos, Suplemento Especial, Jornal O Popular, 1993, p. 7).

O plano previa planos de proteção ambiental para a área denominada Macambira-Oeste, para a área Norte-Ferrovário/João Leite e para a área do Setor Sul, criando áreas de preservação para essas regiões de córregos importantes para a cidade, como o João Leite, importante manancial de água da cidade e também para o setor sul, devido a sua importância histórica/urbanística, tentando proteger a deterioração do seu plano original, resgatando-o para a memória da cidade.

Pensou-se, também, no sistema viário da cidade, dando atenção especial as vias expressas e arteriais, e previu o melhoramento e ampliação das vias expressas que, geralmente, eram insuficientes e contavam com a barreira física que eram os leitos fluviais urbanos, na sua maioria no sentido norte-sul.

Foram criadas as APAs – Áreas de Proteção Ambiental –, para a proteção aos mananciais de abastecimento de água e preservação dos ecossistemas e também de locais de importância histórico-cultural. Sendo essas a APA do João Leite, APA do Meia Ponte, APA do Morro do Mendanha, Parque Municipal Jardim Botânico do Cerrado e áreas sujeitas a tombamento. Às APAs, regiões de proteção ambiental e as áreas de expansão urbanas da cidade foram dadas uma atenção especial, obedecendo rigorosamente à Carta de Risco de Goiânia, entendendo que assim com todo esse controle se garantisse a aplicabilidade correta dessas diretrizes.

Ribeiro finalmente comenta:

“Esse plano, portanto, pode-se dizer, ficou alinhado aos conceitos atuais de controle e preservação do meio ambiente e avanços inclusive no retorno da instituição de um sistema não só de áreas verdes mais ecológico, com grande destaque para a participação popular. Entretanto, como foi de caráter burocrático e cartorial. Não conseguiu estabelecer o elo entre a teoria e a prática. Sendo assim, a cidade continuou seu curso de crescimento desordenado, mediado pelos órgãos municipais de planejamento e meio ambiente que, ao invés de conduzir o processo, mais uma vez correram atrás da cidade de foto, tentando remediar os danos resultantes das relações estabelecidas não mais num sistema de áreas verdes ou ambiental mas numa colcha de retalhos formada de cada parte remanescente. Efetivamente, não existe nenhum programa ou projeto de atuação baseado na ciência, na cultura e na arte, capaz de seduzir o homem urbano a construir uma nova cidadania (Ribeiro, 2004, p. 148).

O quinto e último Plano Diretor da Cidade de Goiânia encontra-se em fase final de tramitação. Desde o início dos anos 2000, técnicos dos mais diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Goiânia, juntamente com o arquiteto e urbanista Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, que presta assessoria na elaboração do plano, trabalham para que até o final de 2006 o plano esteja completamente pronto e aprovado pelas instituições públicas competentes para a oficialização desse. Esse novo plano a ser implantado está sendo confeccionado a partir do Plano de 1992 - PDIG 1992, ou seja, foi feita uma revisão do plano de 1992 e foram implementadas melhorias e atualizações para que se eleja um plano de acordo com as necessidades atuais da cidade de Goiânia. O objetivo central desse plano é proporcionar uma metrópole regional sustentável, sendo uma cidade mais justa e bonita, além de criativa e ecologicamente correta, buscando ser mais democrática para a população em geral. Sendo mais compacta e apresentado uma melhor mobilidade e acessibilidade e estando mais diversificada. As diretrizes gerais do plano estão embasadas em princípios e regras orientadoras. As diretrizes norteadoras do plano são: Mobilidade, acessibilidade e transporte; Ocupação e Uso do Solo; Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Socioambiental; Ordenamento Territorial; Desenvolvimento Sócio-cultural; Gestão Urbana.

O Projeto de Lei Complementar que foi enviado para a Câmara Municipal de Goiânia, em seu Artigo 2º, relata que:

“Art.2º. A política Urbana do Município de Goiânia sustentar-se-à nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tudo por

objetivo o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da fragmentação urbana, garantindo a população a requalificação do território do Município e uma cidade mais justa e sustentável.” (Plano Diretor de Goiânia, Projeto de Lei Complementar, 2006, p. 2).

Finalizando, esse plano deve vigorar por um período de 10 anos, sendo atualizado de dois em dois anos.

3.3. Aspectos socioculturais de Goiânia e a Evolução do Centro

No início do século XX, principalmente nas quatro primeiras décadas, o Brasil era um país eminentemente rural. E Goiás não fugia a essa regra, sendo um estado que vivia de uma economia baseada na pecuária e na agricultura. Principalmente nas duas décadas que antecederam a fundação de Goiânia, a sua população estava concentrada no meio rural. O convívio social era desenvolvido nas pequenas cidades existentes e onde a população geralmente se reunia na época das festividades locais.

No Estado de Goiás, particularmente na cidade de Goiás, a sociedade local desenvolvia um convívio social intraclasse, ou seja, ali já se distinguem as classes sociais, a classe de maior poder aquisitivo era formada pelos proprietários de terra, a classe média era geralmente formada pelos comerciantes e a classe de menor poder aquisitivo era representada pelos trabalhadores. Essa sociedade era fechada, inexistindo as relações sociais entre classes.

Notava-se, também, um pequeno número de pequenos proprietários de terras, que geralmente praticavam o cultivo da lavoura e pecuária para a sua própria subsistência. Os grandes proprietários de terra eram quem detinha o poder, os quais também se concentravam nas mãos de poucas famílias, geralmente aparentadas entre si.

Com a construção de Goiânia, no início dos anos 1930, o estado inteiro sentiu as transformações, econômicas e sociais que processaram-se lentamente. No campo da psicologia social, no entanto aconteceu uma grande transformação. A população, tanto da nova capital como do estado, sente-se mais importante perante

a população nacional, deixando de lado o complexo de inferioridade e o sentimento de frustração, devido ao longo período de isolamento que o estado se ressentia por ser um dos mais pobres e atrasados da federação.

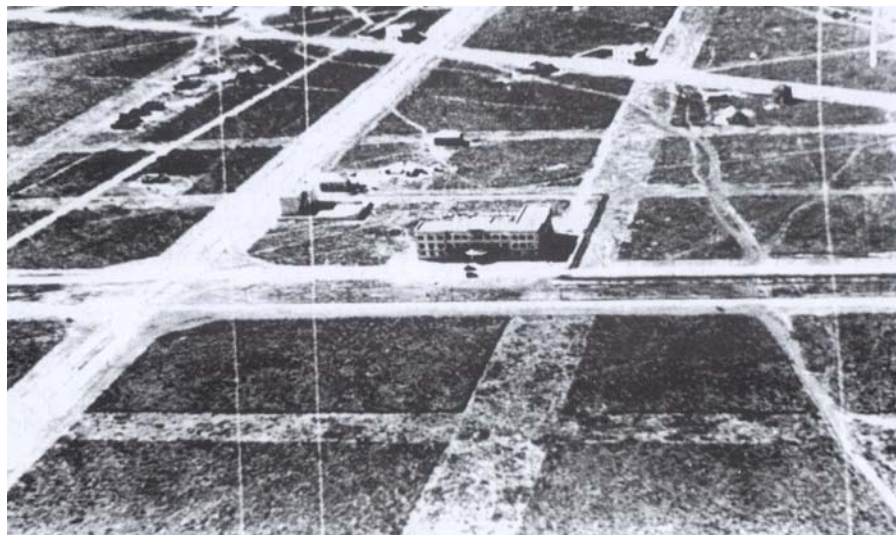


Fig. 29 - Vista área do Centro de Goiânia com destaque para o Edifício do Grande Hotel na década de 1930

Fonte: Celina Fernandes Almeida Manso (2001)

Conforme **Ciro Augusto O. Silva** relatou:

“Com a consolidação de Goiânia, a partir de 1940, a população do Estado se multiplica, as vias de comunicação realizam a integração com todo o país, e dentro do Estado. Contudo, Goiás continua sendo um estado de economia primária com uma exploração extensiva de baixa produtividade. A população que formou a sociedade goianiense, nas três primeiras décadas de sua vida como cidade, foram de pessoas que vieram da antiga capital, ou seja, funcionários públicos que trabalharam e moravam na cidade de Goiás e com a mudança da capital, se transferiram para Goiânia. A outra parcela da população da cidade era de comerciantes que trouxeram seus estabelecimentos para a nova cidade e de pessoas mais pobres, que vieram do interior e do Estado de Minas Gerais, para trabalhar nas obras da construção e aqui se instalaram. A sociedade local era formada por uma classe dominante, ou seja, os políticos, fazendeiros, ricos comerciantes, a classe média formada pelos funcionários públicos e comerciantes médios e da classe pobre, formada pelos operários.” (Silva, 1990, p. 68 e 69).

Na cidade de Goiânia, inicialmente no final dos anos 1930 e início dos 1940, as pessoas de classe mais abastadas foram residir na parte central da cidade, ou no Setor Central, assim como era chamado no plano urbanístico da cidade. Essas pessoas, e suas famílias, habitavam as Ruas 20, 15, 14, 19 e 24 na parte mais a leste desse setor e também nas Ruas 26, 25 e 12, já próximas ao sobrado de Pedro Ludovico em estilo *Art Déco*. Já as de poder aquisitivo mediano ocupavam o

Setor Norte, depois popularmente chamado de “Bairro Popular”, e também as regiões próximas à Rua 4 e Avenida Paranaíba. Já os operários, da classe de menor poder aquisitivo, ocupavam a região próxima ao Córrego Botafogo, onde posteriormente surgiram os setores Vila Nova e Universitário, naquela época chamados de Bairro Botafogo. No Bairro de Campinas também residiam muito novos moradores da cidade, assim como os antigos habitantes da cidade de Campininha das Flores. A população ali já era mais heterogênea em se tratando dos aspectos socioeconômicos, ali residiam desde grandes fazendeiros até os operários que trabalhavam na construção de Goiânia. Inclusive há que se ressaltar que havia uma grande rivalidade entre os moradores de “Goiânia” e “Campinas”, principalmente quando o assunto era futebol, diversão e lazer. Mas, na década de 1960, essas rivalidades começaram a desaparecer, até extinguir-se completamente nos dias atuais.



Fig. 30 - Foto da Rua 20, no Centro, no início da década de 1940.
Fonte: MIS – Museu da Imagem e do Som (2002)

Nas décadas de 1940 e 1950, o Centro já se consolidara como o pólo de múltiplas atividades na cidade, sendo o local mais importante e o comércio já se tornara bastante expressivo, algumas lojas como a “Casa Alencastro Veiga” e “Casas Goianita” já se faziam presentes oferecendo os mais variados artigos para o consumo da população local. O sistema de saúde atendia razoavelmente a população, onde a “Santa Casa de Misericórdia”, construída na Rua 30, esquina com a Rua 4, no Centro, era um dos melhores hospitais de então. No setor de Educação, a cidade já contava com alguns bons colégios, como o Santo Agostinho e

Santa Clara, reservados para a educação das moças e meninas da cidade e com o Colégio Ateneu Dom Bosco e a Escola Técnica de Goiânia para os rapazes. Todos eles, com exceção do Santa Clara, que se localizava no bairro de Campinas, se localizavam no Setor Central da cidade.



Fig. 31 - Foto área do Centro de Goiânia, na década de 1950, mostrando os fundos do Palácio das Esmeraldas.
Fonte: João Emílio Gerodeti e Carlos Cornejo (2004)

No setor cultural, o Cine-Teatro Goiânia, inaugurado em 14 de julho de 1942, quando se apresentou a Companhia de Teatro Eva Tudor, e também o filme “Divino Tormento”, era o melhor espaço destinado à cultura na cidade. A sua inauguração oficial se deu no dia 14 de julho, mas foi utilizado no dia 5 de julho de 1942 para os festejos e cerimônia oficial do Batismo Cultural de Goiânia. Além dos filmes e peças de teatro, nesse teatro também aconteciam muitos recitais, bastante prestigiados pela população. Na década de 1950 surgem também o Cine Casablanca e o Cine Santa Maria, todos os dois no Centro.

Assim relata o Suplemento Especial, do Jornal O Popular, sobre o Batismo Cultural de Goiânia:

“Embora a cerimônia oficial tivesse ocorrido no Cine-Teatro Goiânia, a inauguração oficial do mesmo só se deu em 14 de julho, quando da apresentação da Cia. de Teatro Eva Tudor e do filme Divino Tormento. À tarde do dia 5 de julho, em seqüência à cerimônia do Batismo Cultural, foi inaugurado o campo de esportes (atual Estádio Olímpico) com a partida de futebol entre Sal Tropeiro x Goiano. O time gaúcho venceu por 4 a 1. [...] Em 25 de julho foi aberta a Exposição de Goiânia, com mostra dos produtos do Estado. De 27 a 3 de julho aconteceu a Semana Ruralista, entre outros

eventos”. (Goiânia 60 anos, Suplemento Especial, Jornal “O Popular”, 1993, p. 2).



Fig. 32 - Foto do Edifício do antigo Cine – Teatro Goiânia, no Centro na década de 1940
Fonte: João Emilio Gerodeti e Carlos Cornejo (2004).

Outro local também bastante freqüentado pela sociedade goiana dessa época era o Jôquei Clube. Eliézer Cardoso de Oliveira²⁰ relata assim em seu livro:

“A elite de Goiânia, apesar de heterogênea, era formada por famílias tradicionais e de nível socioeconômico semelhante, provenientes de diversas cidades goianas (Goiás, Rio Verde, Anápolis, Pires do Rio, Catalão, etc.). Uma das principais preocupações era desenvolver espaços para a integração social, escassos na nova capital naqueles tempos. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação do primeiro Clube Social, o Automóvel Clube, criado em 1935 e que, a partir de 1943 se tornou Jôquei Clube de Goiás e passou a ser o ponto de encontro da elite social de Goiânia (Oliveira, 2003, p. 15 e 16).

Naquela época, dos anos 1940 e 1950, ser sócio do Jôquei Clube era sinal de *status* social, e a população de Campinas era impedida de participar dos Bailes de Carnaval do clube. Sendo assim, no final dos anos 1950 e início dos 1960, um clube foi criado pela sociedade campineira, o Goiânia Tênis Clube, praticamente freqüentado pela população de Campinas, mostrando assim uma rivalidade entre os moradores do bairro de Campinas e Goiânia, principalmente com relação ao futebol, áreas de lazer e entretenimento e bares, além do comércio.

²⁰ Ver Oliveira (2003) em seu livro História Cultural de Goiânia.

Falando em áreas de entretenimento, existiam alguns bares e lanchonetes famosos no centro da cidade nessa época, dentre eles citamos: O Adis-Abeba, freqüentado pela elite, sendo o bar que teve a primeira mesa de bilhar da cidade; o Porta Aberta, primeiro 24 horas da cidade; o Marabá e a Sorveteria Brasserie, que se situavam na Avenida Goiás, já eram mais destinados às mulheres e crianças. O Líder Bar, muito freqüentado após as sessões de cinema, e também o Bar Serra Dourada, situado na Avenida Anhanguera com a Rua 6, era um bar bastante luxuoso para a época. Além dele, existiam o Bar Royal e o famoso Café Central, fundado em 1955, na esquina da Avenida Anhanguera com a Rua 7, muito freqüentado por políticos e população em geral, e também o Bar Céu Azul, no bairro Botafogo, bastante freqüentado pelos operários. Notamos que desde aquela época, os bares e restaurantes eram uma consagrada forma de lazer, o que perdurou até os dias atuais em Goiânia.

O primeiro hotel de Goiânia, construído ainda nos anos 1930, sendo o primeiro prédio da Avenida Goiás e um dos primeiros da cidade, foi o “Grande Hotel”, na esquina da Avenida Goiás com a Rua 3. Na época, o melhor da cidade, foi palco de grandes bailes de carnaval, bailes de *reveillon* e de outras festividades e eventos de maior prestígio social ocorridos na cidade. Nos anos 1950 outros hotéis surgiram, dentre eles citamos o Lord Hotel, Marmo Hotel e o Goiânia Palace Hotel. O Lord Hotel como é chamado atualmente, nos anos 1960 se chamava Nice Hotel, no prédio ao lado do Café Central.



Fig. 33 - Edifício do Antigo Grande Hotel, no início dos anos 1950
Fonte: Gecentro (2002)

Nessa época era comum o *footing* nas tardes de domingo, na Avenida Goiás, Avenida Anhanguera, próximo à Praça do Bandeirante e do Grande Hotel e nos anos 1950 essa prática ficou mais comum na Praça Cívica. Oliveira, em seu livro, relata que:

“No início dos anos 40, iniciou-se em Goiânia, uma prática de origem francesa que estava em moda nas grandes cidades brasileiras: o *footing*. Também conhecido como *vai-e-vem*, consistia em passeios, geralmente de jovens, por certas partes da cidade, aos domingos, após o término da primeira sessão de cinema (por volta das dezoito horas) e ia até o início da noite. O *vai-e-vem* é uma prática, por excelência, urbana. Surgiu da admiração dos franceses pelas suas modernas avenidas retas e arborizadas (*boulevards*). No entanto, em Goiânia, o *vai-e-vem* de início não se realizou nas ruas retas e modernas, no bairro de Campinas, na Praça Joaquim Lúcio. Após a inauguração do Cine-Teatro Goiânia, em 1942, o *vai-e-vem* passou a ser realizado entre o espaço que ia desse prédio até a Avenida Anhanguera. Porém, já em 1945, ele mudou novamente de lugar: passou a ser feito na Avenida Goiás, em frente ao Grande Hotel. [...] A partir dos anos 50, com a urbanização da Praça Cívica, que passou a contar com as famosas fontes luminosas, o *vai-e-vem* para ali se transferiu. Já no final dos anos 50, se destacou para a Rua 8, no centro da cidade, para as proximidades do Bar Acapulco, do Lanche Americano e do Cine Casa-Blanca. As vésperas dos anos 60, o *vai-e-vem* perdeu a sua importância como forma característica de lazer na cidade.” (Oliveira, 2003, p. 20 e 21).

Outro local bastante freqüentado pela população, tanto do bairro de Campinas como do Centro de Goiânia, era o Lago das Rosas, com sua piscina, utilizada principalmente pela juventude, ali também existia um trampolim, que atualmente ainda se encontra no local. Anexo ao Lago, foi criado em 1946 o Zoológico de Goiânia, que ali funciona até os dias de hoje.

O carnaval em Goiânia era uma festa bastante badalada, primeiramente acontecia no Grande Hotel e no Bairro de Campinas, e posteriormente passaram o acontecer nos salões do Jôquei Clube, o que lhe conferiu um caráter elitista e familiar.

As festas da Exposição Agropecuária também começaram a acontecer nos anos 1940 e sempre foram bastante apreciadas pela população, inclusive até os tempos atuais. A primeira delas aconteceu no ano de 1942, montada em duas imensas barracas cobertas com folhas de coqueiro, assim se realizou a 1ª Exposição Agropecuária de Goiânia.

Um dos meios de transporte mais utilizado na nova capital eram as jardineiras, ou “tarecas”, como eram popularmente chamadas. No livro Memórias Culturais, Rosarita Fleury em sua entrevista assim relata.

“Surgiu a Tareca veículo parecido com os bondes usados no Rio de Janeiro, mas, rodando sobre pneus, uma vez que não tínhamos trilhos aqui. Tratava-se de um carro aberto de lado e fazia o transporte não só dentro de Goiânia, mas também em Campinas onde residiam muitas pessoas das que aqui trabalhavam. Oficialmente chamava-se auto-ônibus, mas quem falasse assim corria o risco de não ser compreendido direito, porque o nome bem aceito e usado ficou sendo mesmo Tareca. E andar na Tareca era coisa deliciosa”. (Memória Cultural, 1985, p. 167).



Fig. 34 - Foto dos pequenos ônibus denominados “Tarecas”, na década de 1940. Fonte: Jornal Tribuna do Planalto (2006).

A Tareca além de meio de transporte, era um meio de sociabilidade entre as pessoas na época. Além de integrar as sociedades goianiense e campineira. Ela era um meio que possibilitava longas conversas durante essas viagens, servindo inclusive de local de troca de todo tipo de informações entre a população que não dispunha de muitos meios de comunicação na sociedade de então.

A Tareca fazia o transporte de pessoas do Centro para Campinas e vice-versa, era um ônibus com capacidade para 25 passageiros geralmente e não tinha nem portas e nem janelas, mas somente bancos dispostos no transversal. Além das pessoas que viajavam sentadas, existiam aqueles que viajavam em pé, pendurados do lado de fora. Esse tipo de transporte surgiu por volta de 1940. Além das Tarecas, surgiram também as “Rabudas”, que eram ônibus maiores e comportavam cerca de 42 passageiros, que ligavam também Goiânia a Campinas. Com o avançar dos anos e o aumento da população, esse tipo de transporte foi sendo substituído por outros tipos de ônibus, maiores e mais

confortáveis, principalmente dos anos 1960 em diante, até chegamos aos dias atuais onde contamos com esse grande complexo de transporte urbano, circulando por toda a capital e cidades circunvizinhas. Outro meio de transporte muito utilizado pela população eram as bicicletas: nas ruas da cidade era maior o trânsito de bicicletas do que de carros.

A Rua 20, no Centro, uma das primeiras a ser habitada na cidade, era um local de efervescência cultural. Ali residiam muitos políticos e intelectuais, que sempre movimentaram a rua. Nessa rua funcionou o primeiro conservatório de música da cidade. Ali também residiu o construtor de Goiânia, Pedro Ludovico, e também se instalou o primeiro jardim da infância da cidade. Devido à concentração de pessoas de bom nível cultural, que ali residiam, sempre acontecia ali os mais variados tipos de eventos. A senhora Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça, já falecida, em entrevista ao livro *Memórias Culturais*, descreve a respeito do Conservatório e sobre alguns recitais que aconteciam na cidade.

“Do período em que o Conservatório Goiano funcionou na Rua 20, na Faculdade de Direito, nós temos tantas recordações interessantes! [...] Os recitais eram realizados ou no Cine-Teatro Goiânia ou então no Jôquei Clube que, naquele tempo, ainda se chamava Automóvel Clube.” (Memória Cultural, 1985, p. 216).



Fig. 35 - Foto da Rua 20, no Centro, no início da década de 1940.
Fonte: Oscar Sabino Júnior (1980).

Existem também algumas peculiaridades sobre a Goiânia daquele tempo, que foram publicadas no Suplemento Especial do Jornal ‘O Popular’, de 24 de outubro de 1993, quando Goiânia completou 60 anos, o qual relatava o seguinte:

“O primeiro hotel, já tombado pelo patrimônio histórico, foi o Grande Hotel, localizado no esquina da Rua 3 com Avenida Goiás. O primeiro posto de gasolina e oficina mecânica era de propriedade de Pila de Baiochi e foi construído onde hoje está o Edifício Baiochi (Rua 7, esq. com Av. Anhanguera, de frente ao Café Central). [...] O Banco Hipotecário de Minas Gerais foi a primeira agência bancária, localizando-se a princípio em Campinas, e, depois transferido para Goiânia. [...] A primeira biblioteca foi fundada através de um baile, onde rapazes tinham de oferecer um livro para entrar [...] O primeiro registro de nascimento foi de Goiany Segismundo Roriz, filho de Germano Roriz e América do Sul Roriz, nascido em 5 de abril de 1935, registrado no cartório de João dos Santos. A primeira empresa aérea a efetuar ligação com o nova capital foi a VASP, com o avião Dragon Rapid, um biplano de fabricação inglesa, que pousou em Goiânia no dia 8 de agosto de 1938. Dentre os seus passageiros encontravam-se os ilustres escritores Monteiro Lobato e Mário Donato”. (Goiânia 60 anos, Suplemento Especial, Jornal O Popular, 1993, p. 26 e 27).

Nos anos 1960 e 1970, a construção e a efetivação de Brasília como Capital Federal, e estando a apenas 200 quilômetros de Goiânia, trazem muitos reflexos na vida socioeconômica e cultural de Goiânia. A população da cidade, segundo o IBGE, pulou de 53.389 habitantes em 1950 para 153.505 habitantes em 1960, tendo, portanto, um estrondoso crescimento no início dos anos 1960. O fluxo migratório para Goiás foi muito grande e Goiânia, por conseqüência desse fato, foi uma das cidades que mais cresceu no país naqueles anos, tanto que no ano de 1970, segundo o IBGE, Goiânia possuía 380.773 habitantes. Com todos esses acontecimentos, o Centro ainda é a melhor região da cidade tanto na área comercial e de prestação de serviços como na habitacional, acontecendo uma rápida verticalização dessa região da cidade, sendo a primeira a se verticalizar.



Fig. 36 - Foto área do Centro de Goiânia, na década de 1960.
Fonte: João Emílio Gerodeti e Carlos Cornejo (2004)

O Jóquei Clube deixou de ter o monopólio na cidade, surgiram os clubes Oásis, clube de Regatas Jaó, Country Clube, Clube Balneário Meia Ponte, dentre outros.

Oliveira, em seu livro, relata também a proliferação de novos bares e boates na cidade, dizendo:

”Quanto do lazer da juventude goianiense, a prática do footing deixou de existir para dar lugar a uma proliferação de casas noturnas (boates e candings), e a maioria se concentrou-se no centro da cidade, destinada ao público mais jovem: A Boate Kafuné (no subsolo do Hotel Bandeirante), o boliche Bola Preta (o primeiro de Goiânia), as boates Charel e Tasca 8, Bamboo e Porão 47, com sua luz negra e iluminação psicodélica, freqüentada principalmente por jovens universitários. Com a inauguração da Praça Universitária, em 1968, os estudantes deslocaram-se para lá, principalmente a boate Chafariz”. (Oliveira, 2003, p. 27 e 28).

Surgiriam, também, outros hotéis na cidade e o Grande Hotel perdeu a sua hegemonia, dentre eles citamos o Hotel Bandeirantes, o Hotel Umuarama, o Hotel Dom Bosco, o Augustus Hotel, o Hotel Presidente e vários outros que serviam aos visitantes de Goiânia. Existia, também, próximo à Praça do Bandeirante, a Boate Bandeirantes, uma das mais famosas da cidade na época.

Os cinemas também proliferaram-se pelo Centro de Goiânia, dentre eles citamos os Cines Ouro, Frida, Capri e Astor. E as sessões dos domingos continuavam a movimentar o Centro da Cidade, e muitos ao saírem dos cinemas, geralmente faziam um lanche na “Fonte do Paladar”, na Av. Anhanguera, ou podiam jantar no restaurante “Zé Latinhas” na Rua 8, ou na Churrascaria Vera Cruz, na Avenida Araguaia, próximo da Rua 3, também existia o Bar Paiol, na Rua 10, onde eram servidos vários produtos derivados do milho, além das citadas, existiam também várias outras opções em Goiânia na época. Em 1964 foi fechado o Castelinho, às margens do Lago das Rosas, um local muito freqüentado por estudantes na época. Em Campinas existiam também o Cine Eldorado, o Cine Helena e o Cine Rio; da mesma forma, o bairro Vila Nova possuía um cinema, o Cine Regina. Nessa época também foi construído o Teatro Inacabado, na Avenida Anhanguera, próximo ao Lago das Rosas.

Já na década de 1970, a Praça Tamandaré, no Setor Oeste, transformou-se no ponto de diversão da juventude: existiram, ali, o bar Azambuja, o Siryus, o Tot's, a Boate Number One, o Salloon, o Dom Quixote, entre outros.

Nesse período, devido ao rápido crescimento da cidade, o trânsito se tornou um pouco mais conturbado, o que Eliézer Oliveira relata em seu livro:

“Gradualmente, as ruas de Goiânia foram sendo cada vez mais ocupados por carros. Em 1958, houve a necessidade de instituir-se no quadro da polícia a Guarda de Trânsito de Goiânia, que teve muito trabalho, pois os atropelamentos tornaram-se rotineiros. [...] De qualquer forma, o automóvel simboliza modernidade para a juventude elitista de Goiânia. Em 1970, havia mais de 14 mil veículos de passeio licenciados; em 1975 esse número chegava a quase 40 mil (em 1968 foi aprovada a lei que obrigava a construção de garagens nos edifícios centrais de Goiânia); em 1982 circulavam pela cidade mais de 100 mil carros. Neste período dos anos 60 e 70, começou a acontecer a verticalização da cidade, os primeiros edifícios altos surgiram no Centro na década de 60 e mais no final da década de 70, surgiam também no Setor Oeste. Oliveira assim descreve sobre tal verticalização: “De qualquer modo, muitos preferiram a nova forma de morar: no ano de 1982, foram construídos mais de 4 mil apartamentos em Goiânia, o que provocou na paisagem urbana: em 1969 existiam 169 edifícios na cidade; dez anos depois eles já eram 1.815. [...] Dentre os primeiros, destacavam-se o Centro Administrativo, inaugurado em 1973, em cuja sombra foi colocado o Palácio das Esmeraldas. No ano de 1974 foi inaugurado o Autódromo Internacional de Goiânia e um ano depois, o Estádio Serra Dourada”. (Oliveira, 2003, p. 29, 30 e 31).

Nessa época, mais precisamente no início dos anos 1970, foi construído o Parque Infantil do Mutirama, na Avenida Araguaia, dentro do Bosque do Botafogo.

Desde os anos 1950, a Faculdade de Direito já existia em Goiânia, funcionando até os anos 1960, na Rua 20, no Centro. Em 1954 foi criada a Universidade de Goiás, mantida pela Igreja Católica, com a junção das Faculdades de Filosofia, Direito e Serviço Social. Em 1960, foi fundada a Universidade Federal de Goiás, tendo 5 faculdades; Farmácia, Odontologia, Engenharia, Medicina, Conservatório de Música e a antiga Faculdade de Direito. Nos anos 1970 surgiu a Faculdade Anhanguera, na Vila Canaã. Também no final dos anos 1970 foi criado o Campus II da Universidade Federal, na região norte da cidade, na saída para Nerópolis.



Fig. 37 - Foto aérea do Centro de Goiânia, na década de 1970 com destaque para Catedral.
Fonte: Oscar Sabino Júnior (1980)

Nesses anos 1960 e 1970, muitos outros colégios também surgiram na cidade para implementar a educação desde o nível fundamental até o nível médio, dentre eles citamos o Colégio Maria Auxiliadora, o Agostiniano, o Instituto Araguaia, o Educandário Goiás, o Pedro Gomes, o Externato São José, o Objetivo, o Carlos Chagas e muitos outros.

Nos anos de 1980, 1990 e anos 2000, a cidade cresceu num ritmo bastante rápido, se expandindo para todos os lados, principalmente nas regiões sul e sudoeste. Novos bairros surgiram, devido à necessidade de moradia da população sempre em crescimento, inclusive, acontecendo a conurbação de Goiânia com Aparecida de Goiânia, na região sul da cidade, após o morro da Serrinha. Em 1980, a cidade contava com uma população total de 717.948 habitantes, em 1991 com 922.222 habitantes e em 2000 com 1.090.737, conforme o Censo do IBGE. No final dos anos 1990 e início dos 2000, proliferaram-se por diversos bairros da cidade uma grande quantidade de faculdades particulares. Dentre elas, citamos a Faculdade Universo, a Alfa, a Cambury, a Avila, a Araguaia, a Fac-Lions e outras.



Fig. 38 - Centro de Goiânia, mostrando na Av. Goiás, na década de 1980.
Fonte: Projeto Goiânia (2006)

Como consequência desse crescimento, houve uma grande verticalização na cidade. Nos anos 1980 aconteceu um aumento na verticalização no Centro e no Setor Oeste. No final dos anos 1980 iniciou-se no Setor Bueno e nos 1990, no Setor Bela Vista, Nova Suíça, Setor Universitário e Setor Aeroporto. Nos anos 2000 se espalhou pelo Jardim América, Jardim Goiás, Parque Amazonas, Residencial Eldorado, Alto da Glória e pontualmente em outros bairros. Surgiram também no final dos anos 1990, os condomínios residenciais horizontais, que se proliferam com maior intensidade nos anos 2000.



Fig. 39 - Foto da região central de Goiânia em 2004.
Fonte: Jornal O Popular em 24/10/2004.

Os *shoppings* também surgiram na cidade nos anos 1980, com a construção do *Shopping Flamboyant*, nos anos 1990 surgiu o *Shopping Bougainville*, posteriormente o *Goiânia Shopping* e na divisão com Aparecida de Goiânia, o *Buriti Shopping*. Nos anos 2000 surgiu no centro da cidade o *Banana Shopping*. Além desses surgiram, e estão surgindo, novos *shoppings* em várias regiões da cidade. Os *shoppings* passaram a ser além de novas opções de compra, uma nova opção de lazer para os goianienses, inclusive com praças de alimentação e inúmeras salas de cinema.

No centro da cidade começava a acontecer, naquele período, um processo de degradação e marginalização. Muitos comerciantes se mudaram para outros bairros que ofereciam melhores e mais modernas condições de conforto urbano e também para os *shoppings*, que passaram a ser uma boa opção para os consumidores da classe mais abastada da população. Os profissionais liberais seguiram também esse mesmo caminho, contribuindo para o enfraquecimento do centro como pólo gerador comercial e de prestação de serviços da cidade.

Do Centro, também os setores de lazer entretenimento se mudaram, principalmente a partir dos anos 1990, os grandes cinemas foram quase todos fechados ou se transformaram em templos religiosos, os bares e restaurantes quase todos se transferiram para os setores Bueno, Marista e Oeste. Os cinemas que ainda continuam instalados no Centro são o Cine Astor, o Cine Santa Maria, o Cine Fênix, o Cine Apollo, o Cine Ritz e bem recentemente os cinemas do *Banana Shopping*, sendo que os quatro primeiros relacionados só apresentam filmes eróticos e pornográficos, e o restante como os Cines Capri e Casablanca se transformaram em igrejas evangélicas e o Cine Frida em estabelecimento comercial. Dos bares e restaurantes ainda continuam o Café Central, as Pizzarias Scarolla e Cento e Dez, Churrascaria Los Pampas, além de alguns outros estabelecimentos do gênero.

Os hotéis do Centro da cidade ainda continuaram a existir e a possuírem a sua clientela cativa, mas novos hotéis mais modernos e confortáveis surgiram na cidade, principalmente nos setores da região sul. Dentre eles, citamos o Castro's Hotel, o Papillon Hotel, Adress Hotel e o Confort Suítes Hotel, entre outros.

Nesses anos foram também construídos o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, no Centro, mais precisamente na Rua 4, no local onde

existia o hospital Santa Casa de Misericórdia. Nos anos 1980 foi também instalado nas antigas “Caixas D’água” do Setor Sul, na Rua 94-A, o Centro Cultural Martin Cererê. No Setor Campinas foi instalado no antigo Convento dos Padres o Centro Cultural Gustav Ritter, que abriga a Orquestra Filarmônica de Goiás e uma escola de música e dança. O Centro Cultural Marieta Telles foi instalado no antigo prédio da Secretaria-Geral, na Praça Cívica, ao lado do Palácio das Esmeraldas, contendo galerias de artes, biblioteca, e o Cine Cultura. Mais recentemente, já nos anos 2000 foi construído o Centro Cultural Oscar Niemeyer, no trevo da BR-153, com a GO-020, próximo ao *Shopping Flamboyant*, que conta com Biblioteca, Teatro, espaços para Exposição e outros eventos.

Vários parques e áreas verdes foram criados, ou revitalizados, naquele período, dentre eles citamos o Jardim Botânico, o Parque Vaca Brava, e foram revitalizados o Parque Botafogo e dos Buritis.

No Centro da cidade, em nome do progresso, vários monumentos e edificações foram destruídos ou descaracterizados, como o Coreto da Praça Cívica, em estilo *Art Déco*, o Obelisco, marco inicial de Goiânia, no centro da Praça Cívica foi retirado nos anos 1960 para a colocação do Monumento às Três Raças a casa onde foi o primeiro Palácio do Governo, na Rua 20, assim com as suas vizinhas, que formavam um interessante conjunto arquitetônico, foram demolidas para a construção de prédios residenciais. O Mercado Central foi demolido, para se construir um edifício de escritórios e garagens para veículos, denominado *Parthenon Center*, a Santa Casa de Misericórdia, também demolida para a construção do Centro de Cultura e Convenções, sendo que a Capela Nossa Senhora das Graças, anexa a ela, permaneceu, devido a insistentes pedidos da população e intelectuais da época, que pediam a sua permanência. Os jardins da Avenida Goiás foram retirados para dar lugar a um grande calçadão. Felizmente, alguns monumentos foram revitalizados e fazem parte do acervo urbano de Goiânia, como foi o caso do Coreto da Praça Cívica, que foi reformado e voltou a ter as suas características originais, outro local também revitalizado foi o canteiro central da Avenida Goiás, voltando a ter o mesmo aspecto urbanístico e paisagístico da época da construção de Goiânia. A Praça Cívica, também foi revitalizada no final dos anos 1990, com a reforma de seus jardins, fontes luminosas, postes de iluminação que remontava aos da época da fundação da cidade, mas há pouco tempo esses postes de iluminação

foram retirados, não se sabendo para quê e para onde foram, as fontes também pararam de funcionar, e a revitalização feita foi degradada devido à retirada desses equipamentos e pela falta de manutenção adequada de toda a praça, pelos órgãos públicos competentes.



Fig. 40 - Foto do Coreto da Praça Cívica, Centro, em 2006.
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Oliveira relata, em seu livro, sobre esses monumentos, praças e edifícios da cidade:

“De modo geral, a tônica determinante na história de Goiânia, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, foi o desrespeito às tradições históricas em nome do progresso. [...] Nos anos 90, a preservação dos monumentos históricos, assim como a questão ambiental, não podiam continuar, sendo tratadas com indiferença por qualquer pessoa com ambições políticas. Em 1998, foi inaugurada a primeira etapa do projeto de revitalização do centro histórico da cidade e a Praça Cívica retornou sua aparência dos anos 50, com as fontes luminosas e com seus períodos, que recuperaram o estilo *déco* original”. (Oliveira, 2003, p. 50 e 51).

No ano de 2002, o Centro e também o bairro de Campinas da cidade tornaram-se um pouco mais protegidos, com o tombamento pelo IPHAN de diversas edificações, monumentos e traçado urbano do núcleo pioneiro da cidade, trabalhando, assim, para a preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e da memória sociocultural da cidade de Goiânia.

4. OS PLANOS DE REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO PARA GOIÂNIA

Embora seja recente a utilização de uma metodologia de intervenção urbana no Brasil, já temos alguns exemplos de revitalização urbana em algumas cidades. No Rio de Janeiro (RJ) são exemplos de revitalização os projetos “Corredor Cultural”; “Projeto Quadras da Lapa” e “Projeto Distrito Cultural da Lapa”. Em Salvador (BA) tem-se o “Projeto Reviver”, com a recuperação do Pelourinho. No Recife (PE) é exemplo o “Plano de Reabilitação do Bairro do Recife”. Na cidade de São Paulo (SP) pode ser citado o “Projeto de Revitalização para a área central da cidade de São Paulo”. Já em Belém (PA) nota-se o impacto do projeto “Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana”, enquanto em Porto Alegre (RS) registra-se o “Projeto Monumenta: a estratégia dos eixos em seu centro histórico”. No caso de Goiânia, embora em fase parcial de implantação, tem-se o projeto da cidade de Goiânia (GO) por meio do Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, e o “Projeto Cara Limpa”.

No mundo, também várias cidades como Barcelona, na Espanha; Copenhague na Dinamarca; Paris na França; Portland nos E.U.A, já passaram por esse processo de intervenção urbana, apresentando resultados positivos nas áreas onde houve as intervenções.

Segue, então, uma síntese das propostas de intervenção apresentadas para a cidade de Goiânia.

4.1. Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2

Goiânia, capital do Estado de Goiás, no final dos anos 1990 foi contemplada com a confecção desse projeto. Com a implantação do projeto - “Goiânia 21: Operação Centro”. Espera-se que a toda a cidade seja beneficiada,

pois com a revitalização do Centro a qualidade de vida nessa área da cidade será melhor. Serão preservados também muitos monumentos e edificações de grande interesse histórico, arquitetônico e urbanístico. A memória arquitetônica da cidade será preservada.

Esse Projeto foi pensado para ser desenvolvido em duas etapas. O primeiro estudo foi feito no Governo Municipal do Prefeito Nion Albernaz, pela equipe do Instituto de Planejamento Municipal (IPLAM), atual SEPLAM, e obteve a colaboração do Grupo Quatro S/C Ltda, escritório de arquitetura e urbanismo de Goiânia. A primeira etapa denominou-se Projeto Goiânia 21, Operação Centro. Essa etapa realizada em 1997 teve um caráter mais amplo, à medida que não se realizou uma análise mais aprofundada do Centro, limitando-se a levantar seus problemas e possíveis soluções.

A segunda etapa denominou-se “Projeto Goiânia 21: Operação Centro – Etapa 2”. Segundo Silva (2000), o projeto:

“Foi desenvolvida pelo Grupo Quatro no ano de 1998, e outros profissionais das mais diversas áreas que fizeram uma coleta de dados acerca dos problemas e, ao mesmo tempo, apontaram as soluções consideradas mais eficazes e mais próximas da realidade atual da cidade”. (Silva, 2000, p. 88).

Com base nesse projeto, foram propostos 21 subprojetos estruturantes para a área central da cidade, visando suprir as suas carências e demandas identificadas.

O presente trabalho limitar-se-á à Etapa 2 do Projeto Goiânia 21, que será a referência seguida pela prefeitura da cidade, no momento de sua execução.

Esse projeto apresenta um objetivo básico que é de:

“Buscar soluções efetivas para o Centro da cidade de Goiânia. A área central tem sido motivo de descontentamento por parte dos goianienses, pois percebe-se, com nitidez, que ela vem amargando um processo crescente de deterioração que está em seu limite máximo de suportabilidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que este documento tem caráter de urgência”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia Grupo 4, 1998, p. 8).

O Projeto foi dividido em duas partes: problema e solução. O problema foi tratado com profundidade, procurando compreender a sua natureza e especificidade. Esse processo denominou-se de “compreensão do problema”, buscando identificar as principais causas, denominadas de “impactos”.

A partir das análises e estudos desses problemas:

“Acreditamos que existe um cenário alternativo para o Centro, desejamos que ele não permaneça apenas ao nosso mundo onírico. Podemos afirmar com todo o respaldo técnico, que ele é possível se, verdadeiramente, for um fruto da vontade coletiva. Nesse sentido, elaboramos um plano de ação que funcionaria como âncora para as intervenções. Neste plano estão contidos 21 projetos estruturantes para a área central. Procuramos, por meio deles, atender a todas as carências e demandas identificadas”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia . Grupo 4, 1998, p. 9).

4.1.1 Compreensão do problema

Goiânia é uma cidade que surgiu no século XX, fruto, portanto, de uma mentalidade desenvolvimentista, cujo progresso falou mais alto do que muitos conceitos e práticas importantes para uma adequada conservação da cidade. Essa possui uma realidade paradoxal; por um lado não valoriza os bens culturais produzidos num passado recente e, por outro, por repetir soluções urbanas anacrônicas.

“Várias manifestações importantes da arquitetura do nosso século, *art déco*, arquitetura neocolonial, normanda e modernista ocorreram em Goiânia. Muitas dessas obras foram destruídas e outras estão em franco processo de destruição. Em nome de um passado recente, seu valor artístico e histórico não foi investigado” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2”. Goiânia: Grupo 1998, p.11).

O desenho urbano original da cidade resultou numa cidade agradável, mas com o seu crescimento o desenho dos novos bairros não acompanharam tal sofisticação, resultando em uma impressão visual monótona, sem criatividade e arrojo, sem marcos significativos e locais que causem impactos e surpresas, ou seja, a cidade de Goiânia ficou sem identidade própria.

O Centro é um espaço público que, conseqüentemente, apresenta problemas, os quais devem ser solucionados. Trata-se de um quadro que exige análises, e soluções coerentes com as suas necessidades. O Centro é um local considerado também natural de núcleo, aconchego, e que, portanto, deve ser apreciado e usufruído com prazer. Daí, a importância para que ele volte a ter tais características.

“Fala-se muito da perda de função, em deterioração física, falta de acessibilidade e dificuldade de circulação de pedestre. Uma identificação mais acurada dos problemas do Centro passa, necessariamente, pela compreensão da natureza do processo que produz determinados efeitos. Essa natureza é a chave para diagnósticos coerentes e precisos”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2”. Goiânia : Grupo 4, 1998, p. 12).

A perda de competitividade e deterioração do Centro pode ser entendida a partir de três aspectos principais: transformações, substituições e alterações.

Tais fenômenos fazem parte do dinamismo da vida e das relações que a permeiam.

Esses três aspectos apontados geram impactos positivos e negativos na população, que acarretam modificações junto à população e à paisagem.

Alguns “impactos”, ou causas dos problemas do Centro, foram ressaltados nesse projeto, para fins de análise do centro da cidade, e compreensão de sua realidade, de forma a possibilitar a apresentação de propósitos. Os impactos foram: impacto na população; no cenário; na acessibilidade e mobilidade; na estrutura econômica; nas atividades de cultura e lazer; no uso do solo, o qual foi dividido em 9 áreas (área 1 – Coreto; área 2 – Anhanguera; área 3 – Paranaíba; área 4 – Catedral; área 5 – Buritis; área 6 e 8 – Estádio Olímpico e Botafogo; área 7 – Independência; área 9 – Praça dos Trabalhadores).



Fig. 41. Mapa do Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, Uso do Solo
 Fonte: Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2 (1998)

- **Impacto na População:** o Centro está perdendo o seu caráter habitacional. Ele foi dividido no projeto em quatro áreas: Centro Histórico, Catedral, Buritys, Bairro Popular, entre as Avenidas Araguaia, Tocantins e Rua 4 se situa o Centro Histórico. Houve aí um processo e substituição da população permanente pela transitória, onde menos de 13% dos lotes são dedicados à habitação. A tendência predominante é do comércio e prestação de serviços. As habitações estão sendo substituídas pelo comércio, acontecendo um grande esvaziamento da população no período noturno.

“Verifica-se, também, que a faixa de renda da população transitória mudou. Alternou-se as classes média e alta por outras de menor poder aquisitivo, ditas c e d. Essa substituição transformou a tipologia do comércio. Com outra demanda, outro tipo de produto é oferecido. Os edifícios de escritório da região, por exemplo, as ainda remanescentes das décadas de 60 e 70. [...] A região do centro histórico, abriga, ainda um potencial considerável para novos edifícios de escritórios e serviços.” (Projeto Goiânia, 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 13 e 14).

Na região da Catedral e dos Buritis, não houve troca da população, mas o casario em grande parte foi substituído por prédios habitacionais.

Na região dos Buritis tem pouco movimento noturno e na da Catedral é um pouco mais intenso. Nessas duas áreas houve uma perda de patrimônio e o trânsito se tornou mais lento.

“As regiões dos Buritis e Catedral são igualmente estáveis do ponto de vista do equilíbrio populacional. Em relação ao lazer, proporcionado por equipamentos públicos, as imediações do bosque são mais bem servidas. Concentram-se ali: O Bosque dos Buritis, Feira Livre, o Teatro Goiânia, o Museu Pedro Ludovico e o Jôquei Clube”. (Projeto Goiânia 21, Operação Centro. Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 15 e 16).

Na área do Bairro Popular, a área situada entre as ruas 68 e 74, não houve substituição da população, e as habitações estão sendo substituídas por comércio, serviços e edifícios. Na área entre as ruas 68, 74 e Avenida Contorno não se teve um processo de substituição significativo, apenas o envelhecimento das habitações.

“O Parque Mutirama e Botafogo premiam a região com um potencial de lazer muito grande. Soma-se a isso as pracinhas internas, elementos qualitativos importantes para a vida cotidiana. O bairro guarda, ainda, em seu casario, muito da história original de Goiânia. O envelhecimento e a descaracterização – por acréscimos e pequenas adaptações – dessas casas é um processo reversível, desde que, reconhecido seu valor histórico e de rememoração; haja uma estratégia coerente. A participação e a concordância dos moradores é fundamental” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 17).

- Impacto no Cenário: Dentre os vários impactos ressalta-se o traçado viário do Centro que está praticamente intacto. O que mudou foi a morfologia da construção original, com edificações mais altas e de maior porte. Os edifícios das primeiras gerações da cidade foram descaracterizados pelo grande número de letreiros, com propaganda externa, apresentando uma grande poluição visual, proveniente das atividades do comércio, do mobiliário urbano, da sinalização, de passeios destruídos e da má iluminação pública:

“Esse impacto de poluição visual só é amenizado pelas árvores. Por causa delas na Avenida Goiás, da Praça Cívica à Paranaíba, existe uma visibilidade mais homogênea. Elas permitem uma leitura mais focalizada e compreensível do espaço, embora haja uma desorganização total nos seus

limites e nos seus passeios. A árvore é um elemento, nesse caso, predominante do ponto de vista do conforto climático e visual [...] Apesar desse cenário, próximo do caos, o centro é extremamente ativo”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 20).

As vielas também formam áreas desperdiçadas, constituindo-se em becos necrosados do tecido urbano, sendo que seu potencial é enorme. O desconforto dos pedestres também é grande, dado o número excessivo de ambulantes em alguns locais do Centro.

“A desmotivação das pessoas para irem ao Centro da Cidade não é causada pela falta de estacionamentos. O verdadeiro motivo do desprestígio é a ausência de conforto físico e visual. Não existe incentivo para a permanência da população, no centro, à noite. Há uma desordem brutal na iluminação; um jogo desconexo de luz e sombra, luz em cima de árvore, sombra de Árvore no chão. O resultado é um cenário lúgubre e inseguro”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 25).

Existe, ainda, um grande número de estacionamentos nos lotes vazios, onde várias construções importantes foram substituídas por esses estacionamentos, causando uma grande baixa no patrimônio construído.

- Impacto na acessibilidade e mobilidade: uma das principais dificuldades enfrentadas no Centro, trazendo como resultado a deterioração e perda da competitividade, é a falta de acessibilidade e a dificuldade de circulação de pedestre. Porém, o aumento da acessibilidade demandava a construção de mais garagens, ocasionando a perda do casario. Não há carência de locais e vagas para estacionamento no Centro.

“O Centro reserva 6% de sua área para veículos estacionados. Christopher Alexandeer, autoridades no assunto recomenda para que áreas comerciais ou residenciais não se deterioreem – que o estacionamento não exceda a 9% da área total.” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 31).

O acesso ao Centro é satisfatório em relação ao sistema de transporte coletivo e de veículos particulares.

“Ao longo da história da cidade, principalmente na área central – a implantação desses eixos (transporte coletivo na Avenida Anhanguera e Avenida Goiás) causaram impactos positivos quanto à engenharia de

transportes. Em relação à paisagem e às características viárias, os impactos foram extremamente negativos. Soma-se a isso, o fato desse sistema de apresentar mais carregado no centro, sobretudo na Praça Cívica, Av. Araguaia e Av. Tocantins” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 33).

Os pedestres encontram-se prejudicados quanto à sua mobilidade no Centro, devido à diversidade de atividades desenvolvidas nos passeios públicos – muitos ambulantes, bancas, letreiros e mobiliário urbano.

“As péssimas condições para a mobilidade do pedestre, foram devidos à emissão do poder público e iniciativa privada. Faltou manutenção e restauração, mais ainda, os investimentos que foram feitos no centro da cidade dirigiram-se exclusivamente a implantação do sistema de transporte e ordenamento do sistema viário”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 36).

O trânsito no Centro atualmente sofreu alteração e prejuízos quanto à mobilidade, mais isso deve ser revisto pela engenharia de trânsito, porque relaciona-se mais ao fator de organização.

- **Impacto na estrutura econômica:** dois impactos foram identificados nesta área: o primeiro refere-se à implantação do sistema integrado de transporte coletivo, e o segundo diz respeito à migração da classe média para bairros mais elegantes.

“O crescimento da população de rendas média e alta – e sua “opção” para morar nos setores sofisticados e nos condomínios horizontais fechados – contribuíram para mudanças significativas na tipologia dos bens e serviços ofertados e sua distribuição espacial pela cidade” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 39).

No Centro houve uma transformação da tipologia do comércio e serviços, onde as vendas de produtos e serviços mais baratos tornou-se a realidade, além do excessivo aumento do comércio informal (ambulante).

“É preciso incentivar a implantação de pólos de escritórios inteligentes, teleporto, espaço eletrônico ou “ciber espaço”, como é denominado. Tudo isso cabe, perfeitamente, no centro da cidade [...] A falta de locais de interesse público – que comportariam a arte urbana e atividades noturnas de cultura e lazer – conjugada com a destruição do patrimônio histórico e cultural faz de Goiânia uma cidade sem vocação turística. O turismo não é considerado uma atividade econômica de relevância”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 42 e 43).

Percebe-se, ainda, um aumento no número de estacionamentos particulares, com a substituição do casario.

- Impacto nas atividades de cultura e lazer: Em Goiânia falta à arte do desenho, da arquitetura, da música; enfim, a arte urbana. O patrimônio histórico, artístico e paisagístico está semi-abandonado e sofrendo depredações constantes.

“Encontram-se espaços para manifestações culturais mais sofisticadas. Estão disponíveis: O Teatro Goiânia, o Espaço Cultural Octo Marques, O Museu de Arte de Goiânia, a Academia Goiana de Letras e outros. A clientela desses locais, porém, é específica e minoritária tornando a abrangência, dos eventos, bastante restrita. [...] Esta clientela não frequenta o Centro. [...] Não existe, para o público do Centro, um pequeno teatro, um auditório [...] doe-se dizer, também, que a região central não dispõe de locais para eventos que promovam a sociabilidade” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 54 e 55).

O Centro está carente de manifestações de arte popular, seja na rua, na praça ou no parque. Tais manifestações precisam acontecer rotineiramente e com frequência. O maior impacto nas atividades culturais é a segregação imposta ao público, isto é, as pessoas de baixa renda, pois elas são as maiores frequentadoras do Centro:

“Os parques e o lazer são também precários no Centro, Eles existem, como é o caso do Parque dos Buritis e do Botafogo, porém carecem de infraestrutura. Existe também o Teatro Goiânia, o Museu de Arte, entre outros, mas a clientela é muito específica e minoritária. A praça Pedro Ludovico ou Praça Cívica, durante o dia é um grande estacionamento e à noite um vazio inseguro, O Centro Olímpico é um potencial de esporte e lazer, mas está muito mal conservado.” (Silva, 2000, p. 101).

No Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, foi analisada a organização do **Uso do Solo**, definindo-se que existem nove áreas homogêneas quanto a tipologia das atividades a elas inerentes.

A área 1 - Coreto - é formada pelas avenidas Tocantins, Araguaia, Rua 3 e Praça Cívica. Possui alta incidência de serviços financeiros, prestação de serviços; é onde os casarios estão sendo substituídos por garagens. O potencial para esta área é a construção de edifícios inteligentes, hotéis-residência e a transformação de garagens em área de lazer urbano.

A área 2 - Anhanguera - é formada pelas Ruas 3 e 4 até a Avenida Paranaíba. Tanto a Leste como a Oeste, constitui-se uma área de atividades econômicas intensas. O comércio é a principal atividade, mas além dele a área dispõe de um potencial para possibilitar a permeabilidade da circulação de pedestres, através de galerias e vielas, formando um conjunto urbano harmônico.

Área 3 - Paranaíba - está inserida entre a Avenida Paranaíba e a Rua 4. É de uso misto: comércio, habitação e serviços. Existem muitas garagens e restaurantes populares que deterioram a área, além de muitas escolas. Deve-se propor a revitalização do entorno da Avenida Paranaíba, onde há um grande fluxo de veículos.

Área 4 - Catedral - situa-se entre a Rua 10, Alameda do Botafogo, Rua 3 e Avenida Araguaia. Existem aí muitos edifícios públicos e particulares, além de habitações unifamiliares, principalmente na região da Alameda do Botafogo. O que falta nesta área são equipamentos de lazer.

Área 5 - Buritis - espaço composto pela Avenida Tocantins, Alameda dos Buritis, a Rua 26 e Rua 3. O uso é misto, com predomínio habitacional verticalizado. Existem também atividades de comércio e prestação de serviços, possuindo alguns equipamentos de lazer.

Áreas 6 e 8 - Estádio Olímpico e Botafogo - está inserida no “Bairro Popular”, atualmente Centro. A habitação unifamiliar é predominante, contando com pequenas praças que dão um caráter unifamiliar ao local. A área do Botafogo requer uma intervenção maior, permitindo um adensamento de médio uso misto, com pequenos prédios, semelhantes às *manzanas* espanholas. A área do Estádio Olímpico merece uma revitalização histórica, para manter o caráter popular da origem da cidade.

Área 7 - Independência - Os principais eixos desta área são a Avenida Goiás e Ruas 78 e 64. A sua tipologia é de uso misto, onde predomina o ramo de materiais elétricos e eletrônicos. Próximo às ruas 70 e 72 já existe uma tipologia de uso misto. Existem muitas residências construídas ainda nas décadas de 1940 e

1950, além de prestadores de serviços, como por exemplo, editoras, gráficas e muitas igrejas evangélicas no local.

Área 9 - Praça do Trabalhador - é o trecho compreendido entre a Avenida Independência, a Rua 74, Avenida Oeste e a Rua 44. Apresenta uma tipologia diferente de toda a área central, e é onde situam-se o antigo prédio da Estação Ferroviária, marco importante da história da arquitetura da cidade.

Em síntese, foram feitas algumas observações gerais sobre o Centro, e o projeto Goiânia 21 explica-o assim:

“Os habitantes da área central não vão ao centro histórico no período noturno e finais de semana por falta de atrações como beleza, conforto e segurança. Esta baixa visitabilidade se explica pela péssima imagem que a população tem do local. São vários os fatores entrelaçados entre si e não excludentes, necessários para se formar um ambiente agradável de se estar. Os bares, restaurantes, cinemas, atividades culturais, e ventos, pessoas circulando podem voltar ao cenário do centro. Para que isso ocorra, deverá existir uma atividade econômica dinâmica no período noturno, funcionando como âncora para a agregação de pessoas circulando, com segurança e conforto: como acontece no shopping. Apesar de todas as dificuldades promovidas pela segregação institucional, o centro histórico de Goiânia continua vivo, dinâmico e esperançoso durante o dia”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 52 e 53).

A partir do estudo dos impactos, o Projeto Goiânia 21 apresenta a Qualificação dos Impactos, que tem por objetivo sintetizar as qualidades e defeitos observados. Essa qualificação foi elaborada de forma a identificar os impactos mais positivos, os positivos, os médios, os negativos, e os mais negativos. Dentre os fatores analisados, citaremos alguns, como: traçado viário, paisagismo, acessibilidade, mobilidade, atividades, trânsito, transporte, garagens, patrimônio histórico, cultura, lazer, educação, segurança, arquitetura e arte, comércio informal e outros.

Em função da análise desses impactos, deve-se considerar dois aspectos. O primeiro visa caracterizar as tendências e evoluções principais da área central e o segundo. Definir os problemas principais e suas causas”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 54).

As tendências e a evolução da cidade estão vinculadas ao urbanismo, e deve-se ficar muito atento a elas. No Projeto Goiânia 21, Etapa 2, cada tendência foi

explicitada. Aqui apenas serão citadas tais tendências, pois a intenção é deter-se, daqui em diante, nas propostas ou soluções para a revitalização do Centro de Goiânia. As tendências então são: população; atividade econômica; perda da memória; desordem; arte urbana; desenho; investibilidade; tráfego; espacialização das atividades econômicas; estratificação social; americanização do Centro; participação; caráter residencial; relação causa e efeito; problemas de identidade; problemas de qualidade do espaço público; problemas de Legislação; quanto à articulação intergovernamental; quanto ao comércio informal; problemas de segurança; problemas de cidadania; problemas com o pedestre; problemas com ocupação da rede hoteleira e problemas de desperdício.

4.1.2 Cenário alternativo para o Centro

Nesta etapa do projeto definiu-se o que se pretende para o Centro da cidade, ou o que pode ser feito para que a Revitalização deste aconteça com sucesso. Isto é, de acordo com a vontade popular, das técnicas e das autoridades competentes, para que com a participação de todos se chegue a um bom resultado.

Com isso, pretende-se que o Centro seja um local democrático para ser usufruído por toda a população, de qualquer classe social. Nesse sentido, o projeto propõe que se faça como se foi feito no Rio de Janeiro dizendo:

“Para viabilizar este projeto será necessário imitar o governo municipal do Rio de Janeiro: “acabar com a permissividade, o descaso, a conivência com a desordem urbana” que provoca a espacialização da nova das atividades econômicas”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 63).

Os cidadãos também têm direito ao Centro e, para tanto, deve-se melhorar o desenho do espaço público, das edificações privadas e a preservação do patrimônio histórico. O Centro deve oferecer à população segurança, conforto, recreação, através de eventos, oferecer serviços de qualidade para empresários, moradores e visitantes, melhorando também sua infra-estrutura para acompanhar as novas exigências sociais e econômicas.

Por meio da interpenetração desses objetivos novas perguntas surgiram a respeito do Centro. Dentre elas citamos como implantar, ajustar e incentivar

modificações? Como melhorar a imagem do Centro? Como incentivar a participação das pessoas e da iniciativa privada, com a finalidade de reverter o processo de deterioração?

“As respostas a estas perguntas está na criatividade. Ela é imprescindível para se formular ações integradas no sentido de melhorar a habitabilidade, investibilidade e vistabilidade. Estas ações serão fundamentadas no bojo de uma estratégia principal: gestão compartilhada com bases no urbanismo de comunicação, tal procedimento é baseado nos métodos do urbanismo de Yan Paul Lacaze. Sua metodologia é gestão compartilhada, com fundamentos na intensidade do processo participativo” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p.64).

O Projeto propõe que se deve realizar uma gestão compartilhada, onde o processo participativo deve ser intenso de acordo com os seguintes parâmetros: informar a população sobre o Projeto; estudar o plano para o Centro; aceitar a partilha de decisões; o gerenciamento das intervenções deve ser feito pelo Governo e sociedade em geral. A intenção é que o público em geral e os profissionais envolvidos sejam sensibilizados, criando-se assim uma boa imagem do Centro. Para que essa imagem seja forte e facilmente identificável, deve-se distinguir três níveis de ações:

“1- Comunicação imagética do Centro com o restante da cidade;
2- Tratamento especial para o espaço urbano, apelando para a arquitetura, desenho urbano, monumento e arte.
3- Elaboração direta de projetos e não de planos, trata-se da tradução de uma vontade política afirmada com clareza”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia : Grupo 4,1998, p.65).

Esses projetos a serem elaborados devem apresentar os seguintes objetivos: caráter do lugar; estrutura de animação; infra-estrutura e superestrutura; o trânsito e o tráfego; serviços.

Buscando sintetizar tais objetivos, pode-se dizer que o Centro deve ter um programa de arte urbana; uma área para recreação e esporte bem dinâmico; um Teleporto que viabilizará a educação à distância, como TV a cabo, videoconferência etc.; maior respeitabilidade entre veículos e pedestres e uma melhor adequação do tráfego, além do reestudo da tecnologia do transporte público. Quanto aos serviços, há necessidade de mais conforto e segurança para o Centro, com uma patrulha ambiental, policiamento, bombeiros, limpeza pública etc.

4.1.3 Plano de Ação

Todas essas idéias apresentadas até agora no projeto devem ser colocadas em prática através de um plano de ação. Optou-se, então, pela confecção de projetos estruturantes, cujas intervenções urbanísticas deverão ser amplamente discutidas com a sociedade. Esses projetos estruturantes são ao todo vinte e um (21), dividindo o Centro em vários espaços, que com a sua implantação, vão viabilizar os objetivos almejados no projeto.

O projeto Goiânia 21, Etapa 2 propõe estas ações ou projetos estruturantes dizendo que :

“A ação deve configurar um firme propósito de promover mudanças. Mudar significa intervir com consciência, determinação e vontade política. Para transformar a área central optou-se por uma metodologia semelhante a do Rio Cidade, que visa chegar a obras qualificadas: “capazes de promover, no público, mudanças de comportamento frente à desordem urbana.” Intervenções que introduzissem, por sinergia, iniciativas similares de outros agentes sociais, potencialmente capazes de, em conjunto, gerar efeitos multiplicadores sobre o tecido urbano. Não havendo recursos financeiros e gerenciais para intervir no todo, cabia promover ações localizadas e exemplares, conquanto coerentes, entre si e com o objetivo estratégico definido”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p.67).

A intenção é que se viabilize concursos públicos abertos a profissionais que trabalhem nessa área para que esses apresentem suas propostas e a que melhor se adequar aos espaços seja a escolhida e implantada no local. Esses projetos, através do Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, visam fazer do Centro um espaço urbano, na medida do homem, dando melhor qualidade de vida para os usuários, humanizando o Centro da cidade, para que este seja um local mais confortável e aprazível para a população.



Fig. 42 - Mapa do Plano de Ação do Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2.
Fonte: Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, (1998).

Os Projetos Estruturantes são os seguintes:

1) Projeto Avenida Goiás - é a própria Avenida Goiás, criando ali um espaço de atividades de lazer, alimentação e prestação de serviços.

“A Avenida Goiás é o único eixo viário da área central que possui identidade. [...] a intenção é criar um extenso espaço de sociabilidade, semelhante ao da “La Rambla de Catalunya”. Essa ocupação deverá ser enfocada, também, enquanto limite entre o público e o privado. O caráter da Avenida Goiás é simbólico, pode-se dizer que é um eixo histórico. Nesse sentido, sua finalidade será integrar o projeto “Praça Pedro Ludovico” ao projeto “Praça dos Trabalhadores”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 67 e 68).

2) Projeto Praça Pedro Ludovico (Cívica) - torná-la um local de atividades culturais de todos e transformar o estacionamento existente num espaço lúdico, para eventos a céu aberto, para toda a população.

“A intenção deste projeto será torná-la, com o tempo, um local de atividades culturais em todos os níveis, já existe uma tendência para isto. O Museu e o Centro Cultural Marieta Telles dão significado a essa potencialidade. O Palácio das Esmeraldas poderá se tornar um Museu da História de Goiás; os demais prédios, bibliotecas, centro de audição musical e outros, com atividades afins”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 68).

3) Projeto Praça dos Trabalhadores - melhorar o paisagismo local, e valorizar o antigo edifício da Estação Ferroviária, e a criação de dois centros, o Centro de Evento Popular e o Centro de Cidadania e Comércio Popular.

4) Projeto Shopping Aberto - melhorar o potencial das vielas entre as Ruas 3, 4 e Avenida Anhangüera, melhorando o comércio local e criando galerias interligadas com as vielas, devidamente urbanizadas com o propósito de melhorar seus aspectos estético e funcional.

5) Projeto Centro de Serviços - a subárea do Coreto e os lotes lindeiros à Alameda Marginal Botafogo são áreas ideais para a construção de edifícios de alta inteligência, melhorando assim a área de prestação de serviços no Centro.

6) Projeto Teleporto — deve ser instalado onde hoje funciona o Corpo de Bombeiros e a Academia de Polícia Militar. Deverá ser uma área essencial para atividades do setor de serviços, oferecendo um sistema urbano capaz de abrigar uma nova estrutura empresarial, com edifícios de serviços de alto nível. Pode-se ter serviços de hotelaria executiva, atividades de editoração eletrônica, centro de convenções, comércio sofisticado, lazer, cultura etc.

7) Projeto Avenidas - serão utilizados nas principais avenidas os conceitos utilizados no “Projeto Rio Cidade”.

8) Projeto Manzanas - será implantado na subárea Independência, incluindo habitações paralelas às ruas, linearmente distribuídas em todo o perímetro

da quadra, produzindo espaços internos para o lazer. A região é apropriada para esse tipo de edificação.

“Esta proposta é fundamentada nos Manzanas Espanholas. São edificações paralelas às ruas, linearmente distribuídas em todo o perímetro da quadra, produzindo espaços interiores para o lazer. Seu uso é misto. Sem afastamentos frontais e laterais, com varandas ao rés do chão, constituindo um espaço público privado, como se fosse um afastamento da edificação”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 71).

9) Projeto Centro Olímpico - será implantado na atual região do Ginásio e Estádio Olímpico, e contará com piscinas de saltos, arquibancadas, praça de eventos, pista de atletismo, restaurantes, alojamentos etc. Enfim, um espaço de esportes digno para a cidade.

10) Projeto Parque Temático - deve ser implantado nos parques Mutirama e Botafogo, desviando-se a Avenida Araguaia para a Avenida Contorno e fazendo a integração e reurbanização dos dois parques:

”Esta idéia de ser associada ao parque “La Vilette”, que alcançou enorme sucesso de conseguir associar atividades para diferentes faixas da população – Cidade da Música, Cidade das Ciências, hall de exposições, espaços de lazer temáticos para crianças, jovens e idosos”. (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 72).

11) Projeto Parque dos Buritis - serão feitas melhorias no parque de aspecto paisagístico e, principalmente, de iluminação da massa arbórea contígua ao passeio. É um local importante para a cidade e para o entorno desse parque.

12) Projeto Cine-Teatro Goiânia - é um projeto voltado para a cultura. Será desapropriado todo o restante do quarteirão a que ele pertence, organizando espaços para atividades culturais, inclusive com a criação de um subsolo. O propósito é resgatar a importância deste edifício, que faz parte do Patrimônio Histórico-Arquitetônico da cidade.

13) Projeto Subárea Paranaíba - deve promover melhorias no espaço público desta área, por meio da padronização do calçamento e revisão da arborização e iluminação. Será dado um caráter de uso misto do local.

14) Projeto Subárea Buritis - haverá incentivo à implantação do comércio de conveniência no local, ficando atento para o não desmanche do casario para a construção de estacionamentos. Deve ser melhorada também a iluminação pública.

15) Projeto Subárea Catedral - deve-se incentivar a construção de habitações para atender a demanda de moradia para estudantes das universidades, próximas dali, além da desapropriação e demolição de algumas edificações já deterioradas para a criação de espaços abertos.

16) Projeto Subárea Centro Olímpico e Botafogo - é uma região onde existem edificações tradicionais ou de interesse histórico para a cidade, devendo-se resguardá-las para a posteridade. Deve também haver uma requalificação das vias públicas.

17) Projeto Patrimônio Histórico - promover e restaurar os edifícios de valores artísticos e históricos da cidade, sejam eles públicos ou particulares. Existem aí edifícios *Art Déco*, neocoloniais, normandos, modernistas etc. Muitos estão escondidos por propagandas de comércio ou quase que abandonados e mal cuidados.

“Um caso similar a este, em Miami Beach, após restauração, apresentou um resultado espetacular” (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 75).

Deve-se primeiro fazer um inventário do acervo arquitetônico de muitos desses, para que a memória de nossa cidade seja resguardada.

18) Projeto Arte para a Cidade - é um projeto importante pois que toca num ponto chave na composição da identidade urbana, no sentido de criar referências, marcos, diálogo com a população, com a implantação de esculturas, painéis etc. Criar na cidade locais que sejam “marcos” para a cidade, como acontece em várias cidades do mundo, em suas praças, parques e avenidas, com

intervenções plásticas, seja com esculturas, painéis e outros tipos de elaborações de ordem estética.

19) Projetos Normativos - a legislação urbana estará em função de cada projeto específico, evitando-se, assim, a normalização funcionalista que não permita definir o caráter de cada subárea.

20) Projeto Incentivo Fiscal - criação de um projeto especial de caracterização do incentivo fiscal e normativo para cada subárea com o objetivo de proteger os edifícios históricos, revisões nas fachadas, para atender a revitalização da área central.

21) Projeto Centro Vivo - averiguar a potencialidade de o comércio do Centro funcionar até as 22 horas, competindo diretamente com os *shoppings*, sendo a sua viabilização fundamental para a implantação do Centro Histórico e do Projeto Shopping Aberto, no período noturno.

Em suma, esses são os 21 projetos estruturantes, que se realmente forem implantados garantirão uma revitalização urbana satisfatória para o Centro de Goiânia, sendo que novos projetos podem agregar-se a esses enriquecendo ainda mais o projeto como um todo.

“O projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2 quer fazer do centro, um espaço urbano na medida ao homem, melhorando a qualidade de vida de seus usuários. A política de intervenção nos espaços públicos e privados, caracterizada por projetos estruturantes, tem como objetivo final humanizar a cidade de Goiânia”, (Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo 4, 1998, p. 77).

O Projeto Goiânia 21: Operação Centro Etapa 2, foi implantado apenas parcialmente, sendo que dos 21 projetos estruturantes, apenas quatro foram implantados. O Projeto Avenida Goiás, onde foi feita a revitalização de seu canteiro central, com nova iluminação, paisagismo, revestimento de passeio, novos mobiliários urbanos e reformas do Relógio e da Estátua do Bandeirante, resultando num espaço bastante agradável e aprovado pela população, que passou a utilizá-lo

bastante, tanto durante o dia pelos usuários do Centro e à noite principalmente pela população local. O segundo projeto foi o da Praça Pedro Ludovico (Cívica): ali foi feita nova iluminação, paisagismo e mobiliário urbano, reforma das fontes luminosas e do Coreto. A população também passou a se interessar mais pelo espaço e a utilizá-lo melhor, mas com o passar dos anos com a manutenção da praça diminuída pela Prefeitura e com a retirada de vários postes de iluminação, a praça ficou mais subutilizada. Outro fator que durante o dia atrapalha o seu uso é o estacionamento de veículos que se realiza em seu interior, esse assunto precisaria ser revisto pelos órgãos competentes, para que esse projeto de revitalização se completasse. O terceiro projeto subárea Paranaíba, onde foi feita a revitalização do Canteiro Central da Avenida Paranaíba, entre as ruas 68 e 74, cortando a Avenida Goiás, sendo que foi feito novo paisagismo, revestimento de piso, arcadas metálicas, banheiros públicos, nova iluminação, relocação de *pit-dogs*. De dia, o espaço é utilizado pelos ambulantes que transformaram o espaço numa feira permanente de segunda a sábado. À noite, é utilizada pela população local e por diversos usuários que a utilizam, como exemplo um grupo de motoqueiros que uma vez por semana à noite a utilizam para se reunirem. O quarto projeto é o Avenidas, onde as Avenidas Universitária (Rua 10) e Dona Gercina tiveram neste ano de 2006 revitalizados os seus canteiros centrais, com novo paisagismo, arborização, novos mobiliários urbanos e reforma do revestimento de piso.

O que se espera é que os órgãos competentes utilizem-se deste projeto e o execute como um projeto macro, e não em parte ou aos poucos como tem sido feito, pois o pouco que já foi feito surtiu efeito positivo na cidade e na população.

4.2- Projeto “Cara Limpa” para a cidade de Goiânia-GO

Projeto urbanístico para requalificação da área central da cidade de Goiânia.

O Projeto Cara Limpa foi desenvolvido no ano de 2004 para a Prefeitura Municipal de Goiânia, tendo como objetivo a requalificação do Centro da cidade, através do resgate dos conjuntos arquitetônicos que têm as suas fachadas encobertas por grandes placas de propaganda e letreiros, assim como a melhoria de equipamentos urbanos, padronização das calçadas e incentivos fiscais que viabilizam a execução desse projeto.

A área escolhida para a implantação desse foi a Avenida Goiás, no trecho entre a Praça Cívica e a Praça do Bandeirante, contendo oito quadras. Primeiramente, foram feitos levantamentos físicos e um inventário detalhado das edificações, dos equipamentos urbanos, do paisagismo e das circulações, logo após, foi elaborado um diagnóstico e vários estudos para as fachadas dos edifícios, no que se refere à aplicação de cores e letreiros. O local escolhido, a Avenida Goiás, para a aplicação do projeto, dá prosseguimento às ações executados em seu canteiro central. Esse não será o único local da cidade e ser implantado o projeto, serão contemplados também outros locais na área central de Goiânia.



Fig. 43 - Foto da perspectiva do Projeto Cara Limpa, de edifícios da Avenida Goiás.
Fonte: Projeto Cara Limpa (2006).

A área central de Goiânia passou por várias transformações ao longo de sua existência, até chegar nesse estágio atual de degradação. Nos anos 1940 e 1950, com a consolidação da nova capital, tempo áureo do Centro da cidade, a sociedade circulava nos principais avenidas, ruas, comércio e praças da cidade. Na década de 1960 e 1970, iniciou-se o processo de verticalização do Centro, onde ele ainda era o melhor espaço da cidade para as mais diversas atividades. Nos anos 1980 e 1990, com a chegada dos *shopping centers* e dos corredores de transporte coletivo no Centro, a população buscou espaços que ofereciam mais conforto, segurança e atendessem as novas necessidades. A partir dos anos 1990 e 2000 o Centro foi tomado pela economia informal, houve a destruição e descaracterização de muitas edificações pioneiras e significativas, dando lugar a estacionamentos de veículos e a farmácias.

O Projeto Cara Limpa (2006) relata o seguinte sobre o Centro:

“Os centros das cidades têm um papel fundamental na construção da identidade de seus cidadãos, onde se encontram as estratificações da história, a diversidade de atividades, marcando o caráter singular do centro em relação aos demais subcentros. A área central é um local estratégico, possuindo vantagens na sua infra-estrutura, já que acumula investimentos urbanos ao longo do tempo”. (Projeto Cara Limpa, 2006, p.126).

Para a Associação Centro Vivo, no ano de 2003 comerciantes e moradores do Centro reivindicaram ações de intervenção urbana que resgatasse a dignidade das áreas públicas, ocupadas principalmente pelos ambulantes. A prefeitura, então, retirou esses ambulantes e os transferiu para um mercado popular construído para tal fim, também no Centro da cidade. Eles utilizavam o calçadão do canteiro central da Avenida Goiás; após a sua saída, foi realizado um projeto de remodelação para o canteiro central da avenida, que contemplou nova iluminação, novo mobiliário urbano e um bom projeto paisagístico, os quais foram logo executados. Sendo assim, o Projeto Cara Limpa nasceu da mobilização da comunidade local que buscava intervenções urbanísticas no centro de Goiânia.

No Projeto Cara Limpa as propostas de intervenções nas edificações da Avenida Goiás são aplicadas em todas as construções desse trecho da avenida, não privilegiando um estilo arquitetônico, mas todo o conjunto, pois é grande o número

de edifícios comprometidos com as inúmeras interferências visuais. Na parte arquitetônica as intervenções se dão ao nível das fachadas, e urbanisticamente ao nível de mobiliários e equipamentos urbanos e nos passeios.

O Projeto Cara Limpa ainda relata que:

“Elegemos como área piloto para a implantação do Projeto Cara Limpa a Avenida Goiás, as quadras de 1 a 8, entre a Praça do Bandeirante e a Praça Cívica, por sua importância simbólica. A Avenida Goiás foi à primeira avenida aberta na nova Capital, abrigou as principais edificações, como o Grande Hotel, Associação Comercial de Goiás e os prédios da administração pública. Para análise dos elementos urbanísticos do trecho em estudo, foram realizados levantamentos *in loco*, observando os seguintes aspectos:

- 1- Edificações: estadas, projeções e um intervalo detalhado das condições físicas;
 - 2- Equipamentos urbanos: identificação, dimensão e locação;
 - 3- Sinalização: identificação e dimensões;
 - 4- Calçadas: dimensões, materiais e estado de conservação.
 - 5- Meio-fio: dimensões e rebaixo;
 - 6- Arborização: espécie e locação.”
- (Projeto Cara Limpa, 2006, p.128).

No plano arquitetônico o projeto se propõe a trabalhar as fachadas das edificações, e os elementos que a recobrem, como os letreiros, publicidades e cores. Esses painéis de publicidade e propaganda encobrem em alguns casos toda a fachada dos edifícios, escondendo as referências arquitetônicas da paisagem urbana, obstruindo as janelas que lhe dariam ventilação e insolação ao interior dos prédios, além de transgredir a legislação vigente, e ainda acarretando a descaracterização do conjunto arquitetônico, onde as edificações que são marcos referenciais, e sua história, cedem lugar para elementos de poluição visual. Nestes casos, a edificação deixa de ter o seu valor estético para ser mero suporte da publicidade e propaganda.

O Projeto Cara Limpa relata que:

“Foi elaborado um inventário detalhado dos imóveis, ficha de inventário, onde foram observadas; a localização na malha urbana, identificação do proprietário, o tipo de uso, descrição física, a tipologia, o estado de conservação, o sistema construtivo, dados históricos e as características originais da construção. Todos esses dados nortearam as propostas de intervenção para as fachadas das edificações. As propostas para as fachadas contemplam a retirada dos elementos que cobrem ou descaracterizam a arquitetura dos edifícios. Novas soluções de letreiros e cores foram aplicadas

considerando as leis de postura do código de edificações.” (Projeto Cara Limpa, 2006, p. 129 e 130).



Fig. 44 - Foto da perspectiva do Projeto Cara Limpa de edifícios da Av. Goiás
Fonte: Projeto Cara Limpa (2006).

O projeto previu também a aplicação da paleta de cores, onde detalhes e elementos arquitetônicos são valorizados, criando assim um conjunto harmonioso. O estudo de cores valoriza as edificações e dão unidade ao conjunto desses edifícios de estilo eclético construídos no período de implantação de Goiânia, destacando-os dos demais, que foram construídos após os anos 1960 e que apresentam uma maior volumetria. Nos estudos usou-se os tons contrastantes e o tom-sobre-tom, para se entender qual seria o melhor resultado. Também não houve a preocupação de se identificar as cores originais e nem retomar a situação original das fachadas, pois o efeito que se buscou foi de propor a paleta de cores para a fachada dos edifícios, para destacar a visualização deste de menor escala, no conjunto todo, destacando-os dos de maior altura. A opinião dos moradores, comerciantes e usuários também fazem parte da proposta, afinal as necessidades são específicas e eles serão os mais beneficiados com esta proposta de revitalização.

Quanto à fiação aérea existente no local, com postes, fios, cabos, transformadores, serão todos embutidos, para que se tenha uma paisagem urbana mais limpa visualmente e esteticamente.

A ocupação do solo foi outro fator observado pelo projeto. Notou-se que os moradores do Centro ali residem há muitos anos e estão ali por tradição e é uma

população com poder aquisitivo mais baixo. As construções, muitas bastante significativas arquitetonicamente estão sendo destruídas para dar lugar a estacionamentos sem qualquer qualidade arquitetônica. A proposição do projeto é que na ocupação do solo seja dada prioridade ao uso residencial, já que este tem diminuído nos últimos anos, onde a cota de altura ou coroamento dos prédios tenha unidade com as do seu entorno imediato.

O item calçadas foi também proposto no projeto, onde se verificou o uso incorreto de materiais e declividades para essas, inclusive desrespeitando o Código de Postura e Edificações da cidade de Goiânia. Propõe-se então a execução de calçadas niveladas com material de fácil manutenção e execução, que dispensa o contrapiso, sendo feitas de pré-moldado de cimento, com dimensão de 40x40 cm.

O Projeto Cara Limpa ainda relata como será a implantação desse, dizendo:

“Para a efetivação do Projeto Cara Limpa é primordial a participação da população na adesão voluntária no processo de requalificação e dos incentivos fiscais de impostos, com IPTU e ISSQN promovidos pela Prefeitura. Os benefícios para os proprietários dos imóveis dar-se-iam: isenção de pagamento de IPTU; valorização do aluguel do imóvel; benefício para os ocupantes dos imóveis; economia de ISSQN; maior fluxo de visitantes à área do programa” (Projeto Cara Limpa, 2006, p. 133).

A questão do Turismo de Negócio e Entretenimento também foi proposta, onde dentre as propostas de requalificação desse local destacou-se o turismo de negócio, bastante usual em Goiânia, com feiras, eventos e congressos e as programações culturais e artísticas.

O Projeto Cara Limpa afirma:

“Tem como característica fundamental a participação popular, ele não é um projeto impositivo, e sim de adesão voluntária. As ações propostas só terão êxito se o projeto tiver a participação e compreensão da população. Através de leis de incentivos fiscais, de um esforço do poder público e de parcerias com o empresariado, como já realizado em outras capitais brasileiras, o centro de Goiânia será renovado.” (Projeto Cara Limpa, 2006, p. 134).

O Projeto Cara Limpa foi premiado pela CREA-GO, com o Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente 2005. Esse projeto foi concebido pela arquiteta e urbanista Anamaria Diniz, com mestrado da FAV, da Universidade de Brasília (UnB). O Projeto

Cara Limpa teve também a coordenação de Wolney Unes, e foi também desenvolvido para a Prefeitura Municipal de Goiânia.

Esse projeto ainda não foi colocado totalmente em prática, apenas três prédios de 49 previstos para essa etapa da Avenida Goiás foram requalificados, sendo dois prédios particulares, o da Brasil Telecom e o do Banco Panamericano, e um do poder público, o edifício do antigo Grande Hotel, como já foi dito no capítulo dois.

4.3- Análise das Intervenções urbanas e arquitetônicas em Goiânia

A cidade de Goiânia possui algumas propostas de intervenção urbana e arquitetônica das quais duas delas acabaram de ser relatadas neste Capítulo. O que se percebe é que se tem feito estudos, projetos, discussões sobre o assunto, mas na prática muito pouco tem sido executado, ficando muito no campo das idéias e propostas.

O Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, possui 21 Projetos Estruturantes, ou propostas de intervenção para o Centro da cidade, sendo muitos desses bastante interessantes, e que se implantados poderiam, sim, alavancar o Centro de Goiânia. Mas, muito pouco foi executado, apenas quatro deles: o Projeto Avenida Goiás, na avenida de mesmo nome; o Projeto Avenidas, nas Avenidas Universitária e Dona Gercina; o Projeto Pedro Ludovico, na atual Praça Cívica, e o Projeto Subárea Paranaíba, na avenida de mesmo nome.

Nota-se que foram ações isoladas, inclusive cronologicamente, não tendo sido executadas baseando-se na totalidade do projeto, que visa a revitalização de diversos espaços no Centro. Apesar de pontuais e sem a devida integração, os que foram executados surtiram efeito positivo na população, sendo que só o Projeto Subárea Paranaíba que apresentou impacto negativo. Os demais projetos apresentaram impacto bastante positivo, sendo, inclusive, muito elogiados por toda a população, que pode, até, retomar o seu uso.

O Projeto Subárea Paranaíba apresentou esse impacto negativo por ser projetado como uma área agreste, com pouca vegetação e conforto e por ser utilizado como um grande mercado aberto que não contou com a aprovação nem da população e nem do próprio comércio ambulante ali instalado. Inclusive, já está sendo feita uma nova revitalização no local, com a colocação de uma grande cobertura sobre o canteiro central da avenida, o que, em meu entender, nada acrescentará de positivo, gerando apenas um maior desarranjo estético ao local.

Por sua vez, o Projeto Pedro Ludovico, bem como o das Avenidas, resgataram os respectivos locais, transformando-os em locais aprazíveis, confortáveis e de uso facilitado, atraindo pessoas. Esses locais passaram a ser locais de conveniência, onde vê-se pessoas passeando, conversando ou lendo sentadas em seus bancos, quer seja, utilizando o espaço e resgatando-o para a própria comunidade.

O Projeto Goiânia 21 também possui alguns outros projetos bastante interessantes de ser implantados, como o Projeto Teleporto, o Projeto Cine-Teatro Goiânia, o Projeto Patrimônio Histórico e o Projeto Arte para a Cidade, dentre outros. O Projeto Teleporto traria novas empresas ao Centro, com uso de moderna tecnologia e telecomunicações, além de hotéis, restaurantes, lazer e cultura. O Projeto Cine-Teatro Goiânia transformaria o edifício do Teatro Goiânia, um importante ícone *déco* da cidade, num Centro de Cultura e Lazer, sendo todo o seu quarteirão utilizado para tal fim. O Projeto Patrimônio Histórico traria à cidade um importante aspecto que é a preservação de seu patrimônio, tão pouco resguardado, através da preservação de edifícios públicos, particulares, monumentos, de vários estilos arquitetônicos, resgatando a memória histórico-cultural e arquitetônica da cidade. Finalmente, o Projeto Arte para a Cidade criaria locais que seriam “marcos” para a cidade, implantando-se painéis, esculturas e monumentos nas praças e nas avenidas, criando referências, marcos e diálogo com a população. Em Goiânia, nota-se a ausência desses “marcos” ou símbolos que deixam a cidade mais autêntica e menos monótona.



Fig. 45 - Teatro Goiânia, no Centro. Projeto Cine-Teatro Goiânia
Fonte: Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, (1998).

Inúmeros outros projetos poderiam ser agregados a esses, ou mesmo, a reformulação de alguns que se julgue necessário. Mas, num âmbito geral, o Projeto Goiânia 21 é bastante interessante, foi feito um bom diagnóstico para se chegar a essas propostas e nota-se que foram bem embasadas. O aspecto ruim é que o projeto ficou praticamente no nível de propostas e quase nada foi efetivamente executado.

O Projeto Cara Limpa, da mesma maneira que o projeto Goiânia 21, foi pouco implantado, visto que dos 49 edifícios previstos para serem revitalizados apenas em três realmente ocorreu a intervenção. Se esse projeto fosse executado traria inúmeros benefícios ao Centro. Primeiramente, despoluiria visualmente as ruas e avenidas da região, com a retirada dos grandes letreiros que encobrem as fachadas das edificações, encobrendo as características arquitetônicas originais, resgatando-as à cidade e à comunidade. Segundo, melhoraria a acessibilidade de pedestre ao Centro, com o revestimento uniforme nas calçadas e passeios da área, além do melhor arranjo estético com a substituição de postes de iluminação e a colocação de fiação subterrânea, e da nova arborização, mais adequada ao local. Com todas essas melhorias o Centro ficaria esteticamente mais interessante, limpo, contemporâneo e bonito, atraindo, com suas fachadas e todos os componentes do mobiliário urbano revitalizados, novos ocupantes para suas edificações, retornando assim muitos profissionais liberais, comerciantes, prestadores de serviço e moradores, trazendo mais vida socioeconômica e cultural ao Centro.

Para a implantação desse projeto a Prefeitura poderia firmar parceria com a iniciativa privada e com a população proprietária de imóveis no local, onde, como exemplo, a população poderia revestir suas calçadas com recursos próprios, sendo beneficiadas com a isenção do IPTU por algum período, e assim também poderia funcionar em relação às fachadas das edificações. Ou seja, tanto para as calçadas como para a reforma das fachadas os proprietários seriam orientados por técnicos ligados ao projeto, que lhes dariam assessoria técnica, para que ocorresse a uniformidade dessas. Inclusive, já existe uma proposta para as calçadas do Centro, apresentada pela SMT – Superintendência Municipal de Trânsito –, a qual firmou um contrato com o CREA-GO para a confecção de um trecho na Rua 4, no Centro, entre a Avenida Tocantins e a Rua 9. Esse modelo poderia ser utilizado como referência para a construção das calçadas em todo o Centro.

No ano de 2002 foram tombados no Centro de Goiânia vários edifícios públicos, que já foram citados neste trabalho, além do traçado urbano do Centro e do bairro de Campinas. Outras edificações também já foram tombadas pelos Governos do Estado e do Município, principalmente edifícios públicos. Já o casario, edifícios residenciais e comerciais, além de alguns monumentos, parques e praças ficaram fora dessa proteção. Atualmente, se faz necessária a proteção e preservação desse patrimônio, principalmente arquitetônico, que está sendo brutalmente destruído, desfigurado, sem que haja por parte de algum órgão competente qualquer tipo de manifestação ou ação que impeça tais abusos contra esses importantes patrimônios da cidade. Exemplos de vários estilos, como os neocoloniais, os mais comuns, normandos, ecléticos, modernos, todos têm sido destruídos, e em breve, se esse processo não for desacelerado ou barrado, se extinguirão por completo. Em seus lugares existem lotes vazios, com pavimentação em brita e cobertura em telhas de fibrocimento, sem qualquer identidade arquitetônica, são estacionamentos particulares, ou quando há construção de edifícios ali funcionam farmácias com grandes e luminosos letreiros. Os órgãos ligados ao Patrimônio deveriam atentar para tais fatos, adotando medidas para a diminuição de tanta destruição, que vem afetando sobremaneira o Centro de Goiânia.



Fig. 46 – Estacionamento particular na Rua 20, Centro, onde antes existia uma edificação da década de 1940.
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Recentemente, no mês de novembro de 2006, foi totalmente destruído um grande edifício da antiga RFFSA, na Avenida Independência, próximo à esquina da Rua 74, em estilo *Art Déco*, que, inclusive, há poucos anos, sediou o evento ‘Casa Cor’, para que em seu lugar se construa um supermercado. Como a área é muito grande, não houve sequer a preocupação de se preservar parte do edifício, ou mesmo a sua fachada, para compor a fachada da futura edificação, servindo, possivelmente, de *marketing* para o estabelecimento, pertencente a uma rede multinacional, que poderia usar isso em seu favor, alardeando que sabe preservar o patrimônio das cidades onde se instala, respeitando os seus moradores, clientes em potencial.



Fig.47 - Edifício da Antiga RFFSA, em estilo *Art Decó*, da década de 1940, demolido em 2006.
Fonte: Marilda R. P. Blumenschein, Paulo Vinícius Gomes e Regina, M.M.S. Lucena (2004)

Na esquina da Avenida Araguaia com a Rua 3 funcionou a primeira Agência dos Correios de Goiânia, sendo que esse edifício ainda existe, funcionando uma farmácia em seu pavimento térreo e consultórios dentários no 1º pavimento; esse edifício quase não é percebido, visto que sua fachada está quase que totalmente encoberta por letreiros, mas nota-se ainda seus detalhes em *Art Déco*, que heroicamente sobrevivem em meio ao desrespeito e à desconsideração de seus atuais ocupantes. Na mesma Avenida Araguaia, em um quarteirão abaixo, esquina com a Avenida Anhanguera, onde atualmente se encontra as “Lojas Mig” funcionou a primeira Sede da Prefeitura Municipal de Goiânia, inclusive era um edifício que em muito se parecia com o do Correio na Rua 3; mas, infelizmente, nos anos de 1990 foi demolido para dar lugar à edificação que abriga a referida loja.



Fig.48 - Edifícios na Av. Araguaia, Centro Sendo o mais à frente do primeiro Correio e o mais ao fundo da 1ª Prefeitura de Goiânia-GO. Fonte: Ofélia Sócrates N. Monteiro (1938)



Fig. 49 - Edifício do antigo Correio, em 2006, com letreiros tampando quase toda a fachada e os detalhes em *Art Déco* Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

Muitas casas dos primeiros anos de Goiânia foram, da mesma forma, destruídas, como a casa em estilo neocolonial, localizada na Rua 20 e onde funcionou o Palácio Provisório; uma outra casa, essa em estilo normando, situada na Avenida Tocantins, com a Rua 1, onde funcionava a loja “Sir Remon” teve o mesmo destino; posso citar, ainda, a primeira casa moderna de Goiânia, que fica na Avenida Universitária, com a Rua 91, que não foi demolida, mas foi totalmente descaracterizada. Na Avenida Tocantins, com a Rua 2, um belo sobrado em estilo *Art Déco*, também foi destruído, sendo o seu terreno transformado em estacionamento, assim como o da casa normanda da Rua 1, já citada, ressaltando

que essas foram umas das primeiras edificações existentes na Avenida Tocantins. Vê-se, então, que o casario do Centro está desaparecendo, os conjuntos arquitetônicos já são quase inexistentes, atualmente o que mais pode ser visto são significantes edifícios isolados, e nada tem sido feito para reverter tal situação.

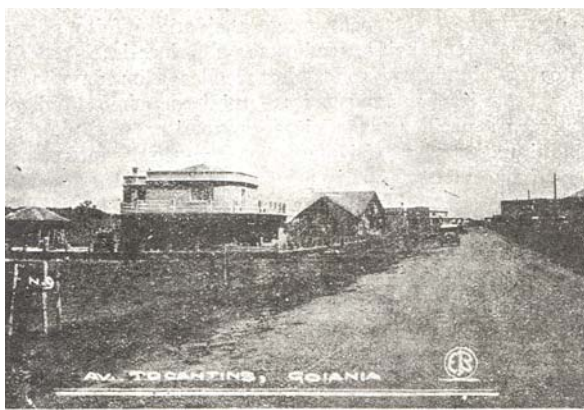


Fig. 50 - Casas na Av. Tocantins em estilo Art Déco e Normando, da década de 1930, já demolida.

Fonte: Ofélia Sócrates N. Monteiro (1938)



Fig. 51 - Casa em estilo Normando, na Av. Tocantins, sendo a mesma casa da figura 49, já demolida.

Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (1990).



Fig. 52 - Casa moderna do final dos anos 1950, em Goiânia, na Avenida Universitária, esquina com a Rua 91, no ano de 1990, atualmente está descaracterizada

Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (1990).

Sugiro, dessa maneira, que as instâncias governamentais, tanto federal como estadual e municipal, assim como a iniciativa privada, adquiram esses significativos imóveis, dando a eles um novo uso. Sabendo-se que existe uma série de imóveis utilizados pelo Governo, que são alugados, indaga-se por que não usufruir, então, de tais imóveis no Centro, com importante significado histórico e arquitetônico para a ocupação de seus órgãos públicos. Quanto à iniciativa privada,

essa poderia atuar em pequenos espaços culturais, livrarias, bares, cafés, galerias de arte, escolas, entre outros, podendo fazer uso dessas charmosas edificações do Centro da cidade.

A questão da moradia, de edifícios comerciais e edifícios-garagem podem também ser implementadas no Centro, respeitando e mantendo as edificações histórico-arquitetonicamente relevantes, construindo-se edifícios residenciais e comerciais, em locais autorizados pela legislação, trazendo população para o Centro. O intuito, logicamente, não é o processo de gentrificação do Centro, pelo contrário, é trazer população para a região, tornando-a mais viva do que já é, impulsionando-o econômica e socioculturalmente.

O evento 'Casa Cor' tem se utilizado em alguns anos de imóveis histórica e arquitetonicamente representativos, fazendo um *marketing* do local e do próprio imóvel, mas logo após a sua desocupação os mesmos imóveis são deixados de lado, não havendo continuidade nesse processo, como foi o caso do Grande Hotel, do recém-demolido edifício da RFFSA, na Avenida Independência, da casa em estilo moderno na Avenida 84 e, mais recentemente, do Mercado Popular da Rua 74. Já que esses imóveis foram restaurados para o evento, sendo conseqüentemente melhorados, deveria, então, haver uma parceria entre essa organização privada e os órgãos governamentais competentes para tal fim, para que a preservação continuasse e para que fosse dado um uso adequado a esses, de acordo com as necessidades de cada local, tanto da população como do Governo e da iniciativa privada. Assim, esses imóveis, além de um uso realmente adequado, ganhariam respaldo popular, ajudando a comunidade a compreender e a valorizar a preservação do patrimônio da cidade.

Os espaços públicos em Goiânia também precisam ser revitalizados, gerando espaços agradáveis e confortáveis para o uso da população. Hoje, Goiânia é uma cidade urbanisticamente monótona, faltando-lhe referências, marcos, monumentos, cenários interessantes, inclusive espaços com uso de água, como fontes e espelhos d'água. A meu ver, falta-lhe um grande lago, como o de Brasília. Na área mais central seria impossível essa realização, mas, a título de sugestão, entendo que na periferia isso ainda seria possível. Retomando a questão dos

espaços públicos, deve-se promover na cidade tais espaços, otimizando praças e parques, criando-se ruas de lazer ou de pedestre com calçadas ajardinadas, por exemplo. Inclusive, pode ser criada uma integração do edifício com o lugar onde está, havendo maior harmonia entre eles, um verdadeiro casamento entre a arquitetura e o urbanismo no Centro de Goiânia, como aconteceu na época de sua construção e em seus primeiros anos de existência.

Em Barcelona a revitalização dos espaços públicos, conjuntamente com o espaço arquitetônico, se mostrou de forma bastante positiva. Castilho e Vargas (2006) destacam que alguns projetos urbanísticos foram elementos catalisadores do processo de recuperação urbana, e Barcelona é o paradigma das intervenções, que, divulgando e legitimando sua prática, influenciou intervenções em diversos lugares do mundo, tornando-se, também, referencial em termos de renovação e revitalização de espaços urbanos e de arquitetura, sendo difícil encontrar em outras cidades do mundo um número tão grande de desenhos inovadores para o espaço urbano e arquitetônico.

A arquitetura inovadora se desenvolveu e pode ser percebida por toda a cidade de Barcelona, numa agradável compatibilidade entre o espaço urbanístico e a arquitetura. Esse processo deve ser adotado também em Goiânia. Um caso já executado aqui foi a revitalização do canteiro central da Avenida Goiás, retomando-o como era na época da construção da cidade, que compõe muito bem com os edifícios da mesma época que ali estão, proclamando essa interação aqui afirmada em Barcelona e que pode ser da mesma forma utilizada em Goiânia.

Outros autores, como Gehl e Gemzoe (2002), também relatam sobre o sucesso da cidade de Barcelona com a renovação urbana, de seus espaços públicos e arquitetônicos, dizendo:

“A arquitetura transformou-se em um dos principais instrumentos da política urbana e diversos espaços públicos novos foram criados. Cada quarteirão deveria possuir sua própria ‘sala de estar’ e cada distrito, seu parque, onde as pessoas pudessem encontrar-se e conversar [...] A Escultura e a Arquitetura tiveram um papel de destaque essencial no desenho do semblante público de Barcelona. Novos parques e novas praças foram criados [...] Os arquitetos de Barcelona

foram no mínimo pioneiros por elevar o espaço público ao nível de um campo arquitetônico independente, depois que essa disciplina desapareceu sob a influência do modernismo.” (Gehl, Gemzoe, 2002, p. 28 e 29)

Curtis e Montaner também abordam sobre a integração entre a arquitetura e o urbanismo em Barcelona, havendo uma maior integração entre eles, relatando o seguinte:

“En la arquitectura reciente, la abstracción de los fenómenos naturales ha desempeñado un papel cada vez más importante. En el caso del Edificio Forum, esto tiene una inesperada resonancia con otra de las polaridades básicas de Barcelona: la que se da entre lo natural y lo artificial. Entre el edificio Fórum y el mar se construirá toda una colección de edificios nuevos: entre ellos, un Centro Internacional de Convenciones [...] un Centro de Vela y Actividades Subacuáticas. (Curtis, Montaner, 2004, p. 14)

Nota-se que a revitalização da cidade de Barcelona é um exemplo bastante interessante, principalmente no que se refere à arquitetura e ao urbanismo, e Goiânia pode se basear nesse trabalho para a sua revitalização, inclusive retirando dali vários exemplos positivos para serem implantados na cidade, principalmente da integração dos espaços públicos com a arquitetura.

A preservação e revitalização de Goiânia, como já foi dito, já possui estudos e projetos, e o que se necessita é a implantação desses ou de novos projetos. Os Órgãos dos Governos federal, estadual e municipal que regem a preservação patrimonial, aliados à iniciativa privada, e com o aval da população, devem criar parcerias para a implantação dessas intervenções em Goiânia. O que falta, ou necessita, é a vontade de agir desses órgãos, apoiada pela vontade política, que no Brasil precisa existir para que algo se realize. Sendo assim, a Agepel, órgão estadual, juntamente com o Núcleo de Patrimônio da SEPLAN municipal, e com a ajuda do IPHAN, inclusive com o uso do Programa Monumenta, ou seja, todos precisam trabalhar em conjunto, apoiados pela iniciativa privada e pela população, para que realmente as propostas saiam do papel ou do nível de idéias e passem efetivamente ao campo concreto, sendo executadas para a melhoria e otimização do Centro de Goiânia.

CONCLUSÃO

A Preservação do Patrimônio e a Revitalização, ou Requalificação, ou mesmo como alguns preferem denominar Renovação Urbana já há algumas décadas fazem parte da discussão quando se fala de intervenções em centros urbanos, de áreas centrais ou retorno ao Centro.

Muitas cidades sofreram um processo de deterioração ou decadência de suas áreas centrais, que acomete as cidades com o seu rápido crescimento, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno fez com que houvesse a degeneração do Centro, em alguns casos, centro histórico ou núcleo pioneiro. Assim, muitos espaços públicos urbanos viram-se abandonados, maltratados, poluídos, vazios e com uma certa ineficiência funcional; do mesmo modo, o patrimônio arquitetônico passou a ser mal conservado, desvalorizado, subutilizado, descaracterizado, superado e demolido, levando consigo a memória, identidade e parte da história dessas cidades.

São diversas as cidades no Brasil, na América Latina e no mundo inteiro que passaram por esse processo de degradação de suas áreas centrais e que se preocuparam em implementar soluções para a melhoria ou otimização dessas áreas. Poderíamos aqui citar inúmeras cidades onde o processo de revitalização e preservação de seu patrimônio deu certo, mas citaremos apenas algumas, como Barcelona, na Espanha, Copenhague, na Dinamarca, e Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil.

Gehl e Gemzoe relatam sobre Barcelona, dizendo:

“Barcelona, grande cidade do sul da Europa, adotou medidas pontuais para estabelecer espaços públicos refinados para atividades sociais e recreativas por toda a cidade. Arquitetura inovadora é o traço característico de muitos projetos.” (Gehl, Gemzoe, 2002, p. 25).

Os mesmos autores dizem que Copenhague tem ótimos espaços públicos, mais vida na cidade, mais ciclistas e menos tráfego de veículos, que foram

implementados gradualmente durante quatro décadas. Estudos sistemáticos mostram um desenvolvimento intenso da vida urbana. (Gehl, Gemzoe, 2002, p. 25).

Castilho e Vargas relatam também suas posições a respeito das intervenções urbanas acontecidas no Rio de Janeiro e São Paulo dizendo:

“Embora com objetivos e estratégias diferentes, a intervenção em áreas urbanas de caráter processual é comum [...] no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse processo é composto de intervenções ditas “acupunturais”, que incorporam uma somatória de pequenas ações: projetos de restauração de edifícios isoladamente distribuídos; melhoria dos espaços públicos; reforço na limpeza, manutenção e segurança; [...] incentivos à preservação e à permanência no Centro; retorno dos diversos órgãos da administração pública como pólos geradores de fluxo.” (Castilho, Vargas, 2006, p. 269 e 270).

Esses autores, Castilho e Vargas (2006), ainda relatam que o desenvolvimento de ambientes de cultura, como ocorreu no bairro da Lapa no Rio de Janeiro, reforça o conceito de recuperação do patrimônio cultural, assim como a melhoria dos espaços públicos e a valorização das edificações, reforçam o processo de revitalização, tornando-o um espaço contemporâneo e de convivência para a população. Quanto a São Paulo, os mesmos autores dizem que as ações fundamentadas na valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e fundiário começaram a ser propostas, no sentido da manutenção e da ampliação das instituições públicas e privadas, da provisão de habitantes na área central. São Paulo priorizou a recuperação do espaço do pedestre, elegendo o desenho e os instrumentos contemporâneos de controle urbano como sua estratégia principal. (Castilho, Vargas, 2006, p.270 e 271).

Goiânia, que é o objeto central deste estudo de Revitalização e Preservação, também começa a se inserir mesmo que de maneira ainda acanhada, nesses processos de intervenção urbana. Já foram executados estudos como o Projeto Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, o Projeto Cara Limpa para a região central da cidade ou o seu núcleo pioneiro. Apesar de implantados de maneira ainda tímida e em apenas alguns poucos espaços públicos e privados da cidade, já surtiram alguns efeitos, que são proclamados como positivos pela população e usuários do Centro da cidade.

Conforme matérias do jornal 'O Popular', um dos mais importantes da cidade e com circulação diária há mais de 50 anos, confirma a satisfação da população com esses processos de renovação urbana e arquitetônica do Centro. O jornal 'O Popular', do dia 14 de novembro de 2004, relata em sua matéria de capa que: *"Centro reage bem à revitalização, [...] família passeia na Praça do Bandeirante, na Avenida Goiás: revitalização atrai frequentadores ao Centro."* Na mesma matéria, na página 4, no interior do jornal são descritos os seguintes comentários:

"Revitalizada com reforma da Avenida Goiás, a área central da cidade começa a respirar. Comerciantes ampliam lojas e festejam aumento das vendas. [...] Avenida Goiás revitalizada: mudanças dão fôlego ao Centro. [...] O núcleo central de Goiânia renasceu do caos vivenciando no passado e deu os primeiros passos no processo de revitalização. [...] As mudanças que foram feitas reduziram bastante os pequenos furtos e roubos na região, afirma o comandante do 1º Batalhão da PM, coronel Cezar Pacheco de Araújo." (Centro reage bem à revitalização, Jornal O Popular, 2004, p.4).

No mesmo jornal, em outras partes da reportagem, é reforçada a idéia da revitalização no Centro de Goiânia, onde profissionais e moradores vêm com satisfação essas medidas intervencionistas. Na página 5, do Jornal O Popular, também do dia 14 de novembro de 2004, a matéria diz que:

"Vice-presidente da Associação Centro-Vivo, a arquiteta Vânia Alencastro Veiga entende que a população hoje já encontra mais atrativos e facilidade para ir ao Centro, mas também considera que as **ações de revitalização estão apenas no início. Para ela, já há a percepção de que o Centro é importante para todos, uma referência história na vida das pessoas.** [...] **Arlete Noledo, 52, moradora de um edifício na Rua 9 (Centro), não tem dúvidas de que o início do processo de revitalização do Centro melhorou a vida das pessoas que moram no bairro.** "A Avenida Goiás está linda e o Mercado Aberto resolveu o problema dos canelos", diz. Mas para Arlete, há muito o que fazer". (Centro reage bem à revitalização, Jornal O Popular, 2004, p. 5).

No ano de 2006, em outro jornal da cidade, 'Diário da Manhã', também de circulação diária e bastante renomado, alguns profissionais de arquitetura e urbanismo da cidade expõem suas opiniões a respeito da revitalização e da preservação do Centro de Goiânia, dizendo:

"Para a professora de Arquitetura da UCG e doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP), Lana Jubé, a medida incluiria a recuperação das fachadas e calçadas dos prédios, lojas e casas com estrutura história. [...] "trabalhar fachadas das casas e prédios é devolver ao povo sua identidade cultural e histórica." (Goya, Jornal Diário da Manhã, 2006, p. 1)

Nesse jornal, nessa mesma matéria, outro profissional de arquitetura e urbanismo de Goiânia, Jorge Fleury, expõe a respeito da questão da habitação no Centro de Goiânia, dizendo:

“No mundo todo há um retorno da habitação para o Centro das cidades. E, onde tem habitação tem mais segurança. Para enfrentar esse problema o urbanista sugere que a Prefeitura faça um trabalho de reconhecimento do potencial de moradia no bairro. O foco também deve ser os mais de 100 mil pessoas que trabalham no Centro e teriam uma qualidade de vida melhor se morassem perto do trabalho.” (Goya, Jornal Diário da Manhã, 2006, p. 2).

Ficou notório através de conversas informais que tive com a população em geral, moradores ou aqueles que se utilizam do Centro para qualquer tipo de atividade, ou mesmo como fluxo de passagem, que as intervenções urbanísticas de revitalização e de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do Centro foram em sua grande maioria recebida com otimismo e aplausos, ou seja, foram aprovadas quase que por unanimidade pela comunidade.

Goiânia, mesmo ainda sendo uma cidade nova, com apenas 73 anos de idade, também como diversas outras cidades no país e no mundo, já possui o Centro da cidade com aspectos de deterioração. A desconcentração do comércio, prestação de serviços e da administração pública para novos subcentros, o deslocamento da população de melhor renda para outros bairros, a verticalização, a metropolização, a melhoria da condição econômica da cidade, todos esses são alguns dos fatores que levaram o núcleo pioneiro da cidade a essa condição de decadência em relação a outros bairros de Goiânia.

Nota-se, também, que o Centro de Goiânia, apesar de já estar em processo de decadência, ainda é muito ativo, principalmente durante o dia, pois ali ainda se encontram instalados vários órgãos dos governos municipal, estadual e federal. O setor bancário é ainda bastante forte, assim como o comércio, principalmente o popular, apesar de possuir ainda muitas lojas que atendem todas as camadas da população, principalmente as grandes lojas. O comércio ambulante, por sua vez, movimenta bastante o Centro da cidade. Existem, ainda, ainda alguns hospitais, o Centro de Convenções, o Banana Shopping, alguns poucos cinemas,

pouquíssimos restaurantes e bares, dois teatros e bem poucos espaços destinados a manifestações artísticas e culturais. A população ainda habita o Centro, mas tem diminuído bastante com os anos. Existe um bom número de escolas, cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos. Durante a noite nota-se um esvaziamento brutal do Centro, quase não se vê pessoas circulando nas ruas, os poucos bares e restaurantes não têm muito movimento, não acontecem manifestações culturais, o pouco movimento fica por conta de algumas escolas e cursos que funcionam à noite, e após as 22 horas se percebe algum movimento de garotas e garotos de programa circulando pelas avenidas do Centro.

Outro fator que tem marcado de forma negativa o Centro são as constantes demolições e descaracterizações que vêm sofrendo muitas casas e edifícios, para a construção de estacionamentos privativos e comércio, principalmente farmácias. Essas construções demolidas são geralmente bastante representativas, e faziam parte da memória e história da cidade.

O Centro atualmente está maltratado e mal conservado, principalmente seus espaços públicos, como praças, ruas, parques e algumas avenidas. Muito pouco foi feito com as medidas já implantadas, como ocorreu na Avenida Goiás, muito ainda precisa ser feito para que o Centro não chegue a um estado irreversível. O Centro é ainda ativo, vivo e precisa ser melhorado, além de ser o local onde a cidade nasceu, nossa fonte de identidade e memória e guarda em seus prédios monumentos e ruas muito da história da cidade.

Vaz (2002), relata que:

“O Centro de Goiânia é marco histórico da construção da cidade, é símbolo de um tempo, de pensamento e intenções, de ações e práticas; é suporte de representações. Ele ocupa localização estratégica para a cidade e para a região e é ainda lugar de comando, de gestão, dos bens culturais e de muitos profissionais. É um lugar onde a vida social flui, onde a vida urbana tem vigor”. (Vaz, 2002, p.176)

É importante lembrar que o Centro possui uma boa infra-estrutura urbana, em plena atividade, precisando apenas de otimização. A acessibilidade de veículos é razoável, o transporte coletivo também, apenas a de pedestre é mais deficitária, devido à má conservação de calçadas. Possui, também, toda a rede de água,

energia e esgoto funcionando, a arborização está deficitária e necessita ser revista, assim como o paisagismo.

O que necessita ser feito no Centro de Goiânia, primeiramente, é a preservação do seu patrimônio arquitetônico representativo, principalmente do casario pioneiro, que não possui qualquer tipo de proteção quanto à preservação, e estão sendo demolidos, descaracterizados e mutilados, sem nenhuma preocupação dos órgãos competentes. Junto desse casario, da mesma forma, precisam de proteção vários edifícios particulares, que estão seguindo o mesmo processo de casario, mas em menor escala. Os prédios públicos, a maioria deles está protegida pelo recente tombamento do IPHAN, de várias edificações no Centro. A recuperação da paisagem arquitetônica do Centro, incluindo recuperação de fachadas, prédios, lojas e casas com características históricas, se faz bastante necessária atualmente.

Deve-se, também, revitalizar os espaços urbanos públicos como foi feito no Rio de Janeiro e em Barcelona, com a construção de novas praças, ruas de pedestre, melhoramento dos parques, das praças e avenidas existentes com implantação de novos revestimentos de piso, paisagismo, mobiliários urbanos, iluminação, gerando, assim, espaços aprazíveis para a população reocupar o Centro e ter prazer de conviver e transitar por ele. Isso inclui a melhoria da arborização, a construção de edifícios-garagem de até 3 pavimentos ou até garagens subterrâneas sob praças e ruas de pedestre como exemplo. A questão da moradia poderia ser incrementada com a construção de novos edifícios de apartamentos no Centro, principalmente de 2 e 3 quartos, direcionados às classes média e baixa, em diversas ruas do Centro, apenas atentando-se para a não destruição de edifícios e casas de valor histórico e arquitetônico, que poderiam ser preservados através de uma legislação que os resguardasse, pois no Centro existem já vários lotes vagos e edificações que poderiam ser destruídas, pois não apresentam qualquer valor histórico e arquitetônico.

Além dos prédios residenciais, poderiam ser construídos nas avenidas edifícios comerciais de altura variada, para o comércio, prestadores de serviços e profissionais liberais que teriam incentivos fiscais para retornarem ao Centro, incrementados pelo Governo Municipal e Estadual.

Os projetos Goiânia 21: Operação Centro, Etapa 2, e o Cara Limpa poderiam ser totalmente aplicados no Centro. O Goiânia 21, possui 21 projetos estruturantes interessantes, apenas quatro foram executados, os outros poderiam, também, ser implantados, se necessário com a anuência dos autores, poderiam ser feitas as modificações que se julgue necessário atualmente, pois esse foi elaborado em 1998, já há oito anos e se houver necessidade, que sejam feitas as devidas alterações. O Projeto Cara Limpa poderia ser implantado na Avenida Goiás, e em outras avenidas, como Anhanguera, Araguaia, Tocantins, e em várias outras ruas do Centro, otimizando as fachadas, calçadas, postes de iluminação, fiação elétrica e arborização, o que ajudaria muito a deixar o Centro com um melhor arranjo arquitetônico, urbanístico e estético, ajudando a trazer de volta todo o tipo de comércio, prestadores de serviços, profissionais liberais, usuários e consumidores ao Centro, pois esse estaria mais confortável, bonito e mais adequado aos usos contemporâneos.

As antigas salas de cinemas, hoje ocupadas para outros fins, poderiam ser reabertas, como foi o Cine Ouro, com a construção do Centro de Cultura Municipal Ouro, pela Prefeitura de Goiânia. Também poderiam voltar ao Centro bares e restaurantes que o iriam movimentar durante a noite, assim como apresentações e eventos culturais nos novos espaços públicos revitalizados, que iriam movimentar a vida cultural no Centro de Goiânia.

Entendo que o Centro de Goiânia necessita ser revitalizado e preservado, pois ali existem diversos espaços públicos e edificações arquitetonicamente representativas que devem ser preservadas às gerações futuras, pois trazem consigo a memória cultural e histórica da cidade. Atentando-se e propondo medidas para que não aconteça a gentrificação, espetacularização e museificação desse espaço da cidade, pois esse não é o objetivo desse processo intervencionista, inclusive por ser Goiânia ainda uma cidade jovem, e que não apresenta um viés turístico e histórico. O que se pretende é trazer pessoas para o Centro, através de moradia, comércio, cultura, prestação de serviços, entretenimento e outras atividades que o farão ser vibrante, econômica e socioculturalmente como o era décadas atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A Luta na Epopéia de Goiânia*. Uma obra de engenharia nacional. Goiânia: 1942.

ARTIAGA, Zoroastro. *Goiânia*. Monografia. Goiânia: 1946.

ATAÍDE, Jézus Marco de; MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos André Torres de. *Cuidando do Patrimônio Cultural*. Goiânia: Editora da UCG, 1997.

BLUMENSCHNEIDER, Marilda R. P.; GOMES, Paulo Vinícius; LUCENA, Regina M.M. Silveira. *O Art Déco em Goiânia: um itinerário de leitura*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico, 2004.

BORGES, Barsanulfo Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)*. 2005. Disponível em ; < [http://www.google.com.br/ estrada de ferro goias](http://www.google.com.br/estrada%20de%20ferro%20goias) > Acesso em 20 jul 2006.

CAMPINAS 196 ANOS. Jornal Tribuna do Planalto. Goiânia, 8 julho 2006.

CASTILHO, Ana Luisa Howard; VARGAS, Heliana Comim. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, SP: Manole, 2006.

CENTRO REAGE BEM À REVITALIZAÇÃO. Jornal O Popular, Suplemento Especial, cidades. Goiânia, 14 novembro 2004, p. 4 e 5.

CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena D'Ayala. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: Editora da UCG-2ª edição, 2005.

COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Edição do Autor, 1997.

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás, Volume II- Goiânia*. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2005.

CORNEJO, Carlos; GERODETTI, João Emílio. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

CURADO, Luiz Augusto do Carmo; CRAVEIRO, Joaquim; POETAS. *Goyaz e Serradourada*. Goiânia: Edição do Autor, 1994.

CURTIS, William J.R.; MONTANER, Josep Maria (org). *Barcelona 1992-2004*. Barcelona: Gili, 2004.

DAHER, Tânia. *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*. Goiânia Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DEL RIO, Vicente. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

DPH: Departamento do Patrimônio Histórico. Prefeitura de São Paulo <<http://www.sp.gov.br/dph/novaimag/protomb.html>. Acesso em: 08 set.2006.

ECKERT, Cornélia. “ *O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomeçar.*” In *Cidade e memória na globalização*. (org. Zita Rosane Possani e Vitor Ortiz). Porto Alegre: Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc. IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. *Novos Espaços Urbanos*. Tradução de Carla Zollinger. Barcelona; Gili, 2002.

GLOSSÁRIO. *Arquitetura e Revitalização*. In: Revista Projeto. N. 160, p. 148.

GOIÂNIA 60 ANOS. Jornal O Popular, Suplemento Especial, cidades. Goiânia, 24 outubro 1993, p. 2, 6 e 7.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital de Goiás para Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. 2ª edição: Editora UFRJ/Min: IPHAN, 1996.

GOYA, Ricardo César. *10 idéias para o Centro voltar a pulsar*. Jornal Diário da Manhã, meu bairro. Goiânia, 19 janeiro 2006, p. 1 e 2.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983 - Goiânia: 50 anos*. Brasília: MEC-SESU, 1985.

IPHAN. Disponível em : < <http://www.iphan.gov.br/> políticas patrimoniais / programas > Acesso em 10 nov. 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade – lugares e espaços públicos na Experiência Urbana Contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracajú, SE: Editora UFS, 2004.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição, 1987.

LÉVI – STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70 LDA, 1986.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “*Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás*”. In Horizontes Antropológicos – A cidade moderna, Ano 6, n.13. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “*O futuro e o passado da Cidade de Goiás: gestão, memória, identidade*”. In Habitus, V.1, N.2, Jul/Dez. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia. *Os caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia; Editora Alternativa, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “*A cidade como objeto: ressonâncias patrimoniais*”. In *Museu e Patrimônio: narrativas polifônicas?* (org. Regina Abreu). Rio de Janeiro: Iphan, 2006 (prelo).

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia Art Déco. Acervo arquitetônico e urbanístico. Dossiê de Tombamento. Volume I – Identificação*. Goiânia: SEPLAM, 2004.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MELLO, Márcia Metran. *Moderno e modernidade: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

MELLO, Márcia Metran. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

MELLO, Maria Cristina Fernandes de; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. “*Re:atrás de, depois de ...*”. In *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. (org. Ana Luisa Howard de Castilho e Heliana Comim Vargas). Barueri, SP: Manole, 2006.

MEMÓRIA CULTURAL: ENSAIOS DA HISTÓRIA DE UM POVO. Prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura, 1985.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. Goiânia: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. *História Cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA. *Projeto de Lei Complementar*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2006.

PROJETO CARA LIMPA. In *Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente 2005 - Compêndio dos Trabalhos Premiados/ Org. Crea-Go*. Goiânia: Clonne Gráfica, 2006.

PROJETO GOIÂNIA 21: Operação Centro. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia, 1997.

PROJETO GOIÂNIA 21: Operação Centro Etapa 2. Goiânia: Grupo Quatro S/C LTDA. et al, 1998.

REIS, Fábio Garcia dos. *Patrimônio Cultural: Revitalização e Utilização*. Disponível m: < [http://www.google.com.br/patrimônio cultural e revitalização](http://www.google.com.br/patrim%C3%B4nio%20cultural%20e%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o) > Acesso em: 10 out. 2006.

REVISTA PÓLIS. *Revitalização de Centros Urbanos* – Texto: José Geraldo Simões Jr.. nº 19, 1994.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia – Os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. *Desenho Urbano: cabeça, campo e prancheta*. São Paulo: Editora Projeto, 1986.

SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Editora Oriente, 1980.

SANTOS, Milton. *A metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. *A produção arquitetônica em Goiânia, e a preservação do seu patrimônio histórico*. Goiânia, 1990. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Católica de Goiás.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. *Revitalização Urbana em algumas cidades brasileiras*. Goiânia, 2000. Monografia. (Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Católica de Goiás e Associação para Recuperação de Conservação do Meio Ambiente- ARCA.

SILVA, Fernando Fernandes. *As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Simone Rosa da. *Campinas: da Identidade ao Patrimônio*. Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). IGPA. Universidade Católica de Goiás.

SIMÕES JR., José Geraldo. *Revitalização de centros urbanos*, In: Revista Polis, n. 19, Tec. Art Editora, 1994.

SIMÕES JR. José Geraldo; VAZ, José Carlos. *Vida Nova para o Centro*. (Publicado originalmente como Dicas nº 31 em 1995). 2002. Disponível em: < [http://www.google.com.br/ vida nova para o centro](http://www.google.com.br/vida_nova_para_o_centro)> acesso em 10 out. 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Cidade, urbanização e metropolização*. Presidente Prudente, SP:FCT/Unesp, 1997.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia, Editora Cultura Goiânia, 1973.

VAZ, Maria Diva Coelho. *Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?* Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Universidade Federal de Goiás.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Stúdio Nobel: Fapesp, 1998.

WALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva* (2ª edição). Presses Universitária de France. Paris, França, 1968. Edições Vatre, São Paulo, 1990.

ANEXO

FOTOS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE
GOIÂNIA EM 2006



FOTO 1 - Teatro Goiânia.
Av. Anhanguera, esq. c/ Av. Tocantins - Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 2 - Palácio das Esmeraldas.
Praça Cívica, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 3 - Museu Zoroastro Artiaga
Praça Cívica, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 4 - Obelisco de Iluminação
Praça Cívica, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 5 - Secretaria de Planejamento.
Praça Cívica, Centro
Fonte: Projeto Goiânia (2006)



FOTO 6 - Coreto.
Praça Cívica, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 7 - Torre do Relógio.
Avenida Goiás, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 8 - Catedral Metropolitana.
Rua 20, esq. c/ Av. Universitária, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 9 - Igreja do Sagrado Coração de Maria
Av. Anhanguera, esq. c/ Av. Paranaíba - Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 10 - Igreja São Nicolau
Av. República do Líbano, St. Oeste
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 11 - Ed. da antiga Estação Ferroviária
Av. Independência esq. c/ Av. Goiás, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 12 - Portão do CEFET - GO
Rua 66, Qd. 118, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 13 - CEFET - GO
Alameda do Contorno, esq. c/ Rua 75, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 14 - Ed. do Antigo "Grande Hotel"
Av. Goiás, esq. c/ Rua 3, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 15 - Mureta do Lago das Rosas
Av. Anhanguera, St. Oeste
Fonte: Projeto Goiânia (2006)



FOTO 16 - Edifício da Antiga RFFSA,
Av. Independência Qd. 149, Centro
(Demolido em 2006)
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 17 - Edifício da Antiga RFFSA,
Av. Independência Qd. 149, Centro
(Demolido em 2006)
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 18 - Edifício do Colégio Liceu de Goiânia
Rua 21, Qd. 43, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 19 - Ed. Comercial
Av. Goiás esq. c/ Rua 61, qd 123, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 20 - Ed. Comercial - Av. Goiás esq c/
Av. Anhanguera, Praça Bandeirante Qd 8, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 21 - Ed. Comercial - Av. Goiás esq. c/
Av. Anhanguera, Praça Bandeirante, qd 9, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 22 - Ed. Comercial / Residencial
Rua 6 esq. c/ Av. Anhanguera, qd 52, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 23 - Ed. Comercial,
Rua 6, esq. c/ Av. Anhanguera, qd 53, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 24 - Ed. Comercial
Av. Anhanguera, esq. c/ Rua 7, qd 53, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 25 - Ed. Comercial do "Café Central"
Av. Anhanguera, esq. c/ Rua 7, qd 8, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 26 - Ed. Comercial do "Jornal O popular"
Av. Goiás, qd. 7, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 27 - Ed. Comercial "Goiânia Palace Hotel"
Av. Goiás, Qd. 7, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 28 - Ed. "Museu Pedro Ludovico Teixeira",
Av. Dona Gercina Borges, esq. c/ Rua 25, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)

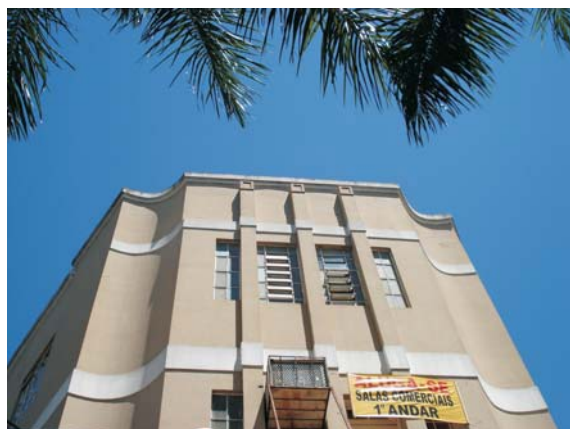


FOTO 29 - Ed. Comercial,
Av. Anhanguera esq. c/ Rua 20, qd 57, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 30 - Ed. da Justiça Federal
Rua 20, Qd. 34, lt. 19/21/31, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 31 - Ed. da Academia Goiana de Letras
Rua 20 esq. c/ Rua 15, Qd 34, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 32 - Ed. Residencial
Rua 20, Qd. 49. Lt 34, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 33 - Ed. Residencial
Rua 20, Qd 49, Lt 42/44, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 34 - Ed. Comercial
Rua 20, Qd 42, Lt 39, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 35 - Ed. Comercial/Residencial,
Rua 20 es.q c/ Rua 21 Qd 42 Lt 34/49, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 36 - Ed. Comercial
Rua 20, Qd 41, Lt 67, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 37 - Ed. Comercial/Residencial
Rua 7, Qd 4, Lt 5, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 38 - Ed. Academia Goiana de Letras
Av. Araguaia, esq. c/ Rua 15, Qd 29, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 39 - Ed. Comercial,
Rua 15, Qd 29, Lt 6, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 40 - Ed. Comercial
Av. Tocantins, Qd 15, Lt 9, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 41 - Ed. do Instituto Histórico Geográfico
de Goiás, Av. 82 esq. c/ Av. 85, St. Sul
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 42 - Ed. do IBGE
Av. Tocantins, Qd. 16, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 43 - Ed. Residencial,
Alameda dos Buritis, esq. c/ Rua 12, Qd 47, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 44 - Ed. Residencial
Av. Araguaia, Qd. 64, centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 45 - Ed. Residencial / Comercial,
Rua 29, Qd 83, Lt 28, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 46 - Ed. Residencial
Rua 19, Qd 42, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 47 - Ed. Residencial
Rua 15, Qd 42, Lt 33, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 48 - Ed. Comercial
Rua 5 esq. c/ Rua 9 Qd. 27, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 49 - Ed. Residencial/Comercial
Rua 19, Lt 10, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 50 - Ed. Residencial
Rua 59, esq. c/ Rua 76, Qd. 131, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 51 - Ed. Residencial / Comercial,
Rua 3, Qd 40, Lt 94, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 52 - Ed. Residencial
Av. Universitária esq. c/ Rua 24, Qd. 44, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 53 - Ed. Residencial
Av. Universitária esq. c/ Rua 24, Qd. 45, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 54 - Ed. Residencial / Comercial
Rua 15 esq. c/ Rua 24, Qd. 44, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 55 - Ed. Residencial/Comercial
Rua 24, Qd. 78, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 56 - Ed. do Antigo Posto Atlantic
Rua 24, esq. c/ Av. Anhanguera, Qd. 61, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 57 - Ed. Residencial
Rua 74, Qd. 112, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 58 - Ed. Residencial/Comercial
Av. Paraná, Qd. 111, St. Campinas
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 59 - Ed. Residencial
Av. Paranaíba esq. c/ Rua 23, Qd. 27, Centro
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)



FOTO 60 - Ed. Residencial / Comercial
Av. 82, Qd. F-17, It. 49/51, Setor Sul
Fonte: Ciro Augusto de Oliveira e Silva (2006)